

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

ANDRÉ LUIZ LUCAS DA LUZ

APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS DE MEIOS JORNALÍSTICOS INDEPENDENTES
DIGITAIS COM PAUTAS SOBRE AFETOS E DIVERSIDADES NA AMÉRICA LATINA

PONTA GROSSA - PR
2020

ANDRÉ LUIZ LUCAS DA LUZ

APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS DE MEIOS JORNALÍSTICOS INDEPENDENTES
DIGITAIS COM PAUTAS SOBRE AFETOS E DIVERSIDADES NA AMÉRICA LATINA

Dissertação apresentada para obtenção do
título de grau de Mestre na Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Trabalho
apresentado ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Graziela Soares Bianchi

L978 Luz, André Luiz Lucas da
Aproximações e diferenças de meios jornalísticos independentes digitais
com pautas sobre afetos e diversidades na América Latina / André Luiz Lucas da
Luz. Ponta Grossa - PR, 2020.
124 f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos
Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Graziela Soares Bianchi.

1. Jornalismo digital. 2. Meios independentes. 3. Gênero. 4. Sexualidade. 5.
América latina. I. Bianchi, Graziela Soares. II. Universidade Estadual de Ponta
Grossa. Processos Jornalísticos. III.T.

CDD: 070.4

APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS DE MEIOS JORNALÍSTICOS INDEPENDENTES
DIGITAIS COM PAUTAS SOBRE AFETOS E DIVERSIDADES NA AMÉRICA LATINA

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Área de Concentração: Processos Jornalísticos e Práticas Sociais.

Ponta Grossa, 31 de março de 2020

Banca Examinadora

Graziela Soares Bianchi – Orientadora
Doutora em Ciências da Comunicação
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Frederico de Mello Brandão Tavares
Doutor em Ciências da Comunicação
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Ivan Elizeu Bomfim Pereira
Doutor em Comunicação e Informação
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Muriel Emídio Pessoa do Amaral
Doutor em Comunicação
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE
Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Cultural

Eu, André Luiz Lucas da Luz, CPF número 075267499-42, RG número 5794631/SC, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado “**Aproximações e diferenças de meios jornalísticos independentes digitais com pautas sobre afetos e diversidades na América Latina**”, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação da fonte (autor e data) e a página que foram extraídos (se transcritos literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme os padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizado(a) legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 11 de maio de 2020.



ANDRÉ LUIZ LUCAS DA LUZ

RA nº 3100118004018

**Dedico este trabalho à minha mãe,
ao meu pai, aos meus avós e amig@s**

RESUMO

Realiza-se uma comparação entre o conteúdo dos meios independentes ‘Agência Presentes’, ‘Sentiido’ e ‘Revista Híbrida’ para refletir, principalmente, as diferenças no modo de tratamento aos acontecimentos que correspondem aos assuntos de gênero e sexualidade, também compreendidos como diversidades e afetos, respectivamente. Ambos os sites jornalísticos independentes (não comerciais) possuem uma linha editorial semelhante segmentada. Também considera-se que esse tipo de investigação colabora e está envolvida com os Estudos de Jornalismo com Perspectiva de Gênero. Com base na compreensão teórica sobre a Convergência Jornalística, aponta-se que, além dos usos de ferramentas digitais, deve-se conferir quais sentidos são desenvolvidos, ainda mais por tratar de meios com linhas editoriais posicionadas. A partir de uma análise exploratória e comparativa do conteúdo dos meios independentes (2017-2019/01), o estudo se justifica pela necessidade de averiguar modelos jornalísticos que podem problematizar a heterocisnormatividade compulsória para compreender seus processos específicos, enquadramentos, relacionamentos e/ou, até mesmo, construções estereotipadas. Os resultados revelam tendências de produção ligadas aos acontecimentos dos grupos sociais e demonstram como jornalistas reivindicam a defesa dos direitos humanos em rede digital, observadas pela evidência dos fatos que envolvem violência, religião e cultura. Verificam-se os países pautados, a natureza dos acontecimentos, as modalidades narrativas, os critérios noticiáveis, agentes e fontes, assuntos mais tratados e as identidades representadas para visualizar como os meios independentes problematizam questões sobre a diversidade e quais aspectos deixam de ganhar visibilidade específica.

Palavras-chave: Jornalismo Digital; Meios independentes; Gênero; Sexualidade; América Latina.

ABSTRACT

A comparison is made between the content of the independent media 'Agência Presentes', 'Sentiido' and 'Revista Híbrida' to reflect, mainly, the differences in the way of dealing with events that correspond to gender and sexuality issues, also understood as diversities and affections, respectively. Both independent (non-commercial) news sites have a similarly segmented editorial line. It is also considered that this type of research collaborates and is involved with Studies in Journalism with a Gender Perspective. Based on the theoretical understanding of Journalistic Convergence, it is pointed out that, in addition to the uses of digital tools, one must check which meanings are developed, especially because it deals with means with positioned editorial lines. Based on an exploratory and comparative analysis of the content of independent media (2017-2019/01), the study is justified by the need to investigate journalistic models that can problematize compulsory heteronormativity to understand its specific processes, frameworks, relationships and / or, even, stereotyped constructions. The results reveal production trends linked to the events of social groups and demonstrate how journalists claim the defense of human rights in a digital network, observed by the evidence to the facts that involve violence, religion and culture. The countries covered, the nature of the events, the narrative modalities, the notable criteria, agents and sources, the most discussed subjects and the identities represented are checked to demonstrate how the independent media problematize issues about diversity and which aspects fail to gain specific visibility.

Keywords: Digital Journalism; Independent media; Genre; Sexuality; Latin America.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Demarcação da perspectiva de gênero.....	32
Figura 2 – Países pautados no conteúdo dos meios independentes (2017-2019/01).....	78
Figura 3 – Natureza dos acontecimentos nos meios independentes (2017-2019/01).....	79
Figura 4 – Modalidades presentes nos meios independentes (2017-2019/01).....	81
Figura 5 – Critérios noticiáveis presentes nos meios independentes (2017-2019/01).....	84
Figura 6 – Fontes da ‘Agência Presentes’.....	86
Figura 7 – Fontes do ‘Sentiido’.....	87
Figura 8 – Fontes da ‘Revista Híbrida’.....	88
Figura 9 – Assuntos da ‘Agência Presentes’.....	90
Figura 10 – Assuntos do ‘Sentiido’.....	91
Figura 11 – Assuntos da ‘Revista Híbrida’.....	92
Figura 12 – Identidades construídas na ‘Agência Presentes’.....	94
Figura 13 – Identidades construídas no ‘Sentiido’.....	95
Figura 14 – Identidades construídas na ‘Revista Híbrida’.....	96
Quadro 1 – Glossário dos termos comentados na pesquisa.....	10
Quadro 2 – Qualidade do nível digital dos <i>sites</i> independentes (2019).....	25
Quadro 3 – Menções aos direitos sexuais e de gênero nas legislações de mídia.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nível digital dos <i>sites</i> independentes jornalísticos encontrados.....	27
Tabela 2 – Direitos garantidos por país (*)......	66
Tabela 3 – Usuári@s da <i>internet</i> nas Américas estudadas em 2019.....	75

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1.1 PERGUNTAS NORTEADORAS.....	15
1.2 OBJETIVO GERAL.....	16
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
1.4 JUSTIFICATIVAS.....	17
2. MÉTODOS	21
2.1 BUSCA DOS MEIOS JORNALÍSTICOS.....	22
2.2 NÍVEL DIGITAL DOS MEIOS INDEPENDENTES.....	26
2.3 DELINEAMENTO DOS MEIOS INDEPENDENTES.....	28
2.4 PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	29
2.5 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	33
3. IDENTIDADES, DIFERENÇAS E REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS	37
4. GÊNERO E SEXUALIDADE	41
4.1 HETEROCISNORMATIVIDADE.....	47
4.2 SOPA DE LETRINHAS?.....	51
5. SANGUE LATINO	55
5.1 PODER DA INFORMAÇÃO.....	56
5.2 HEGEMONIA E POLÍTICAS DA COMUNICAÇÃO.....	59
6. CONVERGÊNCIA JORNALÍSTICA	69
6.1 ASCENSÃO TECNOLÓGICA.....	70
6.2 ALTERIDADES DE MÍDIAS.....	73
7. RESULTADOS	77
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE A - MEIOS JORNALÍSTICOS ENCONTRADOS	122
APÊNDICE B - ENDEREÇOS ELETRÔNICOS	124

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os direitos de gênero e afetivo-sexuais conseguem emergir a partir das mobilizações de grupos políticos identitários que se posicionam a favor dos direitos humanos em um cenário de desigualdades sociais e econômicas, como é o caso das marchas de orgulho que crescem em capitais e demais regiões desde o início do século XXI. Tais identidades guiadas pelas diferenças se associam aos comportamentos empregados como a ‘homossexualidade’, ‘bissexualidade’, ‘transgeneridade’, ‘assexualidade’, ‘intersexualidade’ e mais. O que consiste ser ‘gay’, ‘lésbica’ ou uma ‘travesti’? São diversidades que reivindicam, carregam significados, avançam do âmbito das relações íntimas entre indivíduos do mesmo ‘sexo’ e das adequações subjetivas de identidade de gênero; ou seja, avançam das subjetividades para um posicionamento público-coletivo.

Trata-se, então, de militância, resistência e política. A heteronormatividade (heterossexualidade ou a cisgeneridade) compulsória debatida no âmbito epistemológico é pouco a pouco estabelecida ao senso comum como termo essencial do mesmo modo que as identidades binárias de gênero (mulher/homem) foram construídas com base em classificações (RODOVALHO, 2017). Tal dialética resulta reflexões aos padrões hegemônicos, pois a visibilidade da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, intersexuais, *queer*, assexuais e mais expressões (LGBTIQA+) acarreta novos olhares às normas sociais estabelecidas. Um glossário dos termos é necessário porque simboliza a emergência de lutas através da mobilização a fim de demarcar identidades.

Quadro 1 – Glossário dos termos comentados na pesquisa

(continua)

Termo	Definição
Agênero	Pessoa que não se identifica ou não se sente pertencente a nenhum gênero (CADERNO, 2017)
Aliado(a)	Pessoas que, independente da orientação sexual ou identidade de gênero, tomam ação para promover os direitos e a inclusão LGBTI+
Androginia	Termo genérico usado para descrever qualquer indivíduo que assuma postura social, especialmente a relacionada à vestimenta, comum a ambos os gêneros (BRASIL, 2016a)

Quadro 1 – Glossário dos termos comentados na pesquisa

(continuação)

TERMO	DEFINIÇÃO
Assexual	É um indivíduo que não sente nenhuma atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou pelo sexo/gênero igual
Binarismo de Gênero	Ideia de que só existe macho-fêmea, masculino-feminino, homem-mulher, sendo considerada limitante para as pessoas não-binárias (CADERNO, 2017)
Bissexual	É a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros
Cisgênero	Um termo utilizado por alguns para descrever pessoas que não são transgênero (mulheres trans, travestis e homens trans). “Cis-” é um prefixo em latim que significa “no mesmo lado que” e, portanto, é oposto de “trans-” (GLAAD, 2016). Refere-se ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer
Crossdresser	Se refere tipicamente a homens que usam esporadicamente roupas, maquiagem e acessórios culturalmente associados às mulheres. Tipicamente tais homens se identificam como heterossexuais. Esta prática é uma forma de expressão de gênero e não é realizada para fins artísticos. Os cross-dressers não querem mudar permanentemente o sexo ou viver o tempo todo como mulheres (GLAAD, 2016)
Drag Queen	Homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos. Uma drag queen não deixa de ser um tipo de ‘transformista’, pois o uso das roupas está ligado a questões artísticas – a diferença é que a produção necessariamente focaliza o humor, o exagero
Drag King	Versão ‘masculina’ da drag queen, ou seja, trata-se de uma mulher que se veste com roupas masculinas para fins de trabalho artístico
Expressão de Gênero	Forma como cada pessoa sente que ela é em relação ao gênero masculino e feminino, lembrando que nem todas as pessoas se enquadram, e nem desejam se enquadrar, na noção binária de homem/mulher, como no caso de pessoas agênero e queer, por exemplo
Gay	Pessoa do gênero masculino (cis ou trans) que tem desejos, práticas sexuais e/ou relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras pessoas do gênero masculino para se identificarem como <i>gays</i>

Quadro 1 – Glossário dos termos comentados na pesquisa

(continuação)

TERMO	DEFINIÇÃO
Gênero	Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do movimento feminista. Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, levando em consideração, no entanto, que a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura
Gênero Fluído	Pessoa que se identifica tanto com o sexo masculino ou feminino. Sente-se homem em determinados dias e mulher em outro
Heterossexual	Indivíduo atraído amorosa, física e afetivamente por pessoas do sexo/gênero oposto
Homem trans	É a pessoa que se identifica como sendo do gênero masculino embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo/gênero feminino ao nascer
Homoafetivo	Adjetivo utilizado para descrever a complexidade e a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Este termo não é sinônimo de homoerótico e homossexual, pois conota também os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/ gênero
Homossexual	É a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero
Identidade de Gênero	Forma como cada pessoa sente que ela é em relação ao gênero masculino e feminino, lembrando que nem todas as pessoas se enquadram, e nem desejam se enquadrar, na noção binária de homem/mulher, como no caso de pessoas agênero e queer, por exemplo
Intersexualidade	É um termo guarda-chuva que descreve pessoas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos (GLAAD, 2016)
Lésbica	Mulher que é atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/ gênero (cis ou trans)
Mulher trans	É a pessoa que se identifica como sendo do gênero feminino embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo/gênero masculino ao nascer

Quadro 1 – Glossário dos termos comentados na pesquisa

(continuação)

TERMO	DEFINIÇÃO
Orientação Sexual	Inclinação involuntária de cada pessoa em sentir atração sexual, afetiva e emocional por indivíduos de gênero diferente, de mais de um gênero ou do mesmo gênero. Relembrando: as três orientações sexuais preponderantes mencionadas acima não são as únicas. Existe uma gama de possibilidades
Pansexualidade	Considera-se que a pansexualidade é uma orientação sexual, assim como a heterossexualidade ou a homossexualidade. O prefixo pan vem do grego e se traduz como “tudo”. Significa que as pessoas pansexuais podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independente de sua identidade de gênero ou sexo biológico
<i>Queer</i>	Um adjetivo utilizado por algumas pessoas, em especial pessoas mais jovens, cuja orientação sexual não é exclusivamente heterossexual. De modo geral, para as pessoas que se identificam como queer, os termos lésbica, gay, e bissexual são percebidos como rótulos que restringem a amplitude e a vivência da sexualidade. O termo queer também é utilizado por alguns para descrever sua identidade e/ ou expressão de gênero. (GLAAD, 2016)
Sexo Biológico	Em termos simples, o sexo biológico diz respeito às características biológicas que a pessoa tem ao nascer. Podem incluir cromossomos, genitália, composição hormonal, entre outros
Sexualidade	Refere-se às construções culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto, até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade
Transexual	Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. As pessoas transexuais podem ser homens ou mulheres, que procuram se adequar à identidade de gênero. Algumas pessoas trans recorrem a tratamentos médicos, que vão da terapia hormonal à cirurgia de redesignação sexual. São usadas as expressões homem trans e mulher trans (CADERNO, 2017)
Transformista	Indivíduo que se veste com roupas do gênero oposto movido por questões artísticas
Transgênero	Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade

Quadro 1 – Glossário dos termos comentados na pesquisa

(conclusão)

TERMO	DEFINIÇÃO
Travesti	Uma construção de gênero feminino, oposta ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. Muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas. Existe o grupo dentro deste segmento que se autoafirma ‘mulheres travestis’. Atualmente, o termo travesti adquiriu um teor político de ressignificação de termo historicamente tido como pejorativo. (Definição da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais, aprovada pelo coletivo de participantes do ENTLAIDS, Rio de Janeiro, 2008; com colaboração adicional do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais, Negras e Negros; e adaptações de ABGLT, 2010; e CADERNO, 2017)

Fonte: REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2a edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. As definições citadas foram reproduzidas do Manual e são de responsabilidade das Associações. E-mail: aliancagbti@gmail.com

A diversidade não se esgota em termos e ganha ressignificações¹. É o caso da ‘heterocisnormatividade’, um problema central, que se descreve como uma fusão dos significados da heteronormatividade e cisnormatividade, ambas condutas e inspirações que perseguem, física e simbolicamente, a diversidade de afetos-orientações e as alteridades-expressões de gênero, através do conservadorismo de padrões hegemônicos.

No cenário da sociedade em rede, os grupos minoritários aprimoram diálogos com mais poder comunicativo por meio também de mídias digitais (CASTELLS, 2015) e expressam novas noções de gênero e sexualidade. No mesmo sentido, há a emergência de mídias jornalísticas que buscam acompanhar tais movimentações quando se especializam com a temática editorialmente. Considera-se o jornalismo enquanto uma instituição de referência para a construção, afirmação e representação das identidades sociais.

¹ Para mais termos, recomenda-se ler também: ‘Glossário: Termos sobre Gêneros, Sexualidades, Romantidades, Corporalidades, Feminismo, Não-Monogamia, Preconceitos’ com mais de 200 termos (em atualização por ativistas). Disponível online em <<https://reexistenciaobinaria.tumblr.com/post/152515575208/gloss%C3%A1rio-termos-sobre-g%C3%AAneros-sexualidades>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

‘Agência Presentes’² (Argentina; Chile; Paraguai; Peru; Honduras, 2016); ‘Sentiido’³ (Colômbia, 2011) e ‘Revista Híbrida’⁴ (Brasil, 2017) são meios (*sites*) jornalísticos, com independência da publicidade comercial em rede, especializados em pautas sobre ‘gênero e sexualidade’, na América Latina. As redações, apesar de recentes, apresentam propostas de conteúdo e ações significativas ao contexto de desigualdades, crimes de homotransfobia⁵ e feminicídios.

Pelo resgate científico, o jornalismo hegemônico brasileiro estabeleceu o não combate à heteronormatividade a partir de produções específicas quando pouco propaga olhares alternativos de gênero, sexualidade e identidade (VEIGA SILVA, 2014). “Assim, uma hipótese é de que o jornalismo independente realizado por profissionais de comunicação pode ser apontado como mais um dos caminhos possíveis para visibilizar as lutas dos movimentos populares da atualidade” (REIS, 2017, p.200). A associação dos grupos mobilizados com práticas de mídias ‘alternativas’ em ferramentas digitais de publicação impulsiona os problemas da pesquisa e as perguntas norteadoras, pois o jornalismo de algum modo representa identidades em consonância com as auto-representações.

1.1 PERGUNTAS NORTEADORAS

De que modo as representações publicizadas pela própria comunidade LGBTIQA+ nas mídias sociais contribuem na construção coletiva do grupo identitário quando somadas com as representações da mídia independente especializada?

Essa é uma reflexão ampla, mas que se direciona ao jornalismo convergente.

A mídia jornalística digital independente estimula, registra e divulga as atividades da comunidade LGBTIQA+ como forma do conhecimento (PARK, 2008) e, ao mesmo tempo, se torna um novo canal de representações mais diversificadas na contemporaneidade?

Qual é o uso das ferramentas digitais para a promoção do jornalismo independente?

Quais são esses meios jornalísticos?

² "Agencia Presentes - Periodismo de Géneros." <http://agenciapresentes.org/>. Acesso em: 21 fev. 2019.

³ "Sentiido." <https://sentiido.com/>. Acesso em: 21 fev. 2019.

⁴ "Híbrida." <https://revistahibrida.com.br/>. Acesso em: 21 fev. 2019.

⁵ Além de termos que marcam formas de discriminação, como racismo, sexismo ou xenofobia, por exemplo, o termo homofobia se refere à retirada ou redução da humanidade de um grupo de pessoas (LEAL; CARVALHO, 2009). Homotransfobia é o termo utilizado no estudo a fim de abranger a discriminação (física e simbólica) aos homossexuais, bissexuais, assexuais, intersexuais, transgêneros, às travestis, lésbicas e mais identidades.

É possível avançar para além da heterocisnormatividade na construção de narrativas propostas em abordar a diversidade?

A heterocisnormatividade se coloca em quais níveis?

A complexidade de algumas questões para apreensão científica se apresenta por conta de rápidas metamorfoses do cenário digital, que exige revisões constantes.

Para responder uma parte das perguntas, é preciso refletir quais são essas diversidades, diferenças e auto-representações, quais os grupos específicos e quais arquétipos de jornalismo se mantém como referência institucional no sentido amplo.

1.2 OBJETIVO GERAL

- Identificar relações com a heterocisnormatividade compulsória no conteúdo jornalístico digital independente de veículos que pautam ações de pessoas LGBTIQ+ na América Latina;

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Demarcar diferenças entre meios jornalísticos digitais voltados ao grupo de LGBTIQ+ na América Latina por meio de estudos de caso a partir de critérios de seleção, como a periodicidade de publicação, a prática independente e o nível digital para analisar como se constroem narrativas em plataformas convergentes;
- Reconhecer os variados usos de mídias sociais digitais dos *sites* jornalísticos selecionados para relacionar a distribuição de notícias entre diferentes plataformas;
- Verificar as pautas propostas enquanto conteúdo produzido, programado ou acidental;
- Diferenciar as (in)visibilidades dos subgrupos da comunidade LGBTIQ+ no conteúdo apreendido para refletir as alteridades e afetivo-sexuais representadas;

1.4 JUSTIFICATIVAS

No Brasil, vivências LGBTIQA+ se tornam mais visíveis no debate público, seja pelo entretenimento, pela cobertura de mídias hegemônicas, independentes ou pelo ativismo em rede, que reforça demandas e geram políticas cooperativas, de educação e saúde, como o Programa Nacional de DST/AIDS e o estudo da homossexualidade, desde a década de 1980. A diversidade manifesta o exercício da reflexão e do respeito pela dignidade humana universal por meio dos direitos humanos (HABERMAS, 2010). “[...] a intuição subjacente à humilhação trabalha primeiro e principalmente na consciência dos indivíduos abusados e, posteriormente, nos textos legais onde encontra sua articulação e elaboração conceitual” (HABERMAS, 2010). Deve-se considerar as visões homotransfóbicas reproduzidas na narrativa jornalística tradicional, que manteve a pouca reflexividade ou problematização (VEIGA SILVA, 2014) - mais exequível em coberturas ainda alternativas, que podem buscar reconhecer vieses mais plurais e orgânicos, sem interesses majoritariamente econômicos.

Observa-se a emergência de meios independentes brasileiros que cobrem a temática LGBTIQA+, mas, no caso, ainda recentes em comparação aos outros países. O encontro de *sites* colabora na observação de modelos e pode auxiliar os meios de referência, que também permanecem em fases de adaptação no cenário digital.

Há uma variedade de fatores que demonstram que a profissão de jornalista está sob pressões devido à exigências de mercado, divisão de trabalho precário, erosão de valores e intervenção da tecnologia (DEUZE; WITSCHGE, 2016). Em geral, o empreendedorismo jornalístico e a precarização do trabalho se tornam cada vez mais evidentes por conta de novas estratégias de financiamento para produções, que ainda demanda maior engajamento de públicos. O cenário de hiper concorrência transforma as produções com frequência, pois o número de diferentes perspectivas aumenta e exige a busca por estratégias em inovação. Isso é resultado de inúmeros fatores, como o enxugamento das redações, os perfis de jornalistas ou as possibilidades digitais para publicação e engajamento de notícias.

Existem microcosmos diversos nas novas redações, que indicam contato entre práticas hegemônicas, independentes e de usuáři@s a partir de plataformas de conteúdo horizontais. A democratização de mídia encara a resistência econômica que legitima os padrões convencionais de produção pela credibilidade histórica conquistada ou comprada - novos polos de monopólio também são gerados.

Aposta-se na prática independente enquanto instituição jornalística responsável pelo desenvolvimento de sínteses sociais mais justas no contexto de monopólios. A mídia carrega forte agência na construção identitária de gênero (BENTO, 2008), que manteve visões homotransfóbicas através do não dito (LEAL; CARVALHO, 2009) e do discurso preconceituoso embasado em estereótipos pejorativos com a máscara objetiva.

Tradicionalmente, a prática jornalística é descrita como a mediação de discursos entre a realidade dos fatos e o público através da notícia, na qual o fato se torna objeto (GUERRA, 2008). Para isso, existem condições de eficácia relacionadas aos princípios da objetividade, que seriam muito mais do que técnicas de escrita ou hierarquizações, mas também a qualidade à fidelidade somadas com os princípios da neutralidade e a imparcialidade como garantia da isenção do profissional diante aos interesses e a busca pela pluralidade. Ou seja, para a preservação da objetividade do conhecimento pelo profissional, exige-se o domínio da linguagem, das convenções jornalísticas de técnicas de redação e dos conceitos da área tematizada.

Diferente do cientista social, jornalistas precisam tomar decisões imediatas relativas com a validade, fiabilidade e verdade a fim de conhecer os problemas impostos pela natureza de sua tarefa e, por isso, se vestem no uso da objetividade (TUCHMAN, 1972). “Em síntese, a impessoalidade das informações jornalísticas não constitui empecilho para a descoberta dos verdadeiros sujeitos. Ao contrário, até facilita a identificação dos interesses mais amplos das classes e grupos sociais” (GENRO FILHO, 1987, p.245). A imprensa foi definida pela função de informar, tanto sobre os fatos como sobre as correntes de ideias, para criar uma opinião pública cuja expressão há de ser organizada pela democracia (CORNU, 1994). A democracia seria melhor servida por uma imprensa não objetiva onde pontos de vista competem em um mercado de ideias, para o desenvolvimento de uma ‘ética da mídia mista’, com um conjunto mais adequado de princípios e normas para publicações multiplataforma de alcance global (WARD, 2009). Em uma perspectiva ativista, Miguel e Biroli (2010) defendem que a imparcialidade constrói hierarquias baseadas na divisão entre público e privado, assegurando a opressão de alguns grupos e a despolitização de poder.

Schudson (2005) compartilha a ideia do jornalismo para não ser um conjunto de pensadores individuais e exploradores em busca de verdade, mas sim um conjunto de comunicadores energéticos e pensativos que tentam manter uma sociedade em sintonia com ela mesma. “A aparência objetiva da narrativa jornalística corporativa é desnudada pelos

fluxos de contrainformação que põem em cheque os posicionamentos político-ideológicos dos processos noticiosos” (ALMEIDA RIBEIRO, 2015, p.75). A presença de mídias independentes também se torna uma alteridade em contraponto com os modelos hegemônicos, pois pode levantar diferentes formas de interpretar a comunidade LGBTIQA+ através das mídias digitais com mais velocidade ou periodicidade. “Na América Latina, as mídias alternativas foram definidas como mídia dos cidadãos, mídia de base, mídia participativa, mídia indígena, comunicação democrática e comunicação popular” (HARLOW, SALAVERRÍA, 2016, p.3). É preciso acompanhar tais fenômenos a fim de entender as representações construídas e o que se define como alteridade jornalística quando a pauta se trata da comunidade LGBTIQA+.

A análise do conteúdo relacionado por esse trabalho gera um panorama de iniciativas ‘parciais’ que colabora com grupos específicos quando problematizam a heterocisnormatividade. Torna-se possível verificar algumas dessas condições já que os objetos de estudo delineados são mídias tematizadas em níveis variados. Os meios independentes são capazes de produzir gêneros informativos mais específicos com base no tema e nas plataformas, que podem se tornar exemplos ou modelos aos meios de referência.

Como inovação, existem diferentes terminologias (FONSECA, 2017) com preceitos para apreender aspectos organizacionais assim como usos e efeitos sociais através da relação com a tecnologia (FRANCISCATO, 2010). A relação com públicos nichados, os conteúdos especializados e as aberturas de participação podem ser consideradas como algumas das funções jornalísticas que se fortalecem no âmbito digital.

Como modelo alternativo, mídias jornalísticas independentes dialogam com movimentos sociais para se contrapor aos ‘donos da mídia’. Essa alteridade não cria um binarismo entre mídia hegemônica e mídia independente, mas fortalece a identificação de diferentes níveis de produção e enquadramentos, que se cruzam em alguns aspectos, se distanciam em outros ou se afastam totalmente.

Quando se realiza uma busca de Estudos em Jornalismo, não há uma lista de mídias independentes ou comerciais especializadas tematizadas em pautas sobre ‘gênero e sexualidade’ - em específico, as pessoas LGBTIQA+. Em alguma escala, a busca e a análise desses meios deve elaborar perspectivas que compreendam alteridades entre ambos, pois, apesar de possuírem intenções semelhantes, também se distanciam em diversos níveis porque podem reproduzir visões heterocisnormativas.

Um *site*⁶ comercial traz espaço a um *banner* publicitário que divulga o uso de aplicativos (*apps*) de relacionamentos afetivo-sexuais, por exemplo, em comparação a um *site* independente que publica, alerta e/ou problematiza a tendência de encontros casuais da contemporaneidade. ‘Independência’ jornalística se apresenta como uma alternativa aos embalos publicitários. “O significado e a relevância da independência sempre dependem do cenário. Em contextos específicos, a noção é distintamente útil” (KARPPINEN; MOE, 2016, p.114). Eis uma influência de impacto (KARPPINEN; MOE, 2016) dentre mais fatores.

⁶ Os termos *sites* (sítios de notícias) e meios jornalísticos são utilizados para se referir aos casos do estudo, pois se considera um distanciamento ao significado de ‘portal de notícias’.

2. MÉTODOS

Dentre as etapas do trabalho, houve a busca referencial de trabalhos que envolvem os estudos de gênero e jornalismo além das obras compartilhadas entre tais pesquisas. Após isso, iniciou-se uma busca por meios jornalísticos digitais que foram analisados por critérios de delineamento com base nos objetivos. Aplicou-se a observação do conteúdo a fim de gerar dados e cruzá-los.

A pesquisa bibliográfica consistiu na pesquisa da pesquisa (ALMEIDA, 2018) de obras que abordam gênero, sexualidade, feminismo, identidades, diferenças, agência midiática e convergência, além dos resultados de teses e dissertações que abordam jornalismo, gênero e sexualidade, com prisma *queer*.

“No caso de resultados de pesquisa da pesquisa, é possível estabelecer no âmbito diacrônico como se organizam ao longo do tempo as pesquisas de uma dada área; quais conceitos, teorias e objetos são mais utilizados” (ALMEIDA, 2018, p.77).

Foi realizada uma busca de meios (*sites*) jornalísticos especializados apenas em pautas sobre ‘gênero e sexualidade’ na América Latina e Caribe para observar o nível de inserção digital e reconhecer quais práticas em rede fazem parte dos casos encontrados.

Blogs jornalísticos foram desconsiderados.

O delineamento dos *sites* encontrados foi aplicado com base no nível digital, periodicidade e linha editorial específica em diversidade.

Os meios selecionados para o estudo ganharam uma contextualização da legislação de mídia e dos direitos sexuais nos países que realizam a cobertura a fim de compreender as demandas em que os meios operam.

No tópico metodológico ‘Perspectiva de Gênero’ se delimita em quais modos a Análise do Conteúdo (AC) e Análise de Representações consistem com base nos movimentos feministas e suas vertentes.

Por fim, definem-se as categorias de análise aplicadas pela teoria de enquadramentos (*frames*) jornalísticos, que colaboram na observação das representações.

2.1 BUSCA DOS MEIOS JORNALÍSTICOS

O encontro de meios especializados em pautas sobre diversidade sexual e gênero iniciou pela recomendação automática de páginas em redes sociais e buscadores de conteúdo através da alteração da geolocalização; pela verificação de estudos em anais de eventos na área de comunicação e através do diálogo com movimentos sociais, ativistas e jornalistas; além da procura em reportagens, *blogs* e observatórios, como o Observatório de Novos Meios⁷ e a organização *SembraMedia*, que possuem um banco de meios nativos digitais.

Imaginava-se que a equipe de cada veículo pudesse conhecer casos semelhantes em rede, já que possuem objetivos semelhantes. Em alguns casos, jornalistas responsáveis pelos meios encontrados apenas confirmavam o conhecimento de mídias sem indicá-las.

Nas redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*, observou-se o redirecionamento de páginas ou perfis conforme houvesse interação. A ação de ‘seguir’ a página de um *site* jornalístico encontrado trazia recomendações de outras páginas semelhantes. Tal ferramenta não se traduz como mecanismo eficaz para o encontro de meios em escala nacional e internacional, pois cada perfil de usuáři@ recebe uma notificação personalizada. A influência de algoritmos por interesse individual ou geolocalização também se dá no buscador *Google*.

Houve a busca de meios jornalísticos com a temática LGBTIQ+ dentre os anais nacionais e regionais da Intercom⁸, através das ferramentas de busca do portal PortCom, além de modo manual através de palavras-chave entre todos os trabalhos dos grupos de pesquisa, assim como os de iniciação científica, entre os anos 2018, 2017 e 2016. Atenua-se que, no ano de 2018, o Congresso da Intercom teve como tema ‘Desigualdade, Gênero e Comunicação’. Nesse recorte, não houve a identificação de estudos que apresentam ou citam meios jornalísticos independentes especializadas em pautas sobre LGBTIQ+ em sua linha editorial e distribuído em mídias digitais. Ao todo, foram 18 artigos encontrados.

No âmbito da comunicação, os trabalhos apurados trazem abordagens como representações e não representações em produções, seriados, plataformas de *streaming* de vídeos, novelas, quadrinhos, *videogames*, na publicidade, TV aberta e em coberturas jornalísticas específicas. Alguns debates centralizam as alteridades, práticas educomunicativas em *web* rádios, a formação de estereótipos, consumo e performance em redes homoafetivas,

⁷ "Observatorio de Nuevos Medios." <http://www.nuevosmedios.es/>. Acesso em: 25 jan. 2019.

⁸ "Portal Intercom." <http://www.portalintercom.org.br/>. Acesso em: 28 jan. 2019.

assim como a estigmatização de corpos em aplicativos de relacionamento. Apresentam-se análises de reportagens, campanhas e coberturas de grandes eventos, noções de laicidade e diversidade no *Facebook*, as festas como espaço de resistência, balanços históricos, estudos visuais e iniciativas de ciberativismo. São abordagens que apontam mais demandas aos meios de referência, iniciativas históricas ou áreas que se diferenciam do jornalismo, mas contribuem para a compreensão das noções que envolvem a comunidade LGBTQIA+.

A procura avançou para os anais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), entre os anos de 2013 a 2018, e do Congresso ‘Fazendo Gênero’, de suas últimas três edições. No caso da Compós, a pesquisa resultou em artigos que investigam as relações de gênero com a comunicação em um sentido geral sem apresentar meios independentes com a temática LGBTQIA+, mas sim outros meios de referência. Foram encontrados 10 artigos. Nos anais do congresso ‘Fazendo Gênero’, houve resultado de artigos que relacionam a comunidade LGBTQIA+ com perspectivas sociais, políticas públicas, as mobilizações em redes digitais. Na relação com jornalismo, foram verificados três artigos sem menção aos meios que se buscava encontrar. No Brasil, em geral, não foram encontrados resultados em anais desses eventos e no Mapa do Jornalismo Independente - projeto realizado pela Agência Pública.

Durante a pesquisa dos meios jornalísticos, realizou-se a tentativa de abertura de diálogo *online* com as 239 organizações parceiras da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Após realizar uma lista de contatos, se iniciou o envio de mensagens pela mídia social *Messenger* que, após uma determinada quantia de envios, bloqueou a função do pesquisador por considerar a iniciativa como *spam*. Por isso, sentiu-se a necessidade de enviar um *e-mail* coletivo aos grupos para abertura de diálogo. Nesse país, alguns movimentos sociais desconfiaram do contato e da procura por meios jornalísticos devido ao contexto de ameaças e perseguições. Um dos contatos confirmou a desconfiança e relatou que se trata de um ‘reflexo’ ou resultado do contexto político.

O diálogo exclusivo pela *web* realizado por conta da viabilidade não exclui a necessidade do contato interpessoal, que fora dificultoso pelas distâncias físicas nesta etapa.

A pesquisa dos meios iniciou em agosto/2018 e encerrou em janeiro/2019. Os países do estudo integram a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), que são: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile,

Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guyana, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Inicialmente, *sites* que se aproximavam das questões de gênero e sexualidade em suas linhas editoriais, como ‘Tremenda Nota’⁹ e ‘Distintas Latitudes’¹⁰, que possuem enfoque para questões de direitos humanos, por exemplo, foram considerados como casos possíveis à pesquisa, mas foram retirados do estudo após reanálise do método. A retirada da lista de *sites* encontrados não acontece, por exemplo, com o *site* ‘NLUcon’, focado em ações de pessoas transgênero, pois sua linha permanece, em partes, aos assuntos de gênero e sexualidade, apesar de não abranger mais diversidades, como é o caso dos demais *sites*.

Os meios jornalísticos encontrados foram organizados pelo ano da primeira publicação em rede, país sede, financiamento comercial ou independente. O tipo de financiamento foi observado nos *sites* pela presença de *links* como ‘anuncie aqui’, *banners* publicitários ou conteúdo patrocinado. A periodicidade dos *sites* foi avaliada em um recorte, em média, de seis meses a partir da data de observação (25 de jan. 2019) como ‘constante’ (publicações diárias ou uma publicação no mínimo por semana), ‘regular’ (publicações a cada duas semanas ou duas publicações no mínimo por mês) e ‘inconstante’ - última publicação ultrapassa o mínimo de dois meses (APÊNDICE A).

No primeiro semestre de 2019, houve a avaliação do ‘nível digital’ dos *sites* ‘independentes’ encontrados que possuem periodicidade ‘regular’ ou ‘constante’, como critério de delimitação do estudo.

O método utilizado por Harlow e Salaverría (2016), que medem o nível digital¹¹ em uma pesquisa de meios alternativos da América Latina, com o objetivo semelhante em analisar aspectos convergentes, foi inspirado. O nível digital simboliza a utilização de ferramentas digitais por parte dos *sites* e de jornalistas com base em arsenais inovadores.

Verificam-se as categorias multimídia, interatividade e participação através de uma pontuação estabelecida para cada elemento identificado nos *sites*. Fora atribuído o valor

⁹ "Tremenda Nota - De las minorías para Cuba." <https://www.tremendanota.com/>. Acesso em: 12 out. 2019.

¹⁰ "Distintas Latitudes" <https://distintaslatitudes.net/>. Acesso em: 12 out. 2019.

¹¹ Harlow e Salaverría (2016) citam o estudo de Bachmann e Harlow (2012), intitulado ‘Elementos multimídia de *sites* de jornais na América Latina’, no qual apresentam critérios e métodos pré-definidos para observação.

‘5’ para cada elemento presente para mensurar o nível digital. Com a soma dos valores, a média estabelecida do nível digital ficou entre 35 e 40 pontos.

Quadro 2 – Qualidade do nível digital dos *sites* independentes (2019)

Multimídia	Participação	Interação
<p>Arquivo ou Calendário Alguém Avisa; Revista La Terera; Sentiido;</p> <p>Ativar notificações por navegador Desastre</p> <p>Feed RSS incorporado Agência Presentes; Sentiido;</p> <p>Galerias de fotos ou slides Agência Presentes; Desastre; Letra Ese; Revista Todes</p> <p>Letreiro de notícias Desastre</p> <p>Podcasts de rádio ou áudio incorporados Agência Presentes; Desastre; La Jaula (podcasts); Revista Híbrida; Rádio Reflejos</p> <p>Versão em pdf Letra Ese;</p> <p>Versão Móvel Agência Presentes; Alguém Avisa; Desastre; La Jaula (podcasts); NLucon; Revista Híbrida; Revista La Terera; Rádio Reflejos; Revista Todes; Sentiido; YasMag;</p> <p>Vídeos ou canais incorporados Agência Presentes; Sentiido; NLucon; Revista Todes</p>	<p>Aplicativo do site Rádio Reflejos</p> <p>Capacidade de acompanhar a conta do Instagram do site Revista Híbrida; Revista Todes; NLucon</p> <p>Capacidade de acompanhar a conta do Twitter do site Desastre; Revista Híbrida; Sentiido</p> <p>Curtir a página do site no Facebook Desastre; Mano Alzada; NLucon; Revista Híbrida</p> <p>Links para os perfis nas redes sociais Agência Presentes; Alguém Avisa; Desastre; La Jaula (podcasts); Letra Ese; NLucon; Revista Híbrida; Revista La Terera; Rádio Reflejos; Revista Todes; Sentiido; YasMag;</p> <p>Mecanismo de busca Agência Presentes; Alguém Avisa; Desastre; La Jaula (podcasts); Letra Ese; NLucon; Revista Híbrida; Rádio Reflejos; Revista Todes; Sentiido; YasMag;</p> <p>Nuvem de tags Mano Alzada; Revista Híbrida</p> <p>Recurso de histórias mais lidas Alguém Avisa; Revista Híbrida; Revista Todes;</p>	<p>A presença de recursos para doar dinheiro, para assinantes Desastre; Letra Ese</p> <p>Página de contato Agência Presentes; Alguém Avisa; Desastre; La Jaula (podcasts); Letra Ese; NLucon; Revista La Terera; Rádio Reflejos; Revista Todes; Sentiido; YasMag;</p> <p>A capacidade de fazer upload de conteúdo gerado pelo usuário Rádio Reflejos; Sentiido</p> <p>Pesquisa com leitor@s Sentiido</p> <p>Recursos para participar da comunidade ou projetos Agência Presentes; Desastre</p>

Fonte: O autor.

Compreendeu-se como multimedialidade *feed* RSS incorporado; galerias de fotos ou *slides*; *podcasts* de rádio ou áudio incorporados; versão em *PDF*; versão móvel; vídeos ou

canais incorporados. A interatividade foi qualificada como a capacidade de acompanhar a conta do *Twitter* do *site*; curtir a página do *site* no *Facebook*; *links* para os perfis nas redes sociais; mecanismo de busca; nuvem de *tags*; recurso de histórias mais lidas. A participação foi medida pela capacidade de fazer *upload* de conteúdo gerado pelo usuário; presença de recursos para doar dinheiro, para assinantes; pesquisa com leitores; página de contato; recursos para participar da comunidade ou projetos (HARLOW, SALAVERRÍA, 2016). Ativar notificações por navegador, aplicativo do *site*, arquivo/calendário, capacidade de acompanhar a conta do *Instagram* do *site* e letrero de notícias foram elementos inseridos ao decorrer da análise com base no *layout* dos *sites*.

2.2 NÍVEL DIGITAL DOS MEIOS INDEPENDENTES

A análise dos níveis digitais possibilita a verificação de tendências e práticas mais utilizadas pelos *sites* independentes. Ou seja, as ferramentas digitais que compõem a estrutura e influenciam na distribuição do conteúdo.

Foram 12 *sites* analisados, sendo apenas a ‘Rádio Reflejos’ e ‘La Jaula’ produtos jornalísticos em áudio - como rádio e podcast, respectivamente. As revistas ‘Híbrida’, ‘La Terera’ e ‘Yas Mag’ se apresentam como ‘revistas digitais’ e não possuem versão impressa. Os casos se apresentam através de um *site* e redes sociais, com a lógica semelhante de ‘portais’ de notícias. Ou seja, além dos produtos específicos, como *podcasts* ou edições em *pdf* (formato digitalizado e portátil de documento), também publicam *posts* em texto e os distribuem na mesma estrutura estudada dos meios independentes. O *site* ‘Desastre’¹², (México) possuía o nível digital mais alto e estava delineado para a pesquisa, mas foi retirado por ficar indisponível durante o período da análise de predominâncias.

¹² "Desastre.mx." <http://desastre.mx/>. Acesso em: 16 dez.. 2019.

Tabela 1 – Nível digital dos *sites* independentes jornalísticos encontrados (2019)

Site	Pontos Multimídia (0 a 50)	Pontos Interação (0 a 40)	Pontos Participação (0 a 25)	Total (média 38)	Nível Digital
Sentiido	20	15	15	50	Alto
Agência Presentes	25	10	10	45	Alto
Revista Híbrida	10	35	0	45	Alto
Revista Todes	15	20	5	40	Médio
Rádio Reflejos	10	15	10	35	Médio
NLucon	10	20	5	35	Médio
Alguém Avisa	10	15	5	30	Baixo
Letra Ese	10	10	10	30	Baixo
La Jaula (podcasts)	10	10	5	25	Baixo
Revista La Terera	10	5	5	20	Baixo
YasMag	5	10	5	20	Baixo

Fonte: O autor.

A manutenção de redes sociais, com conteúdos e formatos específicos, é a característica digital comum em todos os casos. As ferramentas favorecem diferentes práticas mesmo que tragam os mesmos recursos técnicos.

Em níveis digitais, o deslocamento para redes sociais não se trata de uma inovação dos meios independentes, mas sim de um recurso viável para práticas de interação e participação. O que prevalece como novidade digital, por exemplo, é a promoção de atividades coletivas, ações digitais, edições de conteúdo, diálogos com estudantes e pessoas interessadas em colaborar com serviços sociais através das mídias digitais.

As estruturas dos *sites* analisados, as *homepages*, apesar de consideradas como invisíveis diante das redes sociais (AGUIAR; BARSOTTI, 2017), aparecem como espaços centrais na organização das notícias.

A investigação detalhada dos produtos reforça e atualiza os níveis digitais estudados, pois devem revelar *hyperlinks* internos, como produtos multimídia para cada pauta ou evento.

Os meios independentes, com base em ferramentas comuns e acessíveis, conseguem se diferenciar entre si pela proposta editorial e usos específicos, pois buscam problematizar e pautar demandas sociais ao invés da lucratividade como principal objetivo. A busca também é oferecida por meios comerciais, independentes em outras escalas, mas podem ocupar o espaço de uma pauta importante com a publicidade.

Sim, é uma estratégia para a sobrevivência em rede, mas os casos de meios ‘independentes’ demonstram outras possibilidades de produção de conteúdo, com parcerias de movimentos sociais, financiamentos coletivos, em alguns casos, ou promoções em rede.

Por isso, ainda há uma demanda de investigação a fim de compreender os processos que agem sob a qualidade da informação, já que a postura da redação pode criar sentidos diferentes para o mesmo enfoque.

2.3 DELINEAMENTO DOS MEIOS INDEPENDENTES

Os meios jornalísticos independentes encontrados foram delineados após demarcar o nível digital dos casos que possuem periodicidade ‘regular’ ou ‘constante’.

Com o nível digital ‘alto’ acima da média de pontos estabelecida como critério (valores acima da média do nível digital foram considerados altos e inferiores como baixos), os sites ‘Agência Presentes’ (Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Honduras); ‘Desastre’ (México); ‘Revista Híbrida’ (Brasil); ‘Sentiido’ (Colômbia) foram selecionados para a análise de representações.

Realizou-se a observação das políticas públicas de comunicação e as legislações de direitos sexuais e gênero (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México, Paraguai, Peru e Honduras) a fim de relacionar as conquistas e demandas da comunidade LGBTIQ+ com as práticas da imprensa.

Os resultados prejudiciais dos Regimes autoritários que estiveram vigentes e a relevância dos movimentos sociais na promoção da diversidade são debatidos porque demarcam limitações impostas aos direitos humanos. “A manutenção da concentração monopólica na esfera da produção simbólica passou a conviver então com a diversificação de produtos e marcas e as múltiplas formas como estes são ofertados no mercado” (MORAES, 2009, p.35). Averiguou-se os contextos em processos de redemocratização, que resultaram as recentes políticas de comunicação. Para aferir as políticas de comunicação, o conceito de hegemonia foi refletido junto das menções diretas e indiretas identificadas aos direitos da comunidade LGBTIQ+ em cada lei.

Investigou-se os documentos e levantamentos encontrados: o banco de dados de legislações comunicacionais latino-americanas do *site* ObservaCom¹³, os mapas de leis de

¹³ "Observacom" <http://www.observacom.org/>. Acesso em: 19 dez. 2018.

orientação sexual da Associação Internacional de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Trans e Intersexos (ILGA¹⁴) e o documento ‘La Concentración de Medios en América Latina: Su impacto en el derecho a la comunicación’ da Federação Internacional de Jornalistas, publicado em 2016. Foram procuradas as palavras-chave: ‘direito’, ‘discriminação’, ‘gênero’, ‘mulher’, ‘sexo’, ‘sexualidade’, ‘respeito’ nos textos das leis para identificar menções aos direitos sexuais e de gênero.

Observou-se quais pautas ainda demandam de visibilidade pelos meios independentes com a perspectiva de gênero e quais os desafios devem ganhar problematizações em cada um dos países estudados pela imprensa.

2.4 PERSPECTIVA DE GÊNERO

A demarcação de uma perspectiva de gênero colabora na justificativa e orientação da análise, que perpassa a visão de diferentes vertentes feministas. A visão científica se ergue com um magistral de autoridade sob batalhas políticas e sua imparcialidade tem sido questionada por feministas, que descrevem a objetividade científica como um mito e a mostram como um agente de poder mantenedor de hierarquias e a subordinação das mulheres (BERMAN, 1997). Considera-se que um preconceito ‘não consciente’ afeta a escolha dos problemas de investigação quando, por exemplo, supõe a condição masculina como norma ou que as diferenças comportamentais são inatas entre os sexos e as raças (BERMAN, 1997), apesar das intenções serem honestas.

A ciência não existe em um vácuo isolado e que as relações não discriminatórias serão possíveis quando as relações igualitárias caracterizarem a própria sociedade (BERMAN, 1997). A ciência atual remonta as origens históricas do período da escravidão na antiga civilização grega, que estavam adormecidas, mas que parecem fecundas na sociedade capitalista emergente (BERMAN, 1997) através de traços que não podem ser ignorados.

“A ciência não está acima do mundo ou separada de seus conflitos; é, ao contrário, a ciência de uma dada sociedade. Sua prática comum reflete as necessidades do setor dominante e sua maneira de pensar reflete cada vez mais a ideologia dominante” (BERMAN, 1997, p.271). A epistemologia feminista contemporânea faz parte da crítica do modelo cartesiano de ciência, que contesta a racionalidade e aceita pressupostos feministas, com metodologias

¹⁴ "Maps - Sexual orientation laws" <https://ilga.org/maps-sexual-orientation-laws>. Acesso em: 19 dez. 2018.

diferentes ou em conjuntos de práticas pela consciência da intencionalidade (FARGANIS, 1997) e dos usos.

“Saber, então, medir o que são as relações entre homens e mulheres oferece um método de análise para compreender em parte as mudanças atuais” (WELZER-LANG, 2001, p.473). A ciência se coloca num dado momento específico em seus aspectos sociais, pelas quais é praticada e defendida, diferente de um ideal platônico (FARGANIS, 1997). Não se trata de privilegiar a emoção em detrimento da razão como canal de conhecimento, mas de buscar uma alternativa epistemológica (SAFFIOTI, 1992) que reflita a interação permanente que as pessoas entendem o mundo situadas historicamente.

“[...] Pode-se desconstruir-reconstruir o conceito de objetividade e, negando a oposição entre objetividade e subjetividade, afirmar que as relações dialéticas entre ambas permitem discernir entre o investimento objetivo e a ilusão objetiva” (SAFFIOTI, 1992, p.207). Nas universidades, unidades nascidas da igreja, a configuração masculina se exerceu por uma filosofia ascética que permite compreender a filosofia moderna como herdeira da vocação do cristianismo que excluiu as mulheres dos domínios intelectuais. “Individualismo, meritocracia, competitividade, produtividade, burocracia são valores masculinistas que compõem o cerne do sistema-mundo capitalista que cada vez mais perpassa e constitui as universidades” (VEIGA SILVA, 2014 p.127). As vertentes do movimento feminista, no entanto, aparecem, em diferentes níveis, com propostas focais direcionais que se distanciam em alguns aspectos apesar das intenções críticas serem basilares. As óticas radicais, marxistas, negras, decoloniais, trans, lésbicas, *queer*, liberais, culturais podem ser opostas, incompatíveis, compatíveis, complementares.

Dentre ambas, o anarcofeminismo¹⁵, apesar de alguns desencontros com as perspectivas marxistas e radicais, mas ainda compatíveis, e diferente das liberais, se complementa com as demais vertentes. “[...] Faz referência à criação de uma sociedade não autoritária, uma sociedade baseada na cooperação, no cuidado, no apoio mútuo, na autogestão, na descentralização e na solidariedade, princípios estes anarquistas” (VASCONCELOS, 2017, p.55). O anarcofeminismo se diferencia do feminismo liberal por considerar a sociedade capitalista superficial (VASCONCELOS, 2017), no qual os direitos conquistados são desfrutados pela classe dominante.

¹⁵ O termo anarcofeminismo foi criado durante a ‘segunda onda’ do movimento feminista, na década de 1960 (VASCONCELOS, 2017).

O movimento ‘Mulheres Livres’, originado na Espanha por anarquistas, entre 1936 e 1939, é um exemplo inspirador na defesa por liberdade e a igualdade (VASCONCELOS, 2017). Defendia-se o fim das hierarquias sexuais e sociais, o amor livre, os direitos de acesso de cultura, trabalho e educação, a maternidade consciente e o direito ao aborto, diferente dos ideais de feminilidade e de masculinidade da época, que soam com a atualidade (RAGO, 2005) e as questões formuladas do feminismo contemporâneo. “[...] Oferece uma visão de uma vida livre e decente, que pode ser alcançado lutando contra o mal, e certamente vai levantar a oposição mais feroz, e trazer toda a força repressiva do antigo mal em contato violento com explosões selvagens de nova esperança” (GOLDMAN, 1910, p.42).

A emancipação humana conjunta está dentre os princípios anárquicos.

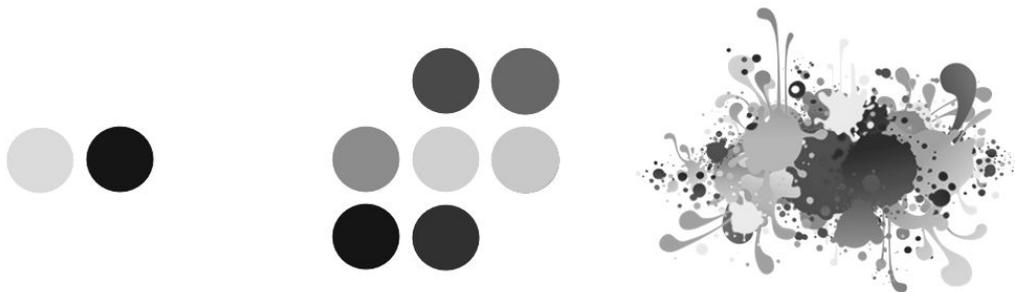
Gênero e classe se definem mutuamente, que se formam nas e através das relações sociais, pois uma classe constitui-se por membros com interesses comuns em contraponto de outras classes que se separam por antagonismos, na qual a exploração deve ser explicitada pelo lado da dominação (SAFFIOTI, 1992). A noção de estratificação de ‘gênero’ considera processos de mudanças, nuances, gradações e possibilidades de reversão, ao invés do termo ‘dominação masculina’ que sugere uma ideia de fixidez, assim como o patriarcado (ITABORAÍ, 2016). Quando se reconhece a perspectiva de raça e classe, percebe-se a crítica do movimento negro às feministas brancas de classe média que faziam de seus interesses o foco principal através de uma retórica comum de opressão (hooks, 2015). “Desde o começo do movimento de libertação das mulheres, as negras foram participar de grupos. Muitas nunca mais voltavam depois da primeira reunião” (hooks, 2015, p.205). O racismo feminino branco prejudica a luta feminista assim como o machismo masculino negro prejudica a erradicação do racismo (hooks, 2015).

O retrato da mulher negra foi construído e imposto como exótica, sensual, provocativa, objeto sexual de colonizadores e camadas religiosas (CARNEIRO, 2002) em uma perspectiva feminista decolonial. “Elas eram ‘reprodutoras’ - animais cujo valor monetário pode ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar [...]” (DAVIS, 2016, p.19). O pensamento decolonial liberta o gênero do eurocentrismo, que produz o tríptico de raça, classe e gênero como uma hierarquia que só pode ser pensada livre das relações por meio de uma alteridade à modernidade (BOUTELDJA, 2016) em uma nova utopia. “Como a teoria *queer*, a crítica decolonial interroga as pretensões teóricas que generalizam pressupostos e assuntos particulares e iludem as formulações dos Outros,

consideradas como específicas e particulares” (PEREIRA GOMES, 2015, p.415). Critica-se o uso da intersecção pelo uso acadêmico branco como um campo de investigação de domínio do saber no qual os objetos de pesquisa são vítimas (BOUTELDJA, 2016) e jamais políticos.

Com o prisma *queer*, observam-se as instituições dominantes e produtoras do sexo, gênero, raça, orientação sexual, geração ao invés de classificar as identidades já classificadas. “O *queer* decolonial é uma possibilidade teórica que passa pelo corpo e por uma política de localização. Pensar como sudaca, como bicha, pensar com uma ‘teoria cu’ e no ‘cu do mundo’ [...]” (PEREIRA GOMES, 2015, p.427). Diante das complexidades entre as vertentes e a necessidade de uma demarcação de perspectiva para a análise, considera-se uma aplicação ampla para abranger as relações de classes dominantes, as instituições reguladoras, os diferentes movimentos sociais e as auto-representações em rede.

Figura 1 – Demarcação da perspectiva de gênero



Fonte: O autor.

No esquema proposto (Figura 3), há a demarcação de três perspectivas de gênero que são representadas por tons e formatos para a compreensão: [1] o binarismo regulador enraizado no controle social do sexo e, conseqüentemente, da heterocisnormatividade representado por dois tons (mulher/homem); [2] a diversidade de afetos, da sexualidade, de gêneros e de relações, representada por uma gama de tons (homossexuais, bissexuais, travestis, transgêneros, assexuais, intersexuais e mais); [3] a complexidade humana subjetiva representada por tons diversos que se misturam e criam formas particulares, na qual se reconhece as auto-representações em rede de vivências particulares unidas aos movimentos sociais, que divergem, possuem distintas vertentes e compreensões, que se complementam, se distanciam, se enraízam, se confundem, se cruzam e se influenciam

Quando se encontram meios jornalísticos especializados em pautas sobre ‘gênero e sexualidade’, nota-se, em suas linhas editoriais, a indicação de conteúdo à comunidade LGBTIQA+ (com variações de siglas). Tais identidades, representadas pelos conteúdos, precisam ser analisadas por óticas que contemplem os movimentos sociais, as relações binárias impostas, as diferenças de classe presentes e a consideração das vivências auto-representadas. “[...] Indo além do que se pode ler na teoria do esquema de gênero, pode-se dizer que cada categoria social ocupa um lugar a partir do qual estabelece relações com outras categoriais, daí derivando uma determinada hierarquia” (SAFFIOTI, 1991, p.154). Na análise proposta, a intersecção de raça, gênero, classe, orientação sexual e geração aparece como uma perspectiva sensata ao contexto das vertentes feministas que incentivam olhares plurais de diferentes vivências, mas também aliada na observação hiper-crítica das instituições reguladoras, da heterocisnormatividade compulsória, do binarismo como produto do capitalismo, assim como na escolha de objetos de estudo afastados do eurocentrismo, que cria essa mesma intersecção, para descolonizar o saber. A resistência epistemológica precisa ser pressuposta na resistência política (SANTOS SOUSA, 2010). A demarcação da perspectiva do estudo pode ser libertária, estranha, em questionamento, ao passo que busca convergir (não hibridizar) partes das vertentes feministas em uma leitura plural, com base na história-teoria (FOUCAULT, 1998), obstinada em compreender fenômenos contemporâneos e sua dimensão política na sociedade em rede.

2.5 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Criam-se categorias de análise para aferir dados que se apresentam por meio de enquadramentos. A teoria de enquadramentos (*frames*) deriva de uma sociologia preocupada em compreender como indivíduos classificam e organizam suas experiências de vida e como produzem ‘esquemas de interpretação’ ou ‘quadros’ (ANTUNES, 1999). Em geral, os *frames* são localizados no interior dos sistemas de mídia, nas relações entre jornalistas no ambiente das redações; junto aos receptores das mensagens midiáticas; e entre os grupos e organizações (ANTUNES, 1999) dos diferentes campos sociais.

Em uma das concepções de *frames*, são lidos como formas ligadas na estruturação do discurso: uma espécie de ideia de fundo que, a partir de determinados elementos postos em destaque, organizam a construção e interpretação dos textos (ANTUNES, 1999). O

fundamental é que, na perspectiva das Teorias do Jornalismo, o fator tempo aparece como um quadro explicativo para dizer porque uma dada comunidade profissional (jornalistas), em um dado ambiente organizacional (as organizações jornalísticas), no interior de um dado processo de produção (as práticas jornalísticas), produz um tipo específico de produto (as notícias) (ANTUNES, 1999). Há uma proposição de que a construção jornalística da notícia se dá no escopo dos enquadramentos, que se fazem presentes nas matérias para ajudar a compor seu processo de significação e instigar percepções da realidade de maneira similar (ANTUNES, 1999). Sendo assim, os elementos que compõem o dispositivo de enquadramento são diversos, como metáforas, exemplos, estabelecimentos de relações causais e frases ditas (ANTUNES, 1999) e não ditas.

Na apresentação de algumas ilustrações para debate teórico, identifica-se um significado tão dominante ou preferencial sugerido em um enquadramento particular da situação, que é mais fortemente apoiado pelo texto e congruente com os esquemas de audiência mais comuns (ENTMAN, 1993). A análise de conteúdo é uma das principais tarefas para determinar o significado textual (ENTMAN, 1993). Existem duas outras definições de *frames*: uma como ideia de organização central ou linha de história que dá sentido a uma faixa de eventos que se desdobra; o segundo gênero de definição define o que os quadros geralmente fazem, especialmente as emissões (ENTMAN, 1993) em quadros.

Os processos de enquadramento ocorrem em quatro níveis: na cultura; nas mentes das elites e dos comunicadores políticos profissionais; nos textos das comunicações; nas mentes individuais (ENTMAN, 1993). Um quadro invoca os mesmos objetos e traços com o uso de palavras e símbolos idênticos ou sinônimos em uma série de comunicações similares que estão concentradas no tempo. Enquadramentos funcionam para promover uma interpretação de uma situação (implícita ou explícita) pelo apoio de uma resposta desejável, muitas vezes junto com um julgamento moral que fornece uma carga emocional (ENTMAN, 1993). Em contraste com a pesquisa sobre enquadramento estratégico, sabe-se menos sobre as estruturas profissionais que orientam o processamento informacional e a produção jornalística de textos.

Como a literatura mostrou que o enquadramento pode ter um efeito significativo sobre como as pessoas tomam decisões e formulam opiniões sobre qualquer questão ou evento, é importante entender os processos psicológicos subjacentes a tais efeitos (ENTMAN, 1993). A pesquisa de enquadramento tem levantado preocupações críticas sobre a capacidade das elites de manipular o público de maneira contínua. Acredita-se que as elites não têm como

determinar com precisão qual é a opinião pública ‘real’ e devem confiar em indicadores abreviados, como pesquisas e textos de notícias que são suscetíveis a efeitos de enquadramento (ENTMAN, 1993). A literatura ganharia muito com a expansão do escopo do enquadramento para além do foco nas opiniões individuais, para ser descrito como um processo diacrônico e sociopolítico (ENTMAN, 1993). O enquadramento não é uma teoria exclusiva da comunicação de massa (SÁDABA, 2008). Embora a sua maior divulgação tenha o fato de que muitos analistas de mídia voltam seu olhar para esta teoria, em suas origens, *el.framing* está relacionado com a preocupação de psicólogos e sociólogos como formas de conhecimento.

A teoria do enquadramento tem sua origem no desenvolvimento da chamada sociologia interpretativa (SÁDABA, 2008). Através do interacionismo simbólico, corrente para a qual o importante é como as pessoas interpretam a realidade (HEIDEGGER, 2008), o austríaco Alfred Schutz responde aos interesses próximos dessa corrente. A realidade faz parte das interpretações inquestionáveis de uma ‘atitude natural compartilhada’, que aceita a existência de fenômenos como um conhecimento socializado. Ou seja, a realidade social é o produto de definições individuais e coletivas. Sob essa posição, também se argumenta que as pessoas são um produto social, na medida em que aprendem o que é considerado como a realização dos processos de socialização, ao mesmo tempo em que a sociedade é produzida pelas pessoas para institucionalizar (SCHUTZ, 2014) suas ações.

A teoria de *frames* pode colaborar para compreensão mais detalhada do funcionamento e presença da mídia, como um agente produtor de discursos dentro do escopo social. Enquanto um método de pesquisa, pode melhorar a apreensão de perspectivas no processo de construção das notícias. Por mais que possua origem sociológica, a teoria fomenta a análise jornalística de maneira interdisciplinar quando apresenta fatores a ser considerados como as representações de identidades e classificações de diferenças entre ambas, como se reflete nos Estudos de Gênero.

A análise de representações afetivo-sexuais e de gênero pelos enquadramentos jornalísticos se aplicou pela coleta do conteúdo - materialidade - para realizar a quantificação com base nas categorias de análise utilizadas na obra ‘Jornalismo, Homofobia e Relações de Gênero’ (CARVALHO ALBERTO, 2012). Propõe-se que, a partir de categorias semelhantes, é possível iniciar o trajeto de compreensão dos enquadramentos dos meios independentes

delimitados. No caso, não como categorias fixas, mas como suportes que podem auxiliar em noções essenciais dos sentidos propostos em cada modalidade narrativa e plataforma.

Considerou-se como modalidades narrativas: notícias, reportagens, entrevistas, editoriais, artigos, carta de leitores, charges, ilustrações etc; Os agentes foram identificados como as seguintes fontes: executivo, judiciário, legislativo, celebridades etc; Os assuntos foram lidos a partir de tópicos centrais como: união civil, comportamento sexual, comportamento afetivo, violência física, violência simbólica etc; As diversidades e identidades se demarcaram a partir de termos apresentados como: *gay*, lésbica, bissexual, travesti, transexual etc; A natureza do acontecimento foi dividida entre produzida, programada ou acidental (CARVALHO ALBERTO, 2012).

Parte das categorias foram atualizadas conforme o conteúdo apreendido.

O recorte do material da pesquisa se refere aos anos de 2017, 2018 e o primeiro semestre de 2019. Os anos selecionados correspondem aos períodos em que ambos os meios independentes possuem publicações ou estavam disponíveis para acesso depois de suas inaugurações. A coleta de dados e análise aconteceu no segundo semestre de 2019.

A organização dos dados foi realizada em uma planilha para ambos os *sites*. Foram identificadas predominâncias através das palavras-chave mais mencionadas em cada tópico categórico (em específico: fontes, assuntos e identidades). Foram criadas nuvens de palavras nas quais as palavras que possuem maior frequência de uso ficam sob destaque. O programa para realizar a nuvem de palavras foi a extensão gratuita chamada '*Word Cloud Generator*'.

Foram gerados gráficos para auxiliar no cruzamento entre os dados de cada *site*. Apenas as palavras-chave predominantes foram comentadas e comparadas. Optou-se pela predominância por ser um fator de repetição - relevante ao jornalismo. Cada categoria de análise foi descrita qualitativamente em resumo pelas palavras-chave predominantes e cruzadas por exemplos significativos. Criou-se uma narrativa de demarcação que resulta diferenças entre os meios jornalísticos digitais. Trata-se do conteúdo dos jornais em si exposto a uma ótica de interpretação científica baseada em perspectiva de gênero, que pode se alterar em suas ramificações.

3. IDENTIDADES, DIFERENÇAS E REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS

Para verificar a relação com o jornalismo, vista a partir dos meios independentes selecionados por este estudo, se faz necessário compreender como as identidades e diferenças de pessoas LGBTQIA+ dialogam. Uma identidade se afirmou quando homossexuais foram representados como um grupo que buscava a igualdade e ampliação de direitos e, com essa demarcação, se implantava uma disputa (GONÇALVES OLIVEIRA, 2017) de formas de representá-la.

A identidade surge no ponto de intersecção entre práticas discursivas sociais, impulsos psíquicos e o inconsciente (HALL, 2009). A representação inclui práticas de significação e sistemas simbólicos por meio dos significados que são produzidos, tornando-os sujeitos, no qual se criam sentidos para as experiências pela participação em instituições, com graus variados de escolha (WOODWARD, 2009) e autonomia.

Diferenças e identidades não são opostos, pois a identidade depende da diferença, quando, nas relações sociais, essas formas de diferenças são estabelecidas, em partes, por sistemas classificatórios (WOODWARD, 2009). A religião - desde a narrativa do livro bíblico como peso simbólico de um pensamento de inferioridade feminina (ALMEIDA, 2018), o Estado (pela repressão) e a ciência médica (pela patologização) constroem representações de identidades através de discursos de poder (FOUCAULT, 1998), que atribuem um caráter ‘normal’ ou ‘desviante’ pelo processo jornalístico (DARDE, 2012) enquadrados em mapas culturais de significados.

Os estereótipos, aspectos da representação humana, trazem efeitos de quem os controla e, por isso, o problema está em quem os define e pelos quais interesses os servem (DARDE, 2012). As identidades são normatizadas e normalizadas pela rota gênero/sexualidade/sexo e os Não-Sujeitos, habitantes das margens dessa estrutura hegemônica, demarcam as fronteiras dos limites (NORONHA, 2014) desses domínios.

Reivindicar uma identidade também é construir poder (CASTELLS, 2018).

Os discursos midiáticos se consolidam e ressignificam uma significação existente, exercem funções de poder pela manipulação dos conceitos de modo onipresente na vida social, como fonte de informação, entretenimento, cultura e comunicação ao corpo, que absorve tais referências na medida que oferece condições que para que mídia se alimente de seu comportamento devido ao sistema capitalismo de produção (AMARAL, 2013). “Os

corpos imagéticos que circulam nos *media* tentam comer as cabeças dos outros corpos, transformar os sujeitos em homens com a cabeça de papelão, tal como satirizou João do Rio. Mas, o cotidiano permite ao corpo outras experiências que não apenas a dos *media*” (NUSSBAUMER, 2004, p.171). Entre a dureza e a delicadeza do corpo tensionado pelos medos e relaxado por prazeres que resiste na experiência da vida ordinária, os sujeitos experimentam ações nos acontecimentos (NUSSBAUMER, 2004) em uma dialética.

A imprensa ‘alegre’ definia públicos interessados a partir do ponto de vista de redatores que os afirmavam a fim de criar uma identidade aos impressos, que expressavam conflitos entre as autoridades, católicos ou juristas (PEREIRA, 1997). “Antes, pela sua particular inserção numa dinâmica de mercado, estes jornais podem ser tomados como espaços polissêmicos, nos quais se encontram tematizações de relações sexuais que revelam visões das relações sociais” (PEREIRA, 1997, p.19). Como modelos providos dos Estados Unidos e da Inglaterra, as publicações brasileiras voltadas aos homossexuais foram geradas como armas políticas e culturais contra a sociabilidade *gay*, principalmente, entre 1960-1970 (BARROSO, 2007). “Em meio a esse sistema de castração de direitos e controle à liberdade de expressão, surgem centenas de publicações, conhecidas como imprensa alternativa ou nanica, que ousava desafiar o poder estabelecido e denunciar situações de opressão” (WOITOWICZ, 2009, p.35). Os periódicos brasileiros alternativos sobre diversidade sexual e gênero colaboram para interpretação e contextualização de diferentes épocas e agitações políticas nacionais apesar de serem pouco explorados (FEITOSA, 2014) no estudo científico.

São exemplos: O ‘Snob’ (1963); ‘Gente *Gay*’ (1970); ‘Brasil Mulher’ (1975); ‘Beijo’ (1977); ‘Nós Mulheres’ (1976); ‘Entender, Mundo *Gay*’ (1977); ‘Lampião da Esquina’ (1978); ‘Mulherio’ & ‘Chana com Chana’ (1981). Posteriormente, aparecem os periódicos ‘Jornal do Nuances’ (1998); ‘Revista Sui Generis’ (1994); ‘G *Magazine*’ (1997); ‘Revista Junior’ (2000) e ‘Revista TPM’ (2001). “Entre 1962 e 1963 funcionou, inclusive, uma Associação Brasileira de Imprensa *Gay*, dirigida por Agildo Guimarães e Anuar Farah, no Rio de Janeiro. A associação foi fechada pelo regime militar” (LIMA, 2009, p.237). O ‘Snob’, produzido pelo mesmo editor de ‘Gente *Gay*’, se apresentou como um jornal mais ‘profissional’ e ganhou destaque público significativo; ‘Sui Generis’ valorizou a prática da ‘saída do armário’ com afirmação de uma identidade *gay* de sucesso, vibrante, inteligente e alegre com investimentos em semelhanças; ‘Revista Junior’ valorizava a beleza, juventude, forma física saudável, masculinidade como estilo de vida pelo consumo de grifes, produtos

cosméticos e suplementos proteicos, enquanto mais jornais ‘caseiros’ buscavam um perfil ‘profissional’ e registravam o anseio de pessoas (FEITOSA, 2014) em suas edições.

O caso da revista ‘Sui Generis’, que tinha uma prática engajada e ‘ativista’, colabora para análise das práticas profissionais e discursos que comunicou, assim como seu papel de retrato do público através do jornalismo (FEITOSA, 2018). Com uma linguagem abusada, ao utilizar termos pejorativos e humilhantes do universo machista, como *bicha*, *veado* ou *traveca*, o jornal ‘Lampião da Esquina’ promoveu interlocuções e passeios de espaços e identidades para reverter as injúrias com uma abordagem auto irônica (HEEREN, 2011). O corpo, geralmente escondido, era substituído pelas palavras agressivas do jornal. “A preocupação com o ‘Lampião da Esquina’ não era de explorar o corpo masculino, salvo nas últimas edições em que a sensualização foi utilizada como subterfúgio para a sobrevida do jornal frente à invasão de revistas pornográficas que invadiram o país naquela época” (AMARAL, 2013, p.185). As revistas pornográficas aparecem junto da experiência do Lampião como uma concepção distinguível de jornalismo *homoerótico* em termos de modernização e técnicas de produção (TRINDADE, 2004). Já o ‘Jornal do Nuances’ evidenciava questões, tensões e disputas internas do movimento homossexual pela louvação da ‘bicha cafona’ em detrimento do ‘gay classe média’ (BARROSO, 2007). Os movimentos feministas da época tiveram apoio e divulgação pelos periódicos específicos, como o ‘Chana com Chana’ que apresentava posições declaradas (MANINI, 2012) e o jornal ‘Mulherio’, que na primeira edição propunha sua reivindicação através do seu título.

Quando se observa os enquadramentos dos jornais brasileiros de referência, como a ‘Folha de São Paulo’ e ‘O Globo’ (2004 e 2014), nota-se a prevalência da visibilidade, da diversidade sexual e dos direitos civis conquistados atrelados aos discursos oficiais (FRANCISCO, 2016). A homofobia está visível no conteúdo desses jornais, mas a problematização dos motivos pela qual a homofobia consiste se mantém em zonas de invisibilidade (CARVALHO ALBERTO, 2012). No Jornalismo, uma matriz heteronormativa perpassa os valores profissionais que interferem no desenvolvimento de desigualdades na construção social de uma realidade parcial (VEIGA SILVA, 2014). “Seguir em frente no combate às variadas formas de opressão que diariamente ceifam vidas é urgente. Nesse caminho, o jornalismo não pode mais ser pensado como estando à margem do processo de reprodução/transformação da realidade social, quer queira(mos) ou não” (CAEIRO, 2016 p.231). No Brasil, 73% das jornalistas afirmaram já ter escutado comentários ou piadas de

natureza sexual sobre mulheres no seu ambiente de trabalho; 84% das jornalistas relataram já ter sofrido violência psicológica, como insultos, humilhação, abuso de poder, intimidação, tentativa de danos e ameaças (MAZOTTE; TOSTE, 2017). “As redações são formadas em sua maior parte por jornalistas brancos de classe média, uma vez que contingências econômicas e sociais limitam o seu acesso aos negros, aos migrantes e aos indivíduos de classes populares” (FERNANDES, 2015, p.193). Nesse cenário, os meios jornalísticos independentes especializados em pautas sobre ‘gênero e sexualidade’ podem revelar práticas e tendências que colaboram para representatividade de identidades diversas.

Informações ‘alternativas’ em estruturas independentes de grupos de comunicação, a priori, são as únicas maneiras de construir uma posição ao jornalismo, pois os ‘jogadores puros’ não podem competir com *sites* apoiados com capacidades financeiras desproporcionais e alcançar as mesmas economias de produção, funções industriais, tecnológicas e editoriais (DAMIAN-GAILLARD; REBILLARD; SMYRNAIOS 2009). “[...] Só resta a eles tentar devolver os estigmas por uma oferta editorial inusitada, tanto do ponto de vista das escolhas dos temas, dos ângulos de tratamento da informação, das fontes de informação solicitadas com os internautas” (DAMIAN-GAILLARD; REBILLARD; SMYRNAIOS, 2009, p.13). No mercado tradicional, a inserção das mulheres nas redações diz respeito ao reconhecimento das qualificações, sua capacidade de ocupar empregos antes reservados aos homens, sendo o desafio principal não apenas a igualdade de remuneração, mas também o tratamento igualitário (DAMIAN-GAILLARD; FRISQUE; SAITTA, 2009). “[...] As mulheres estão concentradas nos seguintes setores: revista, extra-redação, televisão e agências de notícias. Nos setores mais tradicionais, impresso e rádio, o número de profissionais mulheres é menor” (ROCHA, 2004, p.57). Dentre os 100 meios jornalísticos¹⁶, nativos digitais lançados até 2016, de Argentina, Brasil, Colômbia e México, 38% são empreendimentos fundados por mulheres. Eis uma condição que se reproduz, nos países da América Latina, com níveis de monopólio e concentração de mídia incompatíveis para a promover a diversidade (BECERRA; MASTRINI, 2017), principalmente quando tal desigualdade se revela nos modelos de produção.

Nesse sentido, é preciso compreender como as diferenças entre ‘homens’ e ‘mulheres’ foram estabelecidas e quais foram os fatores para a congruência de debates sobre a diversidade, além da visão heterocisnormativa.

¹⁶ "Sembramedia." <https://www.sembramedia.org/>. Acesso em: 1 fev. 2019.

4. GÊNERO E SEXUALIDADE

Como os objetos de estudo tematizam questões de gênero e sexualidade é preciso revisar como o debate se aprimorou com o tempo e de quais formas o assunto se faz presente nas relações sociais. “A primeira classe oposição que aparece na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento monogâmico [...]” (LERNER, 1990, p.15). A história do feminismo está associada ao pensamento engajado de autoras como Olympe de Gouge e à herança iluminista desde meados do século XVIII (ITABORAÍ, 2016). As três ondas do feminismo auxiliam na compreensão do desenvolvimento de perspectivas (MIGUEZ, 2011) assim como suas fragmentações.

A primeira onda, em busca da igualdade de gênero, foi marcada pelo ativismo sindical, associado ao marxismo e partidos de esquerda, por meio de corporações feministas de luta expressiva (MIGUEZ, 2011). “A mulher não se define nem por seus hormônios nem por misteriosos instintos e sim pela maneira por que reassume, através de consciências alheias, o seu corpo e sua relação com o mundo [...]” (BEAUVOIR, 2001, p.494). A segunda onda do movimento busca a libertação das mulheres pela construção de uma nova identidade entre as próprias mulheres, sem considerar o varão, através da sonoridade (MIGUEZ, 2011). “Estas últimas acusam por sua vez as igualitaristas de cobrarem que todas as mulheres se tornassem homens para poderem gozar de igualdade de atuação da vida pública” (MIGUEZ, 2011, p.186). Com base nas noções de Foucault e Lacan, a terceira onda (pós-feminismo) considera o sujeito feminino indeterminável, indefinível, em mudança contínua, com críticas ao falocentrismo e a heterossexualidade¹⁷ compulsória (MIGUEZ, 2011). “Assim fazendo, acabaram entrelaçando a categoria de gênero com a de classe, etnia, idade, desejos e orientações sexuais, posturas sexuais minoritárias até agora consideradas como perversão pela dominação das práticas normalizadoras da cultura machista de cunho binário [...]” (MIGUEZ, 2011, p.188). A questão abre um debate complexo, seguido por perspectivas feministas construcionistas e desconstrucionistas entre gênero/sexo, no qual as mulheres possuem uma história particular de subordinação e rejeição oriunda do pensamento patriarcal (LERNER, 1990), desenvolvido desde o Estado arcaico.

¹⁷ Em 1892, a palavra heterossexual foi utilizada pela primeira vez em um periódico médico de Chicago, nos Estados Unidos (KATZ, 1996).

A noção de diferença sexual se contextualiza entre os séculos XVII e XIX, pois antes predominava um modelo, herdado dos gregos, que admitia a existência de apenas um sexo biológico, no qual homens e mulheres não seriam definidos em termos de natureza, dois corpos distintos, mas em termos de grau de perfeição, no qual criaturas com um ‘pênis externo’ eram dotadas dos privilégios (ROHDEN, 2001). O sexo, enquanto material de estudo da biologia, determina diferenças genéticas entre a vagina e o pênis. “A base sobre a qual se edificava o pensamento médico – mas não só ele – era a percepção de que apenas se observava o que a natureza havia criado. A medicina tinha a tarefa de decodificar os sinais emitidos, presentes nos corpos de homens e mulheres” (ROHDEN, 2001, p.45). Tal dispositivo da sexualidade de poder-saber-prazer (FOUCAULT, 1998), durante a modernidade ocidental, estabelece um trajeto binário, no qual os caminhos desviantes se tornam marginais e patologizantes. “O sexo não é essa parte do corpo que a burguesia teve que desqualificar ou anular ou pôr para trabalhar os que ela dominava [...]” (FOUCAULT, 1998, p.135). A implicação dessas impressões está ligada aos fatores econômicos durante o século XIX promovidas pela Revolução Industrial (DONATH, 2017) em manter uma sociedade higienizada, que propunha duas variações do temperamento humano, um ódio ao medo ou desejo de exibi-lo. “[...] E nessa definida personalidade do sexo toda criança será educada se for menino para suprimir o medo, se for menina para demonstrá-lo” (MEAD, 2003, p.272). Tais imposições implicam debates médicos que podem considera aspectos bioéticos¹⁸.

O organismo humano se caracteriza pela constituição de células somáticas que possuem no seu núcleo um número constante de cromossomos e contém os genes (patrimônio genético das espécies) fundamentais para as características próprias de cada pessoa (CERQUEIRA, 2011). Pessoas intersexuais possuem gônadas de ambos os sexos, testículo e ovário ou uma mistura de ambos chamado de ovotestis, que devem ser avaliados de acordo com o ambiente social e familiar (CERQUEIRA, 2011). “As decisões em torno da intersexualidade ocupam, ao contrário, um campo de conformação tensa, divergente e constituído por mundo nem sempre articulados (como a esfera médica e o ativismo intersex)” (MACHADO, 2006, p.81). Intersexualidade é um termo cunhado pelo geneticista Richard

¹⁸ Bioética foi um termo forjado pelo pesquisador Van Rensselaer Potter, da área da oncologia, nos EUA, em 1970, com a publicação do ensaio ‘*Bioethics, the science of survival*’ (CERQUEIRA, 2011).

Goldschmidt no começo do século XX, que, posteriormente, ganha dimensões políticas para evidenciar o binarismo de gênero (FREITAS, 2015) e abandonar a concepção patológica.

Com base na perspectiva médica, reconhece-se a sexualidade como estrutura originária e designada ao binarismo, no qual existem casos em que é preciso readequar o 'sexo' de uma pessoa 'desviante' do 'normal' através de intervenções cirúrgicas em alguns casos. "Na escolha de comportamentos homossexuais, bissexuais ou transexuais, o sujeito sempre os vivenciará como homem ou como mulher, até mesmo se tiver sido submetido a cirurgias transformadoras" (CERQUEIRA, 2011, p.63). A fluidez da contemporaneidade propõe que tudo vem e vai, tudo muda, nada é estável, pela imersão cultural, que define a identidade sexual e as noções do corpo pela construção e desconstrução. A estrutura biológica se mantém constitucionalmente imutável (CERQUEIRA, 2011) apesar dos embates.

A interferência cultural, apesar de relevante na construção das identidades, não se trata de um valor absoluto (CERQUEIRA, 2011). "Essa concepção é normalmente descartada pela reflexão feminista contemporânea, por ser considerada mais essencialista e metafisicamente determinista" (MIGUEZ, 2011, p.179). Tais interferências são visualizadas entre a tríplice gênero/sexualidade/sexo.

A tentativa de diferenciar ou relacionar bio-id, diante das implicações, colabora para a compreensão da complexidade humana em prol da conscientização de equivalências geradas pela cultura. "Gênero é a organização social da diferença sexual, não reflete diferenças fixas e naturais entre homens e mulheres, mas um saber que estabelece de força flexível, fluida e sempre aberta e mutável significados para as diferenças corporais entrelaçadas por relações de poder" (MIGUEZ, 2011, p.197). A hierarquia dos órgãos genitais, por exemplo, resulta uma regra da heterossexualidade obrigatória e a rejeição das mulheres, quando se propunha que as mulheres eram castradas, sem o falo desenvolvido, enquanto os homens eram aqueles com o falo (RUBIN, 2017). Por isso, criam-se críticas às perspectivas falocêntricas e heterossexualizadas, desde o âmbito científico e a divisão do trabalho pelo sexo após a inserção das mulheres no mercado.

A divisão do trabalho por sexo pode, desse modo, ser vista também como um 'tabu': um tabu contra a mesmice entre homens e mulheres, um tabu dividindo os sexos em duas categorias reciprocamente exclusivas, e um tabu que exacerba as diferenças biológicas entre os sexos e que, em consequência, cria o gênero. A divisão do trabalho pode também ser vista como um tabu contra arranjos sexuais diferentes daqueles que envolvem pelo menos um homem e uma mulher, impondo assim um casamento heterossexual (RUBIN, 2017, p.11).

O poder masculino inclui o poder dos homens ao negar a sexualidade das mulheres ou forçá-las à sexualidade masculina pelo comando e exploração a fim de controlar sua produção, privá-las, ao restringir sua criatividade e retirá-las de áreas de conhecimentos e realizações (RICH, 2012). Em revistas americanas de época, uma ‘nova mulher’ começa a ser representada durante a primeira metade do século XX, como heroína-dona de casa, jovem na aparência, no qual seus únicos planos se referiam aos filhos (FRIEDAN, 1971). Sua imagem terminava com o parto, pois a única figura era a criança (FRIEDAN, 1971) em crescimento.

Essa mística feminina afirma o compromisso da mulher com a realização de sua ‘feminilidade misteriosa e intuitiva’, próxima da criação e da origem da vida - em certos aspectos superior da natureza do homem - que só pode encontrar a realização na criação dos filhos, no amor materno, na passividade e no domínio do macho (FRIEDAN, 1971). Com os Estudos de Gênero, reforça-se que o modelo ideal de maternidade predominante também varia em cada cultura. “Conscientemente ou não, todas as mulheres o carregam. Pode-se aceitá-lo ou contorná-lo, negociá-los ou rejeitá-lo, mas é sempre em relação a ele que, em última instância, se é determinado” (BADINTER, 2011, p.143). Tal determinação condena a nuliparidade das mulheres que fazem de tudo para ter um filho e as que o recusam se mantêm suspeitas (BADINTER, 2011) e desviantes. “Hoje, uma mulher pode desejar não ser mãe: trata-se de uma mulher normal que exerce a sua liberdade, ou de uma enferma no que concerne às normas da natureza? Não teremos, com excessiva frequência, tendência a confundir determinismo social e imperativo biológico?” (BADINTER, 2011, p.10). Cria-se um ‘amor materno intrínseco’, mas, como sentimento humano, é incerto, frágil, imperfeito e talvez não esteja profundamente inscrito (BADINTER, 1981) na natureza feminina.

Exigir a maternidade e atar todas as mulheres à mesma determinação rígida sobre como se deve exercer a maternidade também são diferentes, pois não se reconhece que talvez não tenham que necessariamente se encarregar do cuidado e proteção dos filhos em circunstâncias sempre idênticas (DONATH, 2017). “[...] Se o patriarcado ainda persiste como forma de organização social, sendo reproduzido pelas lógicas de produção e comercialização de conteúdos dos meios de comunicação, ele parece não ter a mesma força de antes” (VELOSO, 2013, p.277). Como um processo de *Convergência*, os diferentes arranjos familiares (1976-2012) agregam mudanças sociais na condição das mulheres nas famílias brasileiras, pela macroestrutura da modernização, os anseios por mais autonomia, os

movimentos sociais feministas e de classe, assim como a agenda internacional das mulheres (ITABORAÍ, 2016) que impactam em políticas públicas.

As novas gerações são expostas, desde a infância, fora do padrão tradicional do patriarcado e, com isso, diversificam, pouco a pouco, os papéis exercidos (CASTELLS, 2018). Contudo, deve-se considerar que a ‘violência doméstica’ ainda é uma realidade aos jovens homossexuais, sem defesa, devido ao preconceito dentro da casa da família com paixões de malquerer e atos de intolerância gerados pela diferença de efeitos da descoberta da homossexualidade, dos filhos como um processo que se estende no tempo e, para suas mães, como um processo pontual (MODESTO, 2010). A sexualidade, canalizada e institucionalizada no seio da família, também se estende entre a ciência, escola e religião.

Percebem-se os resultados do duplo paradigma naturalista: a pseudo natureza superior dos homens ao sexismo e a visão heterossexuada do mundo considerada como norma (WELZER-LANG, 2001), que colabora para violências aos seres ‘desviantes’, mas também aos ‘homens’ durante o período de sociabilidade e constituição da masculinidade entre ambos na casa-dos-homens¹⁹. “A guerra que os homens empreendem em seus próprios corpos é inicialmente uma guerra contra eles mesmos. Depois, numa segunda etapa, é uma guerra com os outros” (WELZER-LANG, 2001, p.463). O termo de homens pró-feministas foi adotado entre homens e mulheres, em 1996. “[...] Sua existência questiona a capacidade de alianças e de análises comuns entre homens e mulheres, dominantes e dominados” (WELZER-LANG, 2001, p.469). São homens que se reconhecem como pessoas construídas como ‘dominantes’.

Alguns setores religiosos e partidos conservadores se referem aos estudos sobre gênero, feminismo, sexo e sexualidade como uma ‘ideologia’ de gênero, um projeto de destruição do sexo em suas formas convencionais (SILVA SANTOS, 2018). “Há ainda, um total esvaziamento do conceito de gênero, que passa a ser interpretado como uma força que pretende destruir as famílias, impor novas formas de vivenciar e expressar a sexualidade, destruir a biologia, e forçar crianças a serem *gays* e *lésbicas*” (SILVA SANTOS, 2018, p.293). Falar em sexualidade e gênero exige tomar para si o que nunca foi possível ser pensado e, na escola, ainda regulada pelo calendário cristão, formar alguém não significa formatar (SILVA BAPTISTA, 2014). Demanda-se uma educação linguística, que ainda

¹⁹ A homosociabilidade acontece entre homens durante as primeiras aprendizagens como jogos de erotismo, escondidos do olhar das mulheres e dos homens de outras gerações, através de competições de pintos, maratonas de punhetas (masturbação), excitações sexuais coletivas, que obrigam os meninos a aceitar leis postulantes ao *status* de homem (WELZER-LANG, 2001).

carrega padrões de gênero estabelecidos. “Igualmente, é preciso politizar os padrões interacionais em sala de aula, em sala de professoras/es, em reuniões pedagógicas: quem fala? Quem é o ouvido? Que falas são referenciadas? Que falas são ironizadas ou ignoradas?” (PINTO PLAZA, 2014, p.118). Conseqüentemente, há o discurso de ódio contra pessoas que estão em posições de influência, ativistas e militantes engajados na diversidade de lutas (MOTTER, 2018). Na escola, a vigilância sobre a sexualidade não remove a diversidade de interesses e as dúvidas.

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo, apenas, limitar sua manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política (LOURO, 2000, p.18).

O conceito de homofobia foi originado na década de 1970, nos Estados Unidos, mas ganhou função descritiva somente na década de 90, como forma de violência (física e simbólica) caracterizada por sentimentos de aversão, desprezo, repulsa e medo, que se manifestam por insultos, piadas hostis e manifestações sexistas a fim de denunciar pessoas ‘desviantes’, principalmente *gays* e lésbicas (BORRILLO, 2001). “[...] A homofobia, em particular a masculina, cumpre a função de ‘policiamento da sexualidade’, reprimindo qualquer comportamento, gesto ou desejo que ultrapasse as fronteiras ‘impermeáveis’ dos sexos” (BORRILLO, 2001, p.36). Fala-se em transfobia, homotransfobia, bifobia e lesbofobia para revelar especificidades da homofobia - um termo complexo e variado “[...] que se dirige também a todos os que não aderem à ordem clássica dos gêneros: travestis, transexuais, bissexuais, mulheres heterossexuais que têm personalidade forte, homens heterossexuais delicados ou que manifestam grande sensibilidade” (BORRILLO, 2001, p.18). Assumir-se como negra, mulher, homossexual, bissexual, travesti ou transgênero significa apontar para a política da heterossexualidade, cisgeneridade (GONÇALVES OLIVEIRA, 2017) e da homotransfobia. “A sigla LGBT, então, serve como uma taquiografia unificadora para um grupo de ‘minorias’ que precisa de atenção especial do Estado e para demandas muito diferentes daquelas que as distintas populações que compõem essa ‘minorias’ articulam” (HUTTA; BALZER, 2013, p.327). As divergências da comunidade LGBTIQA+ ficam evidentes quando essas populações se unem.

4.1 HETEROCISNORMATIVIDADE

A categoria do sexo é um produto da sociedade heterossexual, que impõe a reprodução da espécie e da sociedade hetero, a exploração das mulheres, que censura as diferenças sexuais, em níveis econômicos, simbólicos, linguísticos e políticos através da oposição (WITTIG, 1992). “[...] As demonstrações de afeto heterossexuais são ‘ações neutras’ e perfeitamente toleradas em espaços públicos, mas as manifestações homoeróticas são interditas e permitidas somente nos espaços privados ou em locais claramente identificados como permissíveis [...]” (SILVA MARIA; ORNAT; CESAR, 2013, p.97). Dentro das relações homossexuais, a heterocisnormatividade também se produz por dicotomias como ativo/passivo, dominador/dominado, bofe/bicha, fanchona/*lady* (FRY; MACRAE, 1983) ou padrão/efeminado.

Entre ativos/passivos, quem ‘come’ vence como em um jogo, porque fica ‘por cima’ de quem ‘abre as pernas’ e se rende totalmente (FRY; MACRAE, 1983). O problema é que a homossexualidade varia, sendo uma coisa na Grécia Antiga, outra coisa na Europa do fim do século XIX e outra no Paraguai, entre os índios Guaiiqui (FRY; MACRAE, 1983). Gênero não deve ser concebido como a inscrição cultural num sexo previamente dado (BUTLER, 2003), pois gênero não está para a cultura e sexo para a natureza. “A crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significante masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos agentes totalizantes do feminismo” (BUTLER, 2003, p.33). O gênero como uma relação binária está regulada pela instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada em que o masculino se diferencia de feminino (BUTLER, 2003) por meio das práticas do desejo hetero. “Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em cursos; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um telos normativo e definidor” (BUTLER, 2003, p.37). Mulheres, lésbicas e os *gays* devem se apropriar da posição de sujeito falante a fim de ressignificar as regras que foram impostos. “[...] O gênero é um ‘ato’, por assim dizer, que está aberto a cisão, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exhibições hiperbólicas do ‘natura’ que, em exagero, revelam seu status fundamentalmente fantasístico” (BUTLER, 2003, p.211). Em 1910, o termo ‘transexualpsíquico’ foi utilizado pelo sexólogo Magnus Hirschfeld para se

referir a travestis, pois no período não havia distinção conceitual entre transexuais, travestis e homossexuais (PAMPLONA; DINIS, 2017). Em 1952, na Dinamarca, a cirurgia realizada em Georges Jorgensen, que se tornou Christine, foi um marco para a definição da transexualidade atual e o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero (ARÁN; MURTA, 2009). “As tensões entre travestis de diferentes corpos e idades evidencia a fluidez dessas experiências: mostra como as performatividades, as tecnologias de intervenção corporal e as próprias intervenções mudam de acordo com o tempo e lugar” (MEIRA, 2014, p.9). Trata-se de uma reescrita através da coexistência ou convergência de injunções discursivas (BUTLER, 2003). Como observar as vivências de travestis com a ótica *queer*?

[...]

Nossa vida é feita de luta, uma luta constante contra o sofrimento. Um sofrimento muito pesado. E um destes sofrimentos é a falta de oportunidade que estrutura nossas vidas. Nestes quarenta anos de vida, vive mais de vinte e cinco anos de prostituição. Esta vivência na prostituição é devida às **poucas oportunidades que tive na vida, a falta de oportunidades de uma profissão** (LEE, 2013, p.36).

[...]

Com todas essas transformações, eu nunca me pensei uma transexual, apesar de me sentir uma mulher, sabe? **Eu não quero ser uma transexual. Tem travesti que faz a cirurgia**, mas eu acho que elas não ficam bem. Pois, como pode um homem deitar em uma mesa de cirurgia e levantar uma mulher? Eu não sei se sou antiga demais, ou eu não sou transexual mesmo, mas eu acho uma coisa fora do normal com o teu organismo. Não é a mesma coisa que o silicone, porque você não tira nada. A cirurgia de transgenitalização é uma mutilação. Para mim é uma mutilação. Eu não queria ser outra pessoa, queria ser eu mesmo, com o corpo que eu tenho, sem mutilação. **Meu corpo é assim, feminino, mas com um pênis** (RIQUELME, 2013, p.62).

[...]

Só que as coisas não eram tão fáceis assim. **Na escola era terrível, eu tive até que parar de estudar porque o preconceito era terrível**. O pessoal esperava eu sair da escola para me pegar a saída, me bater. **Me batiam** porque eu era homossexual. Não consegui terminar nem o primeiro grau. O segundo grau sempre foi uma coisa muito distante pra mim, pois pensava que o preconceito seria muito maior. Hoje faço supletivo, pois o preconceito é menor. Lá, é bem tranquilo, mas, **quando eu era criança**, a coisa era difícil (BOULEVARD, 2013, p.70).

[...]

Através dos trechos dos relatos das travestis (**grifos nossos**) é possível reconhecer algumas das instituições normalizantes que estabelecem lógicas heterocisnormativas, como o mercado de trabalho, o binarismo biológico determinante e os espaços de sociabilidade

escolar. “A sexualização precoce de seus corpos, presente nos xingamentos e apelidos e nos discursos que procuram destacar o perigo que representam para as outras crianças, impede que suas infâncias sejam vividas plenamente” (OLIVEIRA, 2017, p.175). As vivências travestis conseguem evidenciar, nitidamente, quais espaços conservam e atravessam discursos e ações discriminatórias, como matrizes de controle (FOUCAULT, 1998). O reconhecimento das instituições também pode ser visto pela corporeidade sexuada relacionada aos espaços, que geram acolhimentos, indiferenças e exclusões (SILVA MARIA, 2013). A presencialidade e postura das identidades interfere e evidencia as normas impostas. “O corpo das travestis, além das marcas das transformações corporais voluntárias, apresenta também as marcas do preconceito que essas pessoas vivem. É raro não encontrar marcas de agressão, cicatrizes e lesões” (SILVA MARIA, p.161). Reconhece-se, então, a relevância do corpo quanto matéria, que age e compõe um ‘espaço’ social pela interseccionalidade.

A ingestão de tratamento hormonal parece ser a própria decisão de incorporar e dar publicidade à identidade travesti. Os hormônios femininos são normalmente o primeiro (e, para algumas, o único) produto a ser acionado com este objetivo. Essas substâncias começam a agir sobre o organismo, desenvolvendo os seios, arredondando os quadris e os membros inferiores e superiores, afinando a cintura (e a voz, segundo algumas travestis) e diminuindo a produção de pelos, especialmente os da barba, do peito e das pernas (TEIXEIRA; MORAIS; TEIXEIRA MARTINS, 2015, p.87).

A dissociação entre sexo e gênero, enquanto performance subversiva, concretiza a desnaturalização de relações normativas pelas performances de *drag queens* (DARDE, 2013) e *drag kings*. “O ‘eu’, portanto, como um personagem representado, não é uma coisa orgânica, que tem uma localização definida, cujo destino fundamental é nascer, crescer e morrer; é um efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada [...]” (GOFFMAN, 2009). Diferentes das travestis, que realizam uma subversão contínua, *queens* e *kings* se encarregam de trabalhos artísticos e não se aproximam de uma identidade de gênero.

No início da década de 1960, o trabalho sexual não era desempenhado por travestis com predominância, que teve a sua formação durante a ditadura militar. “Primeiramente, performances de *drag*, a primeira profissão de travestis, foram proibidas, e elas foram excluídas não apenas do mercado de trabalho, mas também do mercado imobiliário, o que as levou à auto-organização da cena sexual emergente” (HUTTA; BELZER, 2013, p.319). Perseguidas e assassinadas, a situação para as travestis se tornou ainda pior no final da

ditadura através de esquadrões de morte e grupos de extermínio (HUTTA; BELZER, 2013). “Cidadãos ‘enojados’ não foram julgados quando jogaram um carro em cima de um grupo de trabalhadoras sexuais travestis à noite e quando caçavam algumas delas com barras de ferro e tábuas” (HUTTA; BELZER, 2013, p.321). O território da prostituição travesti foi formado por sentimentos de pertencimentos e de exclusões, com redes de amizade e, ao mesmo tempo, ações de competição e violência (ORNAT, 2013). A perspectiva *queer*, entre filosofia-cultura, traz a tona o pensamento simbólico de produções culturais pela linguagem (MIGUEZ, 2011). Questões sociais ligadas ao trabalho, patriarcado e capitalismo, parecem enfraquecidas nas reflexões femininas de gênero atuais (MIGUEZ, 2011). Essa crítica convida a refletir todas as conjunturas, de filosóficas à socioeconômicas. “A contrassexualidade tem como tarefa identificar os espaços errôneos, as falhas da estrutura do texto (corpos intersexuais, hermafroditas, lucas, caminhoneiras, bichas, sapos, bibas, fanchas, *butchs*, históricas, saídas ou frígidas, *hermafrodykes*) e reforçar o poder dos desvios [...]” (PRECIADO, 2014, p.27). Com o contrato contrassexual, os corpos não se enxergam como homens ou mulheres, mas como corpos falantes que reconhecem todas as práticas significantes que os determinaram como masculinas, femininas ou perversas (PRECIADO, 2014) a fim de identificar quando as instituições os limitam, como a proibição da sodomia²⁰.

Um: o ânus é o centro erógeno universal situado além dos limites anatômicos impostos pela diferença sexual, os papéis e os registros aparecem como universalmente reversíveis (quem não tem um ânus?). Dois: o ânus é uma zona primordial de passividade, um centro produtor de excitação e de prazer que não figura na lista de pontos prescritos como orgásticos. Três: o ânus constitui um espaço de trabalho tecnológico; é uma fábrica de reelaboração do corpo contrassexual pós-humano. O trabalho do ânus não é destinado à reprodução nem está baseado numa relação romântica. Ele gera benefícios que não podem ser medidos dentro de uma economia heterocentrada [...] (PRECIADO, 2014, p.32).

O corpo como espetáculo o torna como objeto de fetiche em diversos sentidos, de desejo, especulação erótica e como mercadoria, cuja imagem é vendável a um público (CERANKOWSKI, 2014) com desejo de o conhecer, sentir e possuir.

Pessoas identificadas como assexuais são transformadas em objetos espetaculares destinados a transmitir algum conhecimento sobre tal identidade diante de um olhar público, interrogadas nunca como ‘assuntos’ na mídia (CERANKOWSKI, 2014). “Essas

²⁰ No período da Renascença, o coito anal era condenado pela Igreja e proibido por lei (HEEREN, 2011).

representações confundem e deturpam a assexualidade como falta de atratividade sexual (normativa) e não falta de atração sexual [...]” (SINWELL, 2014, p.343). Assumir a assexualidade também é se voltar contra a patologização de diferenças físicas e mentais da norma monolítica da sexualidade e da capacidade física (KIM, 2014). “Como os assexuais como um grupo não são percebidos como sendo especificamente visados por forças institucionalmente opressivas, o nível de camaradagem que os LGBTQs estão dispostos a estender até agora tem sido bastante baixo” (CHU, 2014, p.178). O que demonstra a complexidade do movimento repleto de tensões. O vocabulário também criou espaço para a distinção entre orientação sexual e romântica, no qual é possível ter a identidade lésbica, *gay*, bi ou heterossexual, mas através de relações afetivas (CHU, 2014), nomeadas como demisexualidade, semi-sexualidade, cinzas e mais. Essas práticas fazem um convite aos estudos do sexo, da sexualidade e do desejo ao romantismo, a intimidade, a monogamia (CHU, 2014) e o poliamor. “Nas comunidades assexuadas, vimos essa ansiedade expressa na frase preocupante ‘sexuais falando sobre assexuais’ e nos deparamos com nosso quinhão de perguntas sobre nossa própria posição em relação à assexualidade” (CERANKOWSKI; MILKS, 2014, p.29). Redes sociais e *sites* de *blogs* permitem aos assexuais reconstruírem sua identidade sexual não patológica em sua complexidade e diversidade (SINWELL, 2014, p.343). Pensar os afetos compõe a compreensão dos relacionamentos.

4.2 SOPA DE LETRINHAS?

Nomeações para abranger questões de gênero e sexualidade também precisam ser revistas a fim de encontrar possíveis marcas da heteronormatividade. A psicanálise, como *scientia sexualis*, afasta-se da fisiologia para o desejo sexual (WELZER-LANG, 2001) quando acentua as relações familiares pela conceituação do Complexo de Édipo (FREUD, 1924) no qual considera um sistema fechado movimentado pela autoconservação e os impulsos sexuais (CERQUEIRA, 2011) do bebê que se adapta ao universo cultural proposto e vivido pelos pais, como uma castração, que se aproxima das reflexões sobre a proibição do incesto (LÉVI-STRAUSS, 1976). Ambos pensadores elucidam partes das estruturas profundas da opressão sexual que seriam mal percebidas, além de lembrarem a magnitude e

intratabilidade do que se busca combater pelas feministas²¹, pois suas análises fornecem mapas preliminares daquilo que se deve rearrumar (RUBIN, 2017). “Em psicologia fala-se de identidade de gênero e de papel de gênero para designar o modo que o sujeito vive o gênero ao qual se sente pertencer, e responde aos ideais sociais e historicamente construídos e atribuídos ao gênero em questão” (CECCARELLO, 2010, p.270). Na cultura atual, o prazer sexual é um fim em si mesmo, como um direito (CERQUEIRA, 2011) incondicional.

A sexualidade não surge ‘pronta’ apesar de apresentar uma certa independência ao determinismo hormonal, pois a pessoa aprende a viver, a se relacionar, a se descobrir e comandar seu potencial sexual a fim de assumir a beleza e o encantamento pela necessidade de dar e de receber amor, sem quantificações ou mensurações, a partir de vivências pessoais diante de influências externas (CERQUEIRA, 2011). “Embora trabalhe com categorias binárias, Freud acaba desconstruindo tais categorias ao mostrar que tanto a <masculinidade> quanto a <feminilidade> são pontos de chegada e não de partida; e que o ponto de chegada é sempre único [...]” (STOLLER, 2010, p.274). Por isso, há um grau relevante do papel familiar enquanto agente que pode replicar normas coletivas difundidas por valores religiosos, científicos e/ou midiáticos. “A crítica feminista da construção do conhecimento patriarcal está preparando o terreno para uma análise correta da realidade, em que pelo menos pode distinguir entre o todo e a parte” (LERNER, 1990, p.65). Em inglês, a palavra *straight* pode significar ‘correto’. “A implicação dessa apropriação gramatical é evidente: ou você é heterossexual e, portanto, está na linha, ou você manifesta uma performance de gênero diferente dessa e é, desse modo, considerado desviante” (AMARAL, 2013, p.319). As mulheres lésbicas implicam nesse desvio da ‘linha correta’ contra aos padrões exigidos em maior escala através de relatos das formas em que se vive essa vida dupla de ser mulher e de ser lésbica. “[...] O *continuum* lésbico precisa de delineação em vista da ‘vida dupla’ das mulheres, não apenas das mulheres auto identificadas como heterossexuais, mas das auto identificadas lésbicas” (RICH, 2012, p.43). As lésbicas somam aos estudos feministas.

A identidade política homossexual e transgênero se fortalece como movimento, em 27 de junho 1969, durante a revolta de *Stonewall*, ocorrida em *Greenwich Village*, bairro de Nova York (CASTELLS, 2018). Essa identificação da pessoa e sua decisão de se reconhecer

²¹ Algumas feministas rompem o diálogo com a teoria psicanalítica, em 1927, após as publicações ‘O Futuro de uma Ilusão’ e ‘O mal-estar na civilização’, ambos de Freud, no qual se fala das injustiças sociais sem mencionar a opressão das mulheres (CECCARELLO, 2010). Em Freud, não se encontra a palavra Gênero em alemão, mas a palavra *Geshlecht*, que designa sexo e gênero (STOLLER, 2010).

em público resulta em um estilo de vida de militância e batalhas por lidar com preconceitos e frustrações em busca de direitos (MORAES GOMES, 2013). “Ainda na década de 1960, informações sobre o surgimento e o avanço dos movimentos militantes de *gays* e lésbicas de outros países se faziam timidamente presente nas páginas de alguns jornais brasileiros de grande circulação” (TRINDADE, 2004). No início da década de 1980, a infecção pelo vírus HIV e os casos de Aids emergem e oferecem exemplos vívidos de como a sexualidade se alterou por dimensões culturais desde os ‘grupos de risco’ aos ‘comportamentos de risco’, como de bissexuais, os prazeres eróticos polimorfos e o intercurso anal, que foram moldados e reformulados por sistemas de significação. As condenações forneceram um foco para o ativismo político sexual por justiça social (PARKER, 2009) e efetividade médica.

Coloca-se um valor transformador da mobilização pública e coletiva da época, seja pelo caráter educativo e pelo incentivo àqueles que ainda não ‘assumiram’ sua orientação sexual para viver com liberdade e contribuir ao movimento (MORAES GOMES, 2013). “As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua ‘inclusão’ como versão feminina da homossexualidade masculina” (RICH, 2012, p.36). As travestis também não foram recebidas pelos primeiros grupos ativistas e começaram a se organizar de forma independente no início dos anos 1990.

Atrelada aos modos mercadológicos, a sigla GLS (*Gays*, Lésbicas e Simpatizantes) foi criada, em 1993, durante a realização da primeira feira *Mix* Brasil com produtos e serviços destinados (AMARAL, 2013). A exploração comercial deste mercado cria padrões de beleza, consumo, relacionamentos, que também se tornam repressivos e prejudiciais, no qual a moral sexual aplicada em relações heteros se impõe cada vez mais sobre relacionamentos homos, por ideais de ‘casais felizes’ em contraponto de homossexuais solitários promíscuos e desajustados (FRY; MACRAE, 1983). Durante a década de 90, o debate sobre as siglas ganhou proporções e tensões. A utilização das siglas se torna uma dilema entre a ‘cidadania’ e o ‘orgulho’ com o desafio de combiná-las ao invés de uma esvaziar a outra (FACCHINI, 2005). “A sigla LGBT, que deriva da Conferência Nacional de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgêneros, foi questionada pelos integrantes do movimento, sendo, então, modificada para LGBTT, que passou a incluir, além dos grupos citados, o das travestis” (SILVA MARIA, 2013, p.147). Por isso, nomear o que ‘não é trans’ se trata de uma necessidade particular do movimento transgênero, em específico, para compreender a visão daqueles que deram

existência aos transgêneros (RODOVALHO, 2017), nomeados como cisgêneros. A sigla LGBTIQA+ foi adotada ao estudo para abranger a amplitude de identidades e expressões.

Afirmar-se traduz a vontade de enunciar a diferença e garantir acesso aos bens sociais e exibi-los (SILVA TADEU, 2009). Como alternativa, psicanalistas poderiam oferecer espaço de escuta que não suponha o desejo como algo permanente e evitar reproduzir uma teleologia em regulamentações de gênero (TIETBOEHL; CAVALHEIRO; KVELLER, 2018). As categorias identitárias estáveis (heterossexuais, *gays*, lésbicas) são questionadas pela teoria *queer* (Butler, 2003), cujo desestabiliza o binômio hetero/homo e a distinção dentro/fora, assim como masculino e feminino deixam de ser categorias fixas e, sim, uma circunstância performativa (OLICARPO, 2016). “O termo é de origem americana e tem a conotação pejorativa, pois significa estranho, esquisito, fora do comum, mas que nos estudos da sexualidade foram adotadas para designar a diversidade das identidades sexuais” (AMARAL, 2013, p.49). Enfatizar os mecanismos que promovem a injúria e abjeção, mais do que as identidades e comportamentos, se trata de uma perspectiva *queer* (DARDE, 2012). Essa perspectiva contribui como referência para diagnosticar a heterocisnormatividade, no qual se impõe um alinhamento entre gênero/sexualidade/sexo.

5. SANGUE LATINO

A colonização das Américas e do Caribe foi imposta a serviço do homem ocidental acompanhada de distinções dicotômicas, entre homens e mulheres, que se tornaram marcas das civilizações, dos povos indígenas e de escravizad@s classificados como espécies não humanas - sexuais e selvagens (LUGONES, 2014). A colonialidade do gênero é um exercício de poder concreto e intrínseco sem níveis de generalidade, pois a subjetividade corporificada e institucional também são concretas (LUGONES, 2014). No contexto latino-americano, os movimentos indígenas se destacam como movimento de vanguarda contra a colonialidade do poder, desde 1492 (MENDOZA, 2010). O gênero subordinado era o preço de negócio para manter algum controle, de transações de homens colonizadores com homens colonizados, que, deixados no ‘terceiro mundo’, manifestam a indiferença e o silêncio da violência contra as mulheres atualmente (MENDOZA, 2010). “Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (LUGONES, 2014, p.939). Transformar a América Latina como uma unidade pode ser problemático porque, mais que uma questão geográfica, se trata de um exercício crítico que integra marcas da história da colonização, injustiça, imperialismo e desigualdade social (RÍOS, 2011). A ideia de mestiçagem é uma consequência.

Nenhum país na América Latina é puro, para nossa sorte (risos). Reconhecer as diferenças que temos é um princípio para poder construir conjuntamente, porque me dou conta de quem é o Outro e o Outro de quem sou eu, de maneira que a cor da pele é incluída nesse reconhecimento, porém que isso não seja determinante do que eu penso do Outro ou da Outra - porque se não se torna racismo e, nesse ponto, podem se misturar ou interceptar um monte de preconceitos que, em muitos dos casos, são prejudicamentos e que também divide as mulheres (GUZZO; FONSECA, 2018, p.81).

Descolonizar o gênero é uma *práxis* como crítica decretada ao gênero racionalizado, colonial e capitalista, que permite compreender a opressão como interação complexa (LUGONES, 2014) de sistemas econômicos.

A migração da sexualidade é um dos contextos políticos, que reflete o trânsito de corpos, subjetividades, construção de redes sociais e hierarquias construídas. “[...] Portanto, a sexualidade é inseparável da decisão de migrar, para escolher onde migram, por que fazê-lo,

para onde mover e considerando o retorno ao país de origem ou não” (DÍAZ, 2017, p.187). A migração e a sexualidade são dinâmicas constantes de vidas individuais entre normas sociais e coletivas e, por isso, se conectam (DÍAZ, 2017). Na América Latina, as oportunidades de emprego e o desejo de transformar o corpo orientam cidades locais com cidades globais e estabelecem nós (DÍAZ, 2017). A agenda internacional dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos levou ao surgimento de novas identidades latino-americanas, que começaram a estabelecer lutas conjuntas pelo direito à saúde, legislações anti-discriminatórias e direito ao casamento (MOGROVEJO, 2008). “A diferença entre moderno e não moderno torna-se – na perspectiva moderna – uma diferença colonial, uma relação hierárquica na qual o não moderno está subordinado ao moderno. Mas a exterioridade da modernidade não é pré-moderna” (LUGONES, 2014, p.943). A modernização global, na medida que é antidemocrática e transnacional, possui convenções que não são suficientes para democratizar as intuições ou agentes locais, que são proliferadas pela continuidade militar atual, reproduzido dia a dia pelo contrato sexual, simbólico e de trabalho (OYARZUN, 2010). Os feminicídios convidam a repensar a perda do discurso feminista diante da hegemonia (MOGROVEJO, 2010). “A sociedade civil é estruturada como o ‘outro lado’ da penetração do Estado na vida diária. Tanto o Estado como a sociedade, em uma palavra, são internamente referidos dentro dos sistemas reflexivos estabelecidos pela modernidade” (GIDDENS, 2004, p.141). Do mesmo modo, o conhecimento e o direito moderno. “Ambos explicam as duas principais linhas globais do tempo moderno, que, embora sejam diferentes e operem de maneira diferente, são mutuamente interdependentes” (SANTOS SOUSA, 2010, p.30). Além das conexões, as transformações dependem do Poder.

5.1 PODER DA INFORMAÇÃO

O Estado democrático estimula a abertura de possibilidades midiáticas. Para a comunidade LGBTIQ+, a ampliação de fontes de referências colabora para sua formação e divulgação enquanto grupo e sociedade civil organizada, mas também na construção de vivências com base na informação. A imprensa ainda se apresenta como uma das instituições sociais de agência ao desenvolvimento das identidades de gênero (BENTO, 2009) e, desse modo, também pode se tornar um arsenal de violências simbólicas aos sujeitos quando se investe em perspectivas comerciais ao invés de sociais.

Na Ditadura Militar argentina (1976-1983), “[...] a censura, que já fazia parte dos governos anteriores, permaneceu no cotidiano dos veículos argentinos, mas agora com mecanismos de controle muito mais efetivos” (LARA, 2013, p.98). Durante o Regime Militar brasileiro (1964-1985), além da censura, parte da imprensa manteve olhares homotransfóbicos, seja pelo linguajar, o sensacionalismo (pela criminalização e vitimização) ou pelas perspectivas rasas, que ignoravam os direitos humanos e as mobilizações sociais²².

A série de golpes políticos do Paraguai e a recente intervenção em Honduras exemplificam práticas contra a diversidade ou abertura de diálogos com grupos específicos. “Desde el año 2009 al 1 de diciembre de 2014, se habrían registrado 174 muertes violentas de personas *LGBT* en el país (90 *gays*, 15 lesbianas y 69 personas trans), principalmente en los Departamentos de Cortés y Francisco Morazán” (OEA, 2015). No modelo fascista, uma das principais estratégias de controle, no âmbito da comunicação, foi a guerra psicológica por meio da propaganda de massa, que pode ainda ser vista por outros aparatos informáticos (MATTELART, 1978). “Esta legislación supraconstitucional que hace permanente el estado de excepción elimina o controla los partidos, la prensa, los sindicatos, anula todos los derechos fundamentales sociales, políticos y civiles” (MATTELART, 1978, p.707). Assim como no Brasil, o Regime militar chileno (1973-1990) esteve marcado pela quebra constituinte, a intervenção norte-americana e o desenvolvimento neoliberal em prol das elites.

No Estado democrático de direito, o exercício de poder político se codifica em uma via dupla, quando é preciso reconhecer tanto o processo institucionalizado dos problemas apresentados assim como a mediação de interesses (HABERMAS, 2002). “Caso se queira tornar o sistema de direitos efetivo por via democrática, é preciso que se considerem as diferenças com uma sensibilidade sempre maior para o contexto” (HABERMAS, 2002, p.237). São interesses de grupos distintos, mas que ganham proximidade quando se defendem da opressão, marginalização e desprezo.

Os novos *media* favorecem a intervenção do Estado ao nível de opinião pública. Com isso, a própria essência da opinião pública é atingida, tendo em conta a progressiva autonomização das funções simbólicas e a consequente individualização do campo dos *media* (ESTEVEZ, 2003). “[...] Não pode ser dissociada da autonomização de novos subsistemas sociais, sendo este um processo imparável nas sociedades complexas e altamente

²² "Na ditadura, mídias alternativas quebraram tabus sobre LGBTs" 13 jul. 2018. Disponível em <<https://jornal.usp.br/tv-usp/na-ditadura-midias-alternativas-quebraram-tabus-sobre-lgbts/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

diferenciadas, dada a progressiva individualização de novas necessidades funcionais” (ESTEVEVES, 2003, p.400). A estreita relação da opinião pública com o campo dos *media* é estabelecida a partir da própria autonomia do campo, com base na especificidade das funções expressivas de mediações simbólicas das relações sociais (ESTEVEVES, 2003). “O desenvolvimento dos sistemas complexos não é garantido pelo simples controle sobre a força de trabalho e pela transformação de recursos naturais. É necessária uma intervenção crescente sobre processos relacionais e sobre sistemas simbólicos” (MELUCCI, 2001, p.79). Produzir significa controlar sistemas complexos de informações, de símbolos, de relações sociais, além de transformar os recursos naturais e humanos em mercadorias para a troca: produz e se consome pelo reconhecimento na identidade construída ou naquela imposta pelos pertencimentos sociais ou pelas regras (MELUCCI, 2001). “Nos sistemas complexos, a capacidade de intervenção sobre a ordem simbólica não só generaliza em toda a sociedade, mas se move também em direção ao indivíduo” (MELUCCI, 2001, p.71). Nesse sentido, a intervenção da sociedade dá-se sobre o sistema em conjunto, mas também sobre os indivíduos singulares, sob o terreno de suas motivações e a própria estrutura biológica. (MELUCCI, 2001). O gênero e a sexualidade, enquanto questões centrais da comunidade LGBTQIA+, exemplificam essas reflexões.

A ‘imparcialidade’ jornalística dos meios de referência pareceu diluir pouco a pouco com a presença das práticas mais posicionadas em prol dos direitos humanos, sexuais e de gênero por parte de meios independentes, alternativos e populares. “Alguns ativistas de mídia comemoram o fato de que eles foram capazes de influenciar os meios de comunicação de massa, que foram forçados a mudar de discurso, passando da condenação ao apoio às manifestações” (SUZINA, 2017, p.134). A permanência de discursos hegemônicos e de sínteses, que mais se adaptam aos anseios ao invés de contextualizá-los, ainda desfavorecem os grupos marginalizados. “[...] Aos comunicadores populares recai um novo desafio de fazer magnitude de visibilidade uma força para interferir na construção da(s) narrativa(s) compartilhada(s) pela sociedade como um todo” (SUZINA, 2017, p.139). Com o advento das tecnologias informacionais (TI) em rede, durante o final do século XX, assim como os usos comerciais por jornalistas e usuáři@s, um cenário se mantém em constante desenvolvimento e complexidade.

São convergências que remodelam as práticas de diversos movimentos, pois há um maior conjunto de fontes de informações e, conseqüentemente, espaços de visibilidades para

trocas de experiências. “O emprego de diferentes plataformas de comunicação, em especial as redes sociais, foi central para denunciar a violência e revelar o viés da cobertura da mídia de massa” (SUZINA, 2017, p.134). O jornalismo, compreendido na fase pós-industrial, apesar de parecer ampliar as oportunidades de acesso e redemocratização, deixa de avançar pelo contínuo investimento de grandes empresas para se manter no poder. “[...] A incapacidade de empresas de tecnologia de instituir metas sociais (além das comerciais) é tão flagrante quanto a negligência exibida por organizações jornalísticas nas últimas duas décadas ao não repensar suas tecnologias e modelos de negócios com rapidez suficiente” (BELL, OWEN, 2017, p.84). Há uma série de desafios, no qual o crescimento da *internet*, por si só, não garante efetivamente uma participação horizontal. “Embora o acesso à *Internet* em redes de alta velocidade não seja a solução para problemas precedentes e estruturais de exclusão social, sua ausência ou deficiência pode ser tornar um agravante neste novo mundo de crescente e irreversível digitalização” (SILVA; BIONDI, 2012, p.276). As políticas de comunicação deveriam servir como fomento de práticas que reconhecem a alteridade a fim de ampliar o acesso mais diversificado da mídia ao combate de posições homotransfóbicas em consonância com a participação da sociedade civil organizada.

5.2 HEGEMONIA E POLÍTICAS DA COMUNICAÇÃO

A predominância do interesse econômico na sociedade coloca as questões sobre gênero e sexualidade em escalas de abuso ou de ignorância. A manutenção do debate saudável sobre o tema permanece qualificado por práticas públicas que deveriam servir demandas do próprio grupo. Além da esfera ideológica-política, as determinações financeiras também são embutidas dentre as características dos meios de comunicação (MORAES, 2010). Gramsci “[...] situa os jornais como verdadeiros partidos políticos, na medida em que interferem, com ênfases específicas, nos modos de verificação dos acontecimentos” (MORAES, 2010, p.73). Por isso, pode-se medir as práticas dos meios considerados como hegemônicos. O conceito de hegemonia do filósofo Gramsci “[...] pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras” (MORAES, 2010, p.54), que nos ajuda a desvendar os jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, com interferências na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade.

A hegemonia é um fato cultural, moral, de concepção do mundo, muito além da política. Distinguem-se duas esferas no interior das superestruturas: a sociedade política e a esfera da sociedade civil - um conjunto de instituições. “[...] Compreendendo o sistema escolar, a Igreja, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc” (MORAES, 2010, p.58). O Brasil e a Argentina demonstram resultados de atualização de políticas de comunicação após o período de Regime Militar através de iniciativas dos governos em vias de ‘redemocratização’, apesar dos desafios e retrocessos que permeiam esses contextos como a concentração de oligopólios e a hegemonia de discursos singulares. A diversidade de informações, como apresentado, é fundamental à comunidade LGBTIQA+ por conta de sua representatividade. Desse modo, torna-se necessário observar os trechos que fazem menção ao grupo nas legislações de mídia para encontrar correspondências e distanciamentos.

Quadro 3 – Menções aos direitos sexuais e de gênero nas legislações de mídia

(continua)

País	Leis Principais
Argentina	<p>Lei nº 22.285 de 1980 - Lei de Radiodifusão (Colaborar com o enriquecimento cultural da população, conforme exigido pelos objetivos atribuídos por esta lei ao conteúdo da radiodifusão, que deve tender a elevar o moral da população, bem como o respeito da liberdade, da solidariedade social, da dignidade das pessoas, dos direitos humanos, do respeito pelas instituições da República, do fortalecimento da democracia e da preservação da moralidade cristã);</p> <p>Lei nº 26.092 de 2006 - Cria a Empresa Argentina de Soluciones Satelitales (sem menções);</p> <p>Lei nº 26.522 de 2009 - Lei dos Serviços de Comunicação Audiovisual (Promover a proteção e salvaguarda da igualdade entre homens e mulheres e o tratamento plural, igualitário e não estereotipado, evitando qualquer discriminação por gênero ou orientação sexual);</p> <p>Lei nº 27.078 de 2014 - Lei Argentina Digital (sem menções);</p> <p>Decreto nº 267 de 2015 - Regulamentação da Lei dos Serviços de Comunicação Audiovisual e da Lei Argentina Digital (Garantir os direitos dos usuários e consumidores)</p>

Quadro 3 – Menções aos direitos sexuais e de gênero nas legislações de mídia

(continuação)

País	Leis Principais
Brasil	<p>Lei nº 4.117 de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações (sem menções);</p> <p>Decreto nº 52.795 de 1963 - Regulamentação de Radiodifusão Sonora (sem menções);</p> <p>Decreto Lei nº 236 de 1967 - Regulamentação do Serviços de Radiodifusão (sem menções);</p> <p>Lei nº 9.472 de 1997 - Lei de Telecomunicações (O respeito aos direitos dos usuários);</p> <p>Decreto nº 2.108 de 1996 - Modificação dos Serviços de Radiodifusão (sem menções);</p> <p>Lei nº 9.612 de 1998 - Lei de Radiodifusão Comunitária (A promoção da não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias);</p> <p>Lei nº 12.485 de 2011 - Comunicação audiovisual de acesso condicionado (sem menções);</p> <p>Lei nº 12.965 de 2014 - Marco Civil da Internet (A promoção dos direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais; a pluralidade e a diversidade);</p> <p>Decreto nº 8.771 de 2016 - Regulamentação do Marco Civil da Internet (As ofertas comerciais e os modelos de cobrança de acesso à internet devem preservar uma internet única, de natureza aberta, plural e diversa, compreendida como um meio para a promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva e não discriminatória)</p>
Colômbia	<p>Lei nº 182 de 1995 - Lei de Televisão (Promover o respeito pelas garantias, deveres e direitos fundamentais e outras liberdades, fortalecer a consolidação da democracia e da paz e lutar pela disseminação dos valores humanos e das expressões culturais de caráter nacional, regional e local);</p> <p>Lei nº 1.341 de 2009 - Lei de Tecnologias da Informação (sem menções);</p> <p>Lei nº 1.507 de 2012 - ANTV (Esta lei, tendo em conta que a televisão é um serviço público de competência da Nação, no qual estão incluídos os direitos e liberdades das pessoas envolvidas no serviço de televisão, o interesse geral, o princípio da legalidade, o cumprimento do propósitos e deveres do Estado, o funcionamento eficiente e democrático dos conteúdos e outros preceitos do sistema legal)</p>

Quadro 3 – Menções aos direitos sexuais e de gênero nas legislações de mídia

(continuação)

País	Leis Principais
Chile	<p>Lei nº 18.168 de 1982 - Lei de Telecomunicações (sem menções);</p> <p>Lei nº 19.131 de 1992 - Modifica a Lei nº18.838 de 1989 sobre o Conselho Nacional de Televisão (sem menções);</p> <p>Lei nº 19.132 de 1992 - Cria a Televisión Nacional de Chile (TVN) (sem menções);</p> <p>Lei nº 20.694 de 2013 - Modifica a Lei nº19.132 e amplia o giro da TVN (sem menções);</p> <p>Lei nº 20.433 de 2013 - Lei Comunitária de Radiodifusão Comunitária (Participação na titulação de veículos: grupos de mulheres, constituídos de acordo com a lei, e aqueles de indivíduos do mesmo gênero para a defesa e promoção de seus direitos sexuais e reprodutivos dentro da estrutura da Constituição e da lei);</p> <p>Lei nº 20.750 de 2014 - Televisão Digital (Para os fins desta lei, o pluralismo deve ser entendido como respeito à identidade social, cultural, étnica, política, religiosa, de gênero, sexual e identidade de gênero, sendo dever das concessionárias e permissionárias do serviço de televisão, regulado por esta lei, a observância desses princípios)</p>
México	<p>Lei Federal de Telecomunicações e Radiodifusão de 2013 (Na prestação de tais serviços, qualquer discriminação com base na origem étnica ou nacional, gênero, idade, deficiência, condição social, condições de saúde, religião, opiniões, preferências sexuais, estado civil ou qualquer outro tipo de discriminação será proibida);</p> <p>Lei do Sistema Público de Radiodifusão do Estado Mexicano de 2014 (Na prestação de serviços de radiodifusão pelo Sistema, qualquer discriminação com base na origem étnica ou nacional, gênero, idade, deficiência, condição social, condições de saúde, religião, opiniões, preferências, será proibida. sexual, estado civil ou qualquer outro que ameace a dignidade humana e tenha o propósito de anular ou diminuir os direitos e liberdades dos indivíduos)</p>
Paraguai	<p>Lei nº642 de 1995 - Lei de Telecomunicações, com modificações em 2011 (sem menções);</p> <p>Decreto nº 14.135 de 1996 - Regulamenta a Lei de Telecomunicações (O acesso à utilização e prestação de serviços de telecomunicações está sujeito ao princípio da não discriminação e da igualdade de oportunidades; portanto, as empresas que prestam esses serviços, de acordo com a oferta disponível, não podem negar o serviço a qualquer pessoa física ou jurídica que cumpra as condições estabelecidas para o uso do serviço)</p>

Quadro 3 – Menções aos direitos sexuais e de gênero nas legislações de mídia

(conclusão)

País	Leis Principais
Peru	<p>Lei nº 26.096 de 1993 - Lei de Telecomunicações (sem menções);</p> <p>Lei nº 28278 de 2004 - Lei de Rádio e Televisão (A defesa da ordem jurídica democrática, dos direitos humanos fundamentais e das liberdades consagradas nos tratados internacionais e na Constituição Política)</p>
Honduras	<p>Decreto nº 185 de 1995 - Lei Marco de Telecomunicações (Assegurar o respeito aos direitos dos usuários e evitar afetar indevidamente seus interesses; Estabelecer os mecanismos e procedimentos através dos quais os usuários podem exercer seus direitos perante os operadores de serviços de telecomunicações);</p> <p>Resolução nº 009 de 2013 - Serviços de Difusão com Fins Comunitários (Organizações atuando separadamente, em redes, coalizões ou alianças nas áreas de direitos humanos, sindicalização livre, gênero, comunicação alternativa, profissionais, produção alternativa e <i>marketing</i>, associações comunitárias e associações civis não-governamentais; Respeitar a honra, a dignidade, a vida privada do povo e todos os direitos e liberdades consagrados na Constituição de Honduras)</p>

Fonte: O autor.

As menções identificadas em legislações de mídia constroem um panorama de considerações diante dos direitos humanos de maneira mais ampla. Das 31 principais leis e decretos de mídia dos países, 17 fazem menções aos direitos sexuais e de gênero, sendo seis leis com menções diretas e 11 indiretas. As leis ofertam regulamentações administrativas e indicam o modo de tratamento de empresas para com @s usuári@s. As políticas de práticas comunitárias consideram a presença de organizações e movimentos específicos na promoção de conteúdos diversificados, mas, de algum modo, também demonstram a generalidade das leis para com a comunidade LGBTIQ+.

A concentração de mídia na América Latina estimula debates e estudos em prol da pluralidade de informações a partir das regulamentações, como o Marco Civil da *Internet*, sancionado durante o governo brasileiro de Dilma Rousseff, em 2016, que estimula a neutralidade e universalidade de rede. “A universalização do acesso à *Internet* em redes de alta velocidade requer uma série de iniciativas que vão desde a ação do Estado por meio de políticas públicas eficientes até a configuração de um sistema regulatório capaz de garantir

uma adequada oferta de serviços” (SILVA; BIONDI, 2012, p.261). Em 2017, no Brasil, quatro redes de telecomunicações (‘Globo’, ‘SBT’, ‘Record’ e ‘Band’) possuíam 70% da audiência nacional - concentrações de audiência e de propriedades cruzadas que se estendem para mídias impressas, digitais e agências de notícias, de acordo com os dados da *Media Ownership Monitor*²³ (MOM). No Peru, o Grupo ‘El Comercio’ concentra 80% da circulação de jornais, 78% dos leitores e 65% da audiência total estimada de mídia *online*. O MOM Peru também alerta sobre a falta de transparência e regulamentação no país.

Segundo o MOM México, mais da parte dos meios de comunicação analisados recebem incentivos de publicidade do governo. Em contraste, os *sites* mexicanos ‘Aristegui’, ‘Sin Embargo’ & ‘Animal Político’, considerados como críticos do governo, recebem quantidades pequenas de incentivo. Contudo, no México, entre 2017 e 2019, *startups* independentes receberam mais de 2 milhões de visitas únicas por mês cada.

Na Colômbia, a concentração dos meios ‘Caraco’, ‘RCN’, ‘City TV’ & ‘RCN’ Telenovelas’ recebe 80% da audiência para TV e rádio, enquanto os canais públicos, como o ‘Canal Uno’, apenas 4%. De acordo com o MOM Colômbia, a mídia está entrelaçada com impérios de negócios e não há regulamentação para distribuição de publicidade pública e seu mercado intransparente.

A realidade dos meios chilenos apresenta avanços importantes, como a liberdade com a qual opera, embora a concentração progressiva permaneça e ameace o pluralismo informativo (LUARTE, 2010). Algumas empresas de mídia acusam medidas de regulamentação, pois desconsideram as questões sociais em prol de suas permanências como pólos hegemônicos. Foi o caso da corporação multimídia *Clarín* e a sanção da lei argentina de Serviços de Comunicação Audiovisual (*Ley de Medios*), que definiu divisões do espectro audiovisual, limitações da formação de oligopólios e suportes para promoção de conteúdos culturais. “A maior corporação multimídia da Argentina teria de ceder, transferir ou vender de 150 a 200 licenças, além dos edifícios e equipamentos onde estão suas emissoras” (SILVA MARQUES, 2018, p.188). Sancionada durante o governo de Cristina Kirchner, em 2009, a lei obteve apoio de membros da sociedade civil e foi constatada pelo Grupo *Clarín* com o apoio do governo posterior que optou em não progredir com a lei (SILVA MARQUES, 2018). Um prejuízo aos movimentos sociais.

²³ "Media Ownership Monitor" <https://www.mom-rsf.org/>. Acesso em: 18 dez. 2018.

Na análise da cobertura dos principais jornais argentinos ‘Clarín’, ‘Página 12’ e ‘La Nación’, entre outubro e dezembro de 2016, com notícias sobre a comunidade LGBTIQ+, foi constatada a ausência de perspectivas que contextualizam direitos por parte da imprensa que define parte da agenda jornalística no país. “Clarín e La Nación ainda precisam expandir o registro de vozes, levar mais histórias de vida das pessoas LGBTIQ e colaborar na disseminação dos direitos coletivos” (SCHULTE, 2016, p.41). O jornal ‘Página 12’ demonstrou, no recorte de análise, que evidencia e promove as questões da comunidade LGBTIQ+, mas ainda demanda definir especificações sobre termos, como *queer*, por exemplo, que ainda não foram divulgados para vários públicos (SCHULTE, 2016). Percebe-se que, por mais que a comunidade seja considerada, a ausência de algumas pautas ou a generalidade continuam como desafios da mídia.

Em um monitoramento diário de mais de 600 meios jornalísticos, entre janeiro a junho de 2013, em plataformas impressas e digitais, o ‘Observatório sobre Direitos Sexuais nas Mídias Brasileiras’ verificou 6.467 notícias sobre homotransfobia no país. “[...] Ao mesmo tempo que servem para expor o escândalo da agressão, do assassinato e do desfiguramento das vítimas, parecem insistir na responsabilização das vítimas: são homossexuais, transexuais e travestis que se colocam em situação de risco e vulnerabilidade” (RIOS; SOUZA; SPONCHIADO, 2014, p.184). Há quem amenize a carnificina e a morte simbólica quando ‘questiona’ (desvaloriza) o serviço colaborativo voluntário das Ongs de registro dos crimes de ódio; fonte dos números de mortes, as notícias de jornais são apontadas como dúbias.

Tabela 2 – Direitos garantidos por país (*)

Relações homossexuais		Argentina	Brasil	Colômbia	Chile	México	Paraguai	Peru	Honduras
Legal	Todos os gêneros	*	*	*	*	*	*	*	*
Proteção contra a discriminação	Constituição					*			
	Empregada		*	*	*	*		*	*
	Proteções amplas		*	*	*	*		*	*
Criminalização da violência / discriminação	Crime de ódio	*		*	*			*	*
	Incitação ao ódio			*				*	*
	Banimento contra as Terapias de Conversão		*						
Unões reconhecidas	Matrimônio	*	*	*		*			
	União Civil		*	*	*				
	Adoção conjunta	*	*	*					
	Adoção por pai ou mãe	*	*	*					

Fonte: (ILGA, 2019)

Os mecanismos de identidade civil de gênero, outra demanda da comunidade no Brasil, avançam com o projeto de Lei nº 5.002 de 2013. “Inspirado na legislação argentina²⁴, o projeto apresenta um conteúdo legislativo fortemente embasado no direito humano à identidade de gênero e no princípio da autodeterminação do indivíduo” (RIOS RAUPP; SOUZA; SPONCHIADO, 2014, p.182). Com a portaria nº 1.707 de 2008 e sua ampliação com a portaria nº 2.803 de 2013, através do Ministério da Saúde, “[...] a coletividade transgênero passou a ter acesso gratuito ao processo transexualizador, denominação dada ao conjunto de etapas cirúrgicas, hormonais e psicológicas que envolvem o procedimento de readequação sexual” (RIOS RAUPP; SOUZA; SPONCHIADO, 2014, p.182). Tanto a

²⁴ A Lei nº 26.743 de 2012 prevê o direito à identidade de gênero das pessoas, na Argentina.

Argentina, em 2010, como o Brasil, Uruguai (2013), Chile (2015), Colômbia (2016) também demonstram avanços em relação ao matrimônio e a união estável entre pessoas do mesmo gênero em comparação com os países observados. “A Argentina foi o primeiro país no mundo a criar uma lei de cotas para mulheres na política, a ‘*Ley de Cupo 24.012*’, de 1991, que estabeleceu um mínimo de 30% de mulheres nas listas de cada partido [...]” (SPOHR et al, 2016, p.427). No Brasil, destacam-se a Lei Maria da Penha (2006) e Lei do Feminicídio (2015). Tratam-se de conquistas aos grupos da diversidade. Contudo, o matrimônio, como modelo de relações embasado em estruturas de capital ligado ao neoliberalismo, instiga críticas por parte dos estudos feministas lésbicos. O comentário eletrônico de Yan María Castro descreve a crítica fundamental ao ‘casal institucionalizado’, como única forma e instrumento para isolar indivíduos e criar situações de vulnerabilidade, além de servir como arma de controle social que esconde o relacionamento hetero como dominação das mulheres sob o discurso de ‘preferência’ (FALQUET, 2006). Discute-se sobre o modelo de amor conservador, que pouco está compatível com as lutas de feministas e lésbicas de diferentes classes. O amor não deve ser apenas individual e personalizado, mas também coletivo.

Somente esse amor político nos dará energia suficiente para destruir a "classe de mulheres" e escapar, para realmente nos libertarmos dela, não apenas uma de cada vez ou duas de cada vez. Para isso, devemos lutar no nível material, concreto e analisar, além do sistema heteropatriarcal, o papel do Estado e de suas leis, o sistema capitalista e a divisão do trabalho internacional-racista. Devemos criar cumplicidades, alianças políticas e laços sociais mais amplos, com outros movimentos e entre si. Ou seja: imagine e viva uma vida diferente, além do casal, mesmo que seja lésbica (FALQUET, 2006, p.77).²⁵

Através do panorama de políticas de comunicação e das legislações acerca dos direitos sexuais e de gênero, torna-se possível perceber uma das raízes que correspondem aos desfalques sociais entre os dois âmbitos: o interesse majoritariamente econômico das empresas tradicionais de mídia, assim como a sua relação explícita e informal como agente do Estado, que interrompe a pluralidade de pontos de vista. Com isso, a comunidade LGBTIQ+ se mantém como refém de discursos que não valorizam direitos básicos.

²⁵ Sólo este amor político nos dará la suficiente energía para destruir la “clase de las mujeres”, y escapar, liberarnos realmente de ella, no sólo de una en una o de dos en dos. Para esto debemos luchar en el plano material, concreto, y analizar además del sistema heteropatriarcal, el papel del Estado y sus leyes, del sistema capitalista y de la división internacional-racista del trabajo. Debemos crear cumplicidades, alianzas políticas y vínculos sociales más amplios, con otros movimientos y entre nosotras. Es decir: imaginar y vivir una vida diferente, más allá de la pareja, aunque ésta sea lésbica (FALQUET, 2006, p.77).

As análises dos jornais argentinos e brasileiros comprovam que os meios hegemônicos vitimizam o grupo ao invés de problematizar a criminalização da homotransfobia. Demandas ficam sujeitas ao abandono e dependem da exposição de meios independentes. Na contemporaneidade, nesses países, a mídia cria um agendamento raso sem deixar evidente o contexto ou seus impactos sociais em cada notícia sobre o grupo. Os meios de referência pautam a comunidade com ritmo de visibilidade só que em modo de adaptação aos próprios interesses. Enquanto partidos políticos, os meios de comunicação declaram o ataque ao desenvolvimento democrático, da diversidade sexual e de gênero, pois contestam as regulamentações. Desenvolvidas durante Regimes Militares, parte desses meios hegemônicos se tornam instrumentos de fomentos ideológicos.

Em vias de ‘redemocratização’, esses mesmos canais resistem ao máximo para não perder os postos hegemônicos. Os grupos marginais saem prejudicados pela cobertura mascarada que deixa de promover reflexões mais complexas. Realiza-se um desserviço ao público quando se responsabiliza a própria comunidade LGBTIQA+ pelos atos de discriminação. Por mais que as políticas comunicacionais, em diferentes níveis, incentivem o respeito à diversidade, como observado nas menções identificadas por país, a desconsideração com a comunidade se revela entrelinhas por parte da mídia hegemônica.

O desafio se mantém no alcance social de questões mais específicas, que estimulem as redescobertas de fenômenos ainda vistos a partir de óticas estereotipadas, que podem ganhar impulsionamento através de mídias digitais e o jornalismo em rede.

6. CONVERGÊNCIA JORNALÍSTICA

Os meios independentes podem cumprir a função jornalística e colaboram para o desenvolvimento social enquanto fonte de conhecimento legítimo com compromisso social. As práticas de midiativismo digital convidam jornalistas a se reinventarem em um cenário de convergência do jornalismo em rede, que começa a se estabelecer a partir de 1995 (VIVAR, 2017), pela, inicialmente, reprodução de conteúdo impresso na versão digital. Com advento de servidores de produtos de rede²⁶ até o uso popular de redes sociais²⁷, por exemplo, jornalistas encaram um cenário de hiper concorrência e fragmentação de conteúdo, principalmente, pelo engajamento de interesses particulares e grupos. “O jornal deixa de ser o pacote fechado produzido por uma linha industrial do século XX a cada ciclo de 24 horas... e se torna um provedor de informações contínuas 24 horas por dia [...]” (VIVAR, 2017, p.27). No entanto, as mídias digitais comerciais, distribuídas por meio de algoritmos²⁸ parciais (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012), como plataformas sociais e aplicativos de serviços, incentivam (mascaram) uma horizontalização de diálogos e possibilidades. Mascaram porque são dominados por agentes hegemônicos, assim como construídos e legislados de maneira hierárquica. Com isso, a publicidade do interesse do público (fala-se em usuáři@) em mídias sociais encaminha o valor da especialização jornalística para atender demandas de conteúdo mais direcionadas e/ou interativas (o que publicar). “Há que se ponderar, em abordagens a objetos implicados no digital, um equilíbrio entre as variáveis de intencionalidade relativas ao contexto técnico do objeto e as variáveis de autonomia relativas ao bios do comportamento humano em rede” (CORRÊA, 2015, p.13). As mudanças observadas no panorama da mídia, por conta da revolução tecnológica, começam a ser designadas desde o final da década de 1970. Após o advento da *web* - mídias digitais - e das telecomunicações, a palavra convergência ganha papel crescente no âmbito científico. Aos jornalistas, o termo geralmente se descreve pela ‘integração das redações’, como uma perspectiva mais reducionista, que ganha vieses teóricos como uma confluência de tecnologias, um sistema ou um processo (SALAVERRÍA, 2009). “[...] Cada evento tem o potencial de ser absorvido em múltiplas

²⁶ Como *Yahoo* (1994) & *Google* (1998).

²⁷ São algumas delas: *Classmates* (1995), *MSN Messenger* (1999), *FotoLog* (2002), *Skype* (2003), *Orkut*, *Facebook* (2004), *Twitter* (2006), *Whatsapp* (2009), *Instagram* (2010), *Telegram* (2013) & *SnapChat* (2015).

²⁸ O termo algoritmo deriva do nome de Al Khowarizmi, matemático árabe do século XIX. Trata-se de um código de programação executado com periodicidade e esforço definido através de máquinas personalizadas por homens (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012).

conversas, sendo *reenquadrado* e ao mesmo tempo reembalado e recirculado, redefinido conforme se transforma em um *meme*, por um lado, ou traduzido em conteúdo a ser difundido, por outro” (JENKINS, 2016, p.216). Não se trata de uma hibridização, mas um reflexo de tendências e ações da modernidade (um *continuum* de uma virada híbrida oriunda de uma homogeneidade histórica e considerações normativas) ao cenário digital (WITSCHGE et al, 2018). “Se a nossa sociedade é mediada, é *POR CAUSA* da convergência e da conexão, porque todos os aspectos das nossas vidas são tocados pela mídia e porque mais e mais de nós temos a capacidade de comunicar nossas ideias por meio de múltiplos canais de mídia” (JENKINS, 2016, p.216). Uma visão transversal sobre a questão digital perpassa dois sentidos estruturados: a [1] horizontalidade de sub-campos e/ou especialidades e a [2] verticalidade práxis, dos suportes e processos, sendo a primeira um possível impulso de amplitude temática e segunda como a profundidade (CORRÊA, 2015) em cada tema.

Em uma parcela de estudos brasileiros, que tratam da convergência jornalística, as práticas do rádio e da televisão ganham predominância em comparação os modelos independentes ou nativos digitais (LUZ; BOMFIM, 2019) no que se refere novas práticas. “A dinâmica principal de uma mídia de massa cada vez mais concentrada e uma comunicação em rede mais participativa, uma contra a outra, permanece fundamental para a compreensão da situação atual”. A televisão *Over the Top*²⁹ (TV-OTT) oferece serviços gratuitos, pagos e mistos de programas de entretenimento na rede, de maneira independente, sem a publicidade tradicional ou licenças, assim como distribui a tecnologia de *streaming*, que não ocupa a memória dos dispositivos e (PÁEZ; RUBINI, 2017) possui programação personalizada.

6.1 ASCENSÃO TECNOLÓGICA

As ferramentas de análise de dados, de colaboração e as novas maneiras de comunicar agitam todo o cenário jornalístico (jornais, revistas, rádio, tv e *sites* de notícias), pois desloca profissionais das observações iniciais para uma função de verificação e interpretação da quantia de textos, áudios, fotos e vídeos disponíveis *on-line* (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013). De qualquer forma, essa apropriação de técnicas e ferramentas devem manter alguns dos valores ético-profissionais enquanto serviço público (porque publicar): “O jornalismo

²⁹ A versão *streaming* da *Netflix* (2007) caracterizou a TV-OTT (PÁEZ; RUBINI, 2017). No Brasil, a tv aberta adere ao serviço TV-OTT com a oferta do Globo *Play* (2015) e *Play Plus* (2018), da Rede Globo & Rede Record, respectivamente. *Vimeo* (2004), *Youtube* (2005) & *IGTV* (2018) são exemplos populares da TV-OTT.

expõe a corrupção, chama a atenção para a injustiça, cobra políticos e empresas por promessas e obrigações assumidas. Informa cidadãos e consumidores, ajuda a organizar a opinião pública, explica temas complexos e esclarece divergências fundamentais” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p.33). Tal ligação aos valores jornalísticos não se rompe apesar que o acesso à informação vislumbra um perfil de profissional sedentário (SILVA MOREIRA, 2013), que pouco apura fora da redação. Isso pode ser resultado de como as pessoas se informam graças aos novos hábitos difundidos pelo uso das mídias sociais, que alteram os processos de produção e distribuição (como publicar e onde publicar) de conteúdo.

A rede social *Facebook* - mais popular em escala global (REUTERS, 2018) privilegia assuntos interpessoais e temáticas domésticas para diminuir o alcance de postagens de sites noticiosos, com base em uma alteração em seu algoritmo desde junho de 2017 (MAGNONI; MIRANDA, 2018). A medida derruba as expectativas de democratização, mas estimula as políticas globais sobre a regulamentação (SOUZA VERGARA; SOLAGNA; LEAL, 2014), como também a neutralidade da rede, a privacidade e os direitos autorais. “No fim das contas, o enquadramento de plataformas de mídias sociais e curadores de conteúdo digital puramente como empresas de tecnologia marginaliza as cada vez mais proeminentes dimensões políticas e culturais de suas operações [...]” (NAPOLI; CAPLAN, 2018, p.149). Apesar disso, as redes sociais, pelo nível de inserção de conteúdo, colaboram para interpretações semânticas do público, tanto ao âmbito científico (EMPINOTTI, PAULINO, 2018) como também para a elaboração de pautas (jornalismo de dados) em alguma medida a partir de comentários nas redes sobre eventos repercutidos pela mídia. “Os dados pessoais passam por sistemas controlados por diferentes empresas, cada uma com sua própria política de privacidade” (DORNELAS, 2018, p.92). Através da comparação de dados entre países pelo gráfico interativo do Relatório de Notícias Digital³⁰, nota-se o crescimento do celular em comparação ao computador como dispositivo principal ao acesso de notícias.

Seis tipos de passagens e formações culturais podem ser consideradas: a cultura oral, a cultura escrita, a cultura impressa, a cultura de massas, a cultura das mídias e a cultura digital (SANTAELLA, 2007). O processo de individualização de consumo se iniciou na cultura das massas, pela propagação e treinamento dos usos de fotocopiadoras, videocassetes etc (SANTAELLA, 2007). Quando se considera associações entre human@s e objetos não

³⁰ "Interactive - Reuters Institute Digital News Report" <http://www.digitalnewsreport.org/interactive/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

human@s no mesmo nível (LATOURE, 2012), o crescimento do uso de mídias sociais aliado aos dispositivos móveis (como os celulares inteligentes) ganha predominância, pois refletem ainda mais no modo como @ cibernauta interage com a informação, fora de horários estabelecidos, mas dentre as tarefas do dia.

Internautas deixam se consumir notícia, começam a produzir informação (pois possuem dispositivos móveis aptos para registros textuais e visuais a qualquer momento) e, pouco a pouco, recebem aberturas de redações comerciais hegemônicas para ‘colaborar’ e divulgar seu conteúdo em meios jornalísticos, mas passam por crivos de seleção e edição, sendo considerada como uma participação de vanguarda (MAGNONI; MIRANDA, 2012). Tal processo caracteriza a teoria *gatewatching*. “[...] Uma nova postura de jornalistas/editores que, na *web*, possuem muito mais espaço disponível para publicar e, por isso, atuam como observadores atentos da rede, não deixando passar informações relevantes que emergem a todo o momento de diversos ambientes *on-line*” (VENTURA; ITO, 2017, p.90). São questões envolvem os estudos da Quinta Geração do Jornalismo, elaborado por Barbosa (2013), que aponta a necessidade de inovar linguagens e produtos que se aproximem dos hábitos em dispositivos móveis ao invés de uma mera transposição de conteúdo ou a sua repetição. “[...] Encontra-se numa fase transpositiva dos conteúdos com a realização de adequação destes à interface, mas pouco avanço para uma exploração mais intuitiva dos potenciais dos sistemas operacionais móveis e de interatividade, em parte esperado pelo curto período de existência” (BARBOSA; SILVA; NOGUEIRA, 2013, p.261). Algumas tendências de inovação jornalística podem ser exemplificadas pela cultura da *gameficação*, como jogos de imersão informacionais e públicos de nicho (CARVALHO, 2017) como experiências transmidiáticas, pois se deslocam e criam um novo lugar para o jornalismo (ALZAMORA; TÁRCIA, 2012). “O excesso de informação exige organização e contextualização, o aprendizado tecnológico demanda investimento corporativo e disponibilidade intelectual, a mobilidade e a proximidade solicitam novos formatos narrativos” (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012, p.135). Quando se pensa a inovação jornalística, algumas tipologias (FONSECA, 2017) criam níveis diferentes para cada tipo de ação. “[...] A prática do *repost* – publicar mais de uma vez a mesma reportagem – tem se tornado cada vez mais comum nas páginas dos veículos nas redes sociais” (BARSOTTI, 2018, p.148-149). Outro emprego comum, como característica do jornalismo em rede, se dá pela organização da notícias em lista, apresentado em itens e

parágrafos curtos ou visuais (prática profissional tradicional) devido ao resultado mensurado da reação do público simultaneamente nos processos de edição.

“A *Internet* permite a mais profunda e informada participação e representação que jamais foi possível, para que todos possam defender seus argumentos com informações, com conhecimento” (VIVAR, 2017, p.21). Há uma série de tendências que podem comprometer a qualidade do serviço em prol da satisfação econômica e a adesão, como a caça aos *cliques* (NGUYEN, 2016) ou a construção textual a favor de ranqueamento dentre os resultados de buscadores. “Em termos éticos, trata-se de uma controvérsia entre a integridade da informação e a ampliação artificial do interesse que a notícia deve gerar” (VIEIRA, 2018, p.232). Caso também é a inserção de programas robóticos de computador (não human@s), que dialogam com agentes human@s programador@s, jornalistas e cientistas de dados (D'ANDRÉA; DALBEN, 2018) para a escrita de notícias em redações. “As tecnologias, enfim, não têm demonstrado ser um substituto para os jornalistas, mas um formidável complemento. Nunca o jornalismo contou com semelhantes possibilidades para cumprir melhor a função social que lhe corresponde” (SALAVERRÍA, 2015, p.83). Por isso, a inconstância permanece ao lado dos acertos e erros, adaptações e atualizações, que dá base à interdependência entre a informação e a tecnologia.

6.2 ALTERIDADES DE MÍDIAS

A multimídia de códigos, composto essencial da convergência jornalística, conectada por meios e distribuídas em moldes multifacetados criam um contexto de hiperligações. “Portanto, o alinhamento seqüencial e unidirecional de palavras, frases e ideias transformadas em um conjunto interconectado de textos que permitem numerosos itinerários de leitura dá relevância à hipertextualidade” (VIVAR, 2017, p.34). Em meios de referência, a narrativa multimídia exige trocas de percepções entre a palavra e imagem, apesar de que o código escrito permanece necessário, essencialmente, para a explicação dos fatos.

Tal narrativa ainda se relaciona como produto de publicidade (RAMOS, 2010). Desde a comercialização da *web*, na América Latina, há um crescente reconhecimento profissional das vantagens do jornalismo em rede, junto de algumas deficiências e fraquezas contextuais, no qual projetos inovadores escolhem a rede como plataforma principal (SALAVERRÍA, 2016). No entanto, os modelos de negócios, desde o início da mídia digital, trouxeram

dificuldades para se consolidar pela falta de lucratividade e foram recebidos com desconfiança (SALAVERRÍA, 2016) por grandes empresas.

O que prevalece são estratégias de conglomerados multimídia e alianças transnacionais em prol da produtividade, lucratividade e a racionalidade gerencial. Esses conglomerados compõem um ‘ecossistema midiático’ de fornecedores de elementos de rede, operadores de rede, provedores de plataforma, conteúdo e aplicativos (BIZBERGE, 2017), que mantém o oligopólio de serviços sob o controle neoliberal. Em sociedades democráticas, a liberdade de imprensa manteve estabelecida pela legislação e garantida pelas Constituições. “Apesar disso, pressões, obstrução de informação, ameaças e até mesmo ataques perpetrados contra a mídia e jornalistas têm sido a ordem do dia em muitos dos países da região” (SALAVERRÍA, 2016, p.22). No Brasil, o ‘Marco Civil da *Internet*’ se destaca entre as políticas públicas de garantia ao acesso sem restrições (SOUZA; SOLAGNA; LEAL, 2014). A lei argentina de ‘Serviços de Comunicação Audiovisual - *Ley de Medios*’, apesar de ter sido alterada no governo posterior a favor de interesses econômicos (SILVA MARQUES, 2018), também representa uma proposta democrática à sociedade, quando estimula uma mídia respeitosa aos direitos humanos, pois propunha restrições aos oligopólios midiáticos do país. “Especialmente redes sociais e *blogs* se tornaram plataformas para a disseminação pública do que não foi comunicado - ou, além disso, fingiu estar escondido - por outros meios” (SALAVERRÍA, 2016, p.22). Na Argentina, atores emergentes possuem níveis de experimentação e exploração de distribuição de conteúdo, com desprogramação e conteúdo sob demanda, com destaque pela alta segmentação de público e conteúdo (MARINO; ESPADA, 2014). Cenário que estimula os meios tradicionais das indústrias (audiovisual, rádio e impressos) a buscar propostas de produtos, diferentes linguagens e possibilidades de interação em um cenário de concorrência (MARINO; ESPADA, 2017). No relatório realizado pela *SembraMedia*, em 2016, no qual pesquisadores entrevistaram 100 empresários de mídia digital, da Argentina, Brasil, Colômbia e México (25 mídias em cada país), é possível conhecer o modelo de negócios, inovações, audiências em crescimentos e impactos de nativos digitais. O número de nativos digitais fundados por ano aumenta gradativamente, de 1998 a 2015. Percebe-se a diversidade de pautas, assim como práticas especializadas.

Tabela 3 – Usuári@s da *internet* nas Américas estudadas em 2019

Regiões	População (2018)	% Pop. América	Usuári@s da <i>internet</i> 30-Jun-2018	% Da população (penetração)	% Usuári@s da América	<i>Facebook</i> 31-Dez-2018
América do Sul	428.240.515	42,2%	307.597.115	71,8%	39,2%	266.583.100
América Central	179,616,163	17,7%	109.664.952	61,1%	14,0%	99.500.000
Caribe	44.191.318	4,3%	20.986.379	47,5%	2,7%	16.498.000

Fonte: Internet World Stats³¹, 2019.

A concentração da informação ainda se reproduz pela intermediação de gigantes digitais, na América Latina, que aumentou nos primeiros 15 anos do século XXI (BECERRA; MASTRINI, 2017). Nativos digitais, em alguns casos, conseguem abrir possibilidades editoriais mais amplas em relação aos meios hegemônicos, pois podem seguir uma linha independente. “Apesar dos experimentos na diversificação de produtos e fontes de receita, o jornalismo digital independente, salvo poucas exceções, ainda não desenvolveu modelos de negócios que deem conta de seus custos e apresentem perspectivas de crescimento sustentável” (LACERDA, 2016, p.87). No Brasil, práticas alternativas e/ou independentes com perspectivas de gênero e empoderamento feminino aumentam gradativamente, como meios jornalísticos para nichos em rede com pautas que confrontam valores heteronormativos e ausências das políticas públicas (KIKUTI; ROCHA, 2017). O financiamento coletivo (*crowdfunding*), desenvolvimento com mais praticidade por ferramentas digitais, contribui aos jornalistas independentes, mas não responde a crise dos modelos de negócios e sinaliza desafios das escolas de jornalismo, como a formação empreendedora (GADINI; CARVALHO, 2016) diante do crescimento do associativismo.

A digitalidade introduz variáveis e destaca a necessidade de reforçar áreas tradicionais no ensino do jornalismo a fim de formar jornalistas com base em conceitos fundamentais adaptados a uma nova realidade (CANAVILHAS, 2011). “É necessário um conhecimento que lhes permita dialogar, uma linguagem comum que permita ao jornalista falar com o informático e que este, por sua vez, consiga transmitir a informação ao *designer*” (CANAVILHAS; ALVES, 2017, p.31). Essa realidade implica a inserção de nov@s usuári@s dentro das redações, human@s e não human@s. “Centralizar os aspectos epistemológicos,

³¹ "Internet World Stats" <https://www.internetworldstats.com/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

pedagógicos, simbólicos e cognitivos na forja da identidade profissional dos jornalistas pode contribuir para que os cursos de Jornalismo se tornem “lugares de 'aprender a aprender' e de 'ensinar a aprender'” (VEIGA SILVA, 2015, p.266). Tal alfabetização *ciber* jornalística requer o aprendizado de leitura de diferentes formas de consulta, da escuta a partir de relacionamentos com internautas, da gestão de conteúdo a partir de critérios e diferentes recursos, da escrita multimídia e (CALVO; CORPUS, LOZANO, 2011) da experimentação de ‘novos’ modelos informativos.

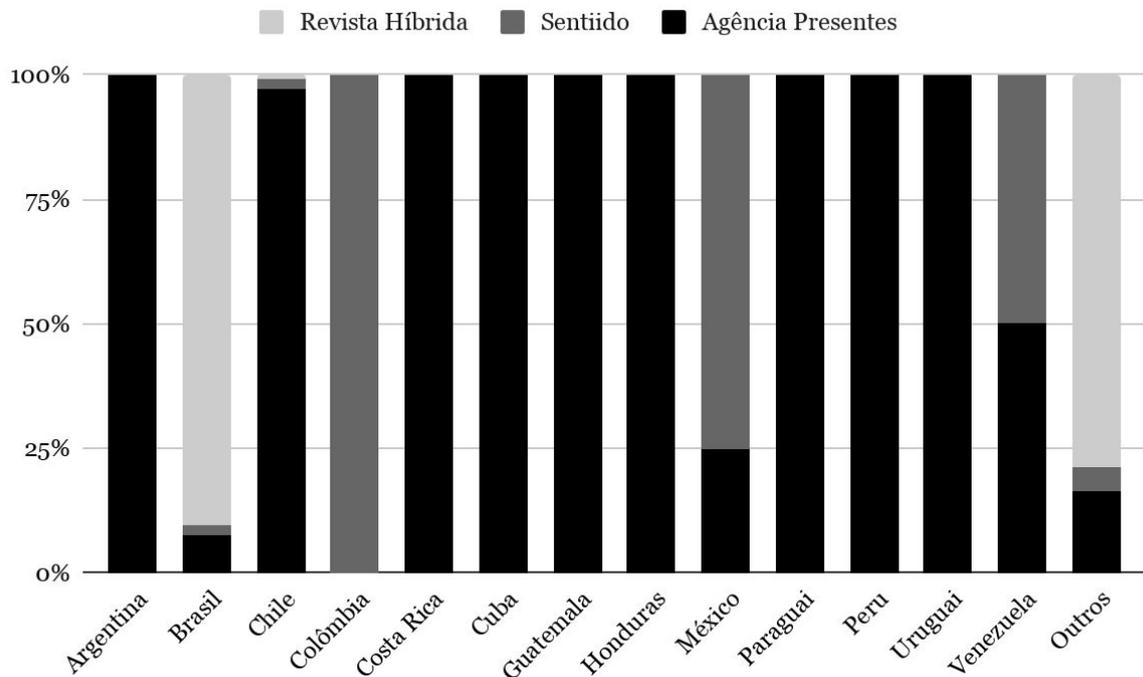
Quando se debate a alfabetização digital, para toda a população, diante do crescimento dos usos de dispositivos móveis e mídias digitais, dois problemas parecem centrais: o econômico e o educacional, já que o oferecimento de dispositivos não diminui a exclusão digital (CARVALHO MAURÍCIO, 2005). A exclusão digital ainda demonstra que a ‘sociedade da informação’ ainda não saiu do papel. “O computador entra na escola, muitas vezes, como ferramenta de suporte ao trabalho pedagógico, não como um ambiente comunicacional que pode possibilitar processos de aprendizagem, simultâneos aos estabelecidos em sala de aula, formalmente” (CARVALHO MAURÍCIO, 2005, p.192). Tanto a exclusão digital, como os oligopólios, exigem regulamentações e participação incisiva da sociedade. “Implica conscientizar, organizar e mobilizar forças comunitárias para a ingente tarefa de propor políticas e alternativas à mercantilização generalizada de bens simbólicos” (MORAES, 2001, p.38). Diante das reflexões conceituais, reconhece-se algumas questões relevantes para observação em meios jornalísticos independentes do cenário convergente, como: a relação com movimentos sociais e a sociedade civil organizada; a interação com usuáři@s através de plataformas digitais; a produção multimídia e o modelo de negócios.

7. RESULTADOS

Observar as diferenças entre os meios independentes ‘Agência Presentes’, ‘Sentiido’ e ‘Revista Híbrida’ exigiu contextualizações e marcações acerca do conteúdo produzido. Ambos os *sites*, localizados geograficamente e digitalmente na América Latina, possuem linhas editoriais distintas apesar do viés em jornalismo de gêneros, sexualidades humana e, conseqüentemente, de dignidade e a busca de direitos. Situam-se como meios posicionados que revelam, em suas produções, predominâncias e preferências. Para isso, segue-se uma linha de pensamento que parte dos países pelos quais os acontecimentos são publicados e, conseqüentemente, as suas naturezas, a fim de destacar, passo a passo, tendências em cada um dos aspectos e comparar com exemplos relevantes que se destacam por predominâncias de agentes, assuntos e identidades.

Apesar do enfoque em países da América Latina e Central, alguns conteúdos revelam que tendências globais se mantêm nas notícias veiculadas. Os Estados Unidos, influência do norte, assim como países europeus, se evidenciam em comparação aos países de demais continentes. ‘Revista Híbrida’ é o *site* que mais se distancia de uma cobertura latina e carrega mais referências de uma agenda estrangeira, seja pela divulgação ou resenha de programas, séries de tv ou pronunciamentos presidenciais do demarcado contexto. Tal influência se revela por fatos de uma agenda embasada em notícias produzidas e programadas através de pronunciamentos, decisões jurídicas e produtos de entretenimento que representam parcela da comunidade LGBTIQA+.

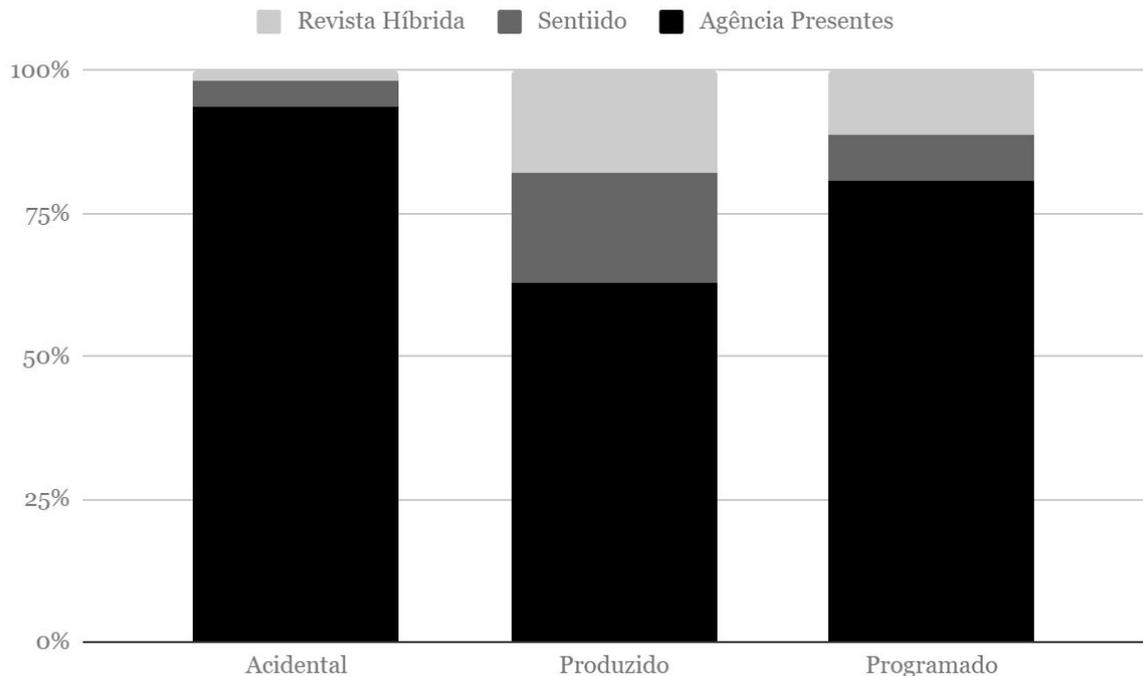
‘Sentiido’, ao contrário, concentra sua atenção total aos acontecimentos da Colômbia. Nesse aspecto, destaca-se a ‘Agência Presentes’ por assumir um compromisso mais amplo de cobertura, além da Argentina, com a afirmação e construção de identidade latino-americana, já que possui jornalistas correspondentes em mais países. Isso se revela, por exemplo, na cobertura de reivindicações simultâneas em diferentes regiões concentradas por *tags* semelhantes e resumidas em *posts*.

Figura 2 – Países pautados no conteúdo dos meios independentes (2017-2019/01)

Fonte: O autor.

Parte das políticas de comunicação observadas nos países pautados pelos meios jornalísticos mencionam o compromisso com direitos sexuais e de gênero, mas deixam de apresentar ações efetivas de estímulo para conteúdos ou práticas em rede. Os meios comunitários, como rádios, estão mais próximos do fomento de iniciativas que contemplem grupos e organizações sociais. Como apontado, os meios independentes avançam sua influência quando conseguem alterar os discursos dos meios massivos pouco a pouco.

Em cada um dos países, os desafios variam aos meios jornalísticos independentes com a temática LGBTIQA+, mas se assemelham no incentivo da regulamentação de mídia e da democratização da informação. No Chile, Paraguai, Peru e Honduras, a pauta sobre a união estável entre pessoas do mesmo gênero ainda precisa de visibilidade através de seus respectivos contextos. Chile e Paraguai são países em que a idade para consentimento de relações homoafetivas é desigual entre os gêneros. Já no Paraguai, não há um Instituto Nacional de Direitos Humanos que inclua a orientação sexual assim como não há proteção contra a discriminação em nenhuma instância. O estudo indica alguns desafios para encontrar similaridade entre os resultados e as práticas desenvolvidas nos anos estudados.

Figura 3 – Natureza dos acontecimentos nos meios independentes (2017-2019/01)

Fonte: O autor.

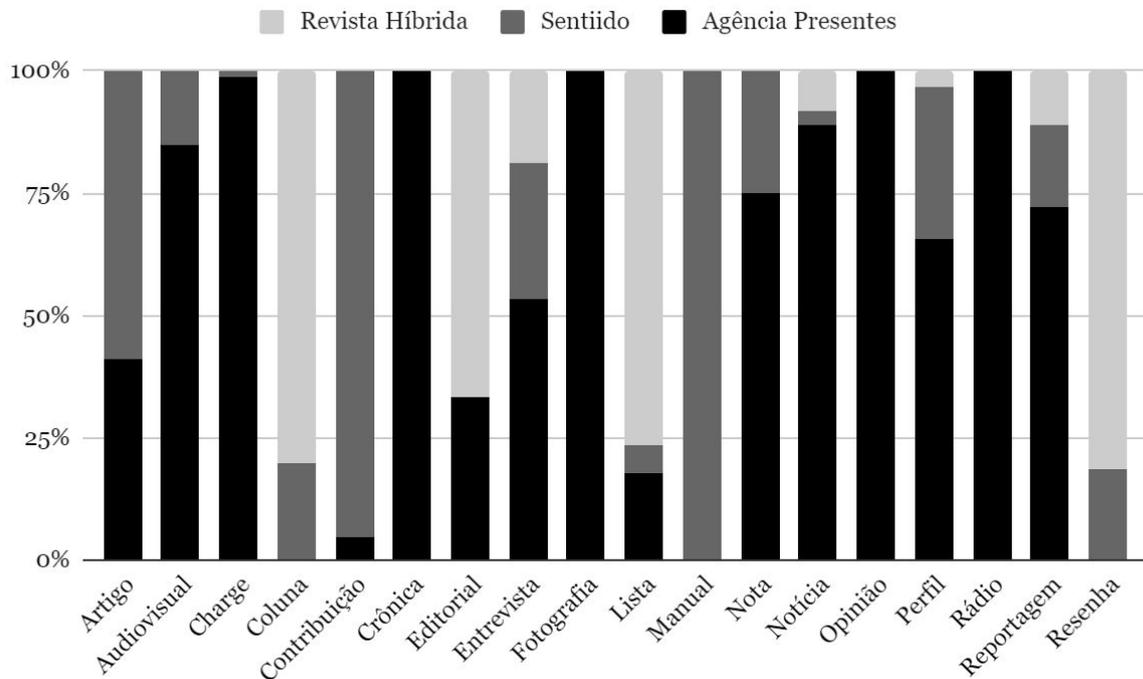
A natureza dos acontecimentos mantém um ritmo distribuído. Tal dado começa a revelar algumas das diferenças entre os meios jornalísticos já que se trata de um retrato parcial de quais os enquadramentos fortalecidos por cada redação. ‘Sentiido’ se destaca pela natureza de acontecimentos produzidos, como reportagens especiais sobre tópicos e aspectos didáticos sobre a comunidade LGBTIQA+, além da produção de conteúdo por colaboradores, leitores, leitoras e especialistas. É o caso do especial sobre os novos feminismos e suas contextualizações. Os acontecimentos produzidos na ‘Revista Híbrida’ também se destacam devido ao foco na produção de reportagens especiais divididas em conjuntos temáticos a cada trimestre, que foram intitulados como: Especial de carnaval; Grito; Liberdade?; Orgulho; Levanta e Luta. Cada edição possui, em média, cerca de 10 reportagens.

Uma predominância encontrada se trata dos acontecimentos acidentais pela ‘Agência Presentes’, que demonstra a preocupação do meio digital por eventos acidentais, como os casos de homicídios, feminicídios, principalmente de mulheres transgênero. Contudo, não se afirma que a ‘Agência Presentes’ demarca seu conteúdo com sangue, mas que está atenta aos

casos preocupantes de violência, já que, em grande escala, acompanha cada caso, suas reverberações e decisões judiciais. É o exemplo a cobertura e acompanhamento do julgamento em que, pela primeira vez na América Latina, se condenou por ódio à identidade de gênero um assassinato de uma travesti.

No caso dos homicídios pautados, pela perspectiva dos movimentos sociais, a maior preocupação não está nos dados em si ou como são quantificados, mas nos motivos para registrá-los, que são demonstrados pela natureza dos acontecimentos geralmente acidentais, como assassinatos, principalmente, mas que são justificados ou problematizados por meio de reportagens produzidas ou programadas, que criam alertas sobre a heteronormatividade.

A notícia é o gênero narrativo predominante em ambos os *sites*. Como um gênero utilizado mais contemporaneamente, as listas se fazem presentes nos meios também a fim de organizar um modo de leitura mais dinâmico. Na ‘Revista Híbrida’, as listas descrevem etapas de eventos e músicas mais tocadas; ‘Agência Presentes’ organiza suas listas para mostrar as notícias mais lidas em cada ano enquanto a ‘Sentiido’ para organizar ideias, eventos e produtos, como *charges*. As contribuições externas e artigos descrevem a maior parcela dos conteúdos do ‘Sentiido’, enquanto opinião e crônica na ‘Agência Presentes, apesar de haver certa proximidade entre ambas as ações, como também as suas *charges* e discursos narrativos no rádio. Manuais didáticos também se encontram no ‘Sentiido’ pela produção de glossários para demarcar diferenças entre conceitos. A ‘Revista Híbrida’ se destaca pela veiculação de colunas e resenhas de produtos e eventos culturais nacionais.

Figura 4 – Modalidades presentes nos meios independentes (2017-2019/01)

Fonte: O autor.

Na ‘Agência Presentes’, a média de tempo nos vídeos autorais é de 02:19. Os vídeos incorporados do *Youtube* nos *posts* representam 48% de peças audiovisuais. 18% dos vídeos incorporados são vinculados a conta no *Twitter*. 22% das produções audiovisuais fazem parte da série Te.ve na ‘Agência Presentes. Demais vídeos estão disponíveis em plataformas de vídeos hospedadas no próprio *site*.

Destacam-se trechos de manifestação; dados de violência; entrevistas sobre feminismo, homotransfobia, sistema sexista, trabalho de movimentos sociais; campanhas para mídias digitais; transmissões ao vivo de eventos; aprovações de projetos; bastidores de programas de rádio; capturas de violência física por celular pela vítima; álbum interativo de fotos; discursos em manifestações; julgamentos; colunas sobre ser travesti, sobre prostituição, sobre o papel de comunicadores e sistema heterossexista; caravanas de migração com pessoas LGBTIQ+; conversas sobre apoio familiar e aborto legal.

No ‘Sentiido’, a média de tempo nos vídeos autorais é de 07:50. Os vídeos incorporados do *Youtube* nos *posts* representam 96% de peças audiovisuais. 4% dos vídeos incorporados são vinculados a conta no *Facebook*.

Destacam-se chamadas para entrevistas; bastidores de ensaios fotográficos; manifestações; campanhas sobre vivência trans, lésbica e *gay*; versos de *rap*; didático que cria pontes entre religião e diversidade; conversa ao vivo; especial ‘me gusta trans’ com relatos de pessoas que amam transgêneros; dificuldades em ser lgbt; como se libertar sem medo; como promover a educação mais inclusiva; questionamentos de feminilidade e masculinidade e suas origens; o equilíbrio entre crítica e humor e a construção da identidade de gênero desde o nascimento através de conversas.

Na ‘Revista Híbrida’, a média de tempo nos vídeos autorais é de 02:02. Os vídeos incorporados do *Youtube* nos *posts* representam 38% de peças audiovisuais. 46% dos vídeos incorporados são vinculados a conta no *Instagram* e 8% no *Twitter*.

Destacam-se entrevistas sobre personagem drag e a diferença entre trans e *drag*; chamada para estreia de programa na tv; trecho durante homenagem à estudante assassinada; discurso de atriz durante cerimônia; cantora *drag* durante apresentação; trecho em que um deputado ‘se orgulha’ por ser homofóbico; trecho em que o político comenta sobre termo de compromisso para combater o casamento *gay*; trecho de manifestação em que afirmam que ‘bolsonaro irá matar viado’; os desafios e as conquistas de quem sonha na periferia; lições e desafios de ser lésbica e mãe de duas meninas; a primeira professora trans da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) fala sobre o poder transformador da educação, a importância de se debater gênero em sala de aula e o acesso da população trans ao ensino formal, além de uma entrevista de como conciliar a orientação sexual com a fé.

A média de tempo dos programas de rádio da ‘Agência Presentes’ é de 20:31. Os *posts* dos programas possuem *player* incorporado e representam 91% dos programas publicados. 9% representam programas de rádio divulgados por meio de *links* externos.

Destacam-se entrevistas e conversas sobre agressão de um motorista de ônibus; agressão em material escolar homofóbico; mulher presa por beijar outra em público; acompanha-se julgamentos; reparação de sobrevivente na ditadura, cota trans de trabalho, declarações controversas sobre HIV, responsabilidade jurídica, Lei de Identidade de Gênero e reivindicação pela exclusão de menores de 14 anos; expulsão de trabalho; Lei de Educação Sexual; manifestação conservadora e de feministas, eleições americanas, julgamento por lesbo-ódio; tentativa de censura em campanha no metrô, deputados conservadores; reivindicação por casamento igual; adoção homoparental e inclusão de crianças na Lei de Identidade de Gênero; aniversário dois do *site*; edição coletiva do conteúdo na Wikipédia

(projeto autoral chamado Wikimedia Argentina); reivindicação feminista contra a violência sexista, casos de feminicídio e desemprego; projeto de lei de intersex, repúdio aos conservadores; identidade de gênero no esporte; caso de zombaria; caso de líder indígena que passou com tratamento experimental para curar o HIV; situação LGBT no Brasil; dados de relatório sobre ataques de ódio; repúdio da campanha de radicais feministas por excluir travestis e transexuais da marcha das mulheres; identidade como feminilidade travesti; crítica de mídia que revela se uma pessoa vive com hiv ‘quando os corpos de pessoas que vivem com HIV são importantes?’; memória de carnavais nos anos 80 quando travestis foram criminalizadas; cobertura da marcha das mulheres no Paraguai, Peru, Chile, El Salvador e Guatemala; ataques a lei trans integral; reivindicação de pessoas LGBT que depararem na última ditadura militar; relatório sobre crescimento de violência; separação entre notícias ‘boas’ e notícias ‘ruins’; dia da visibilidade trans; prisão policial acusado de torturar um casal homoafetivo; pena de morte para homossexuais; reconhecimento legal entre duas mulheres; decisão a favor da abordagem de gênero nas escolas no Peru; coluna sobre os primeiros cem dias de governo de Jair Bolsonaro; migrações; ataques à luz do dia; tentativa de retroceder a Lei Trans Integral no Uruguai; assassinato de duas lésbicas na Guatemala que deixaram mensagens de ódio marcadas no corpo; reivindicação por moradias coletivas; questiona-se como a política é reeducada a fim de proteger a perseguição e criminalização de travestis e transgêneros e como os aplicativos LGBT chegaram na Argentina.

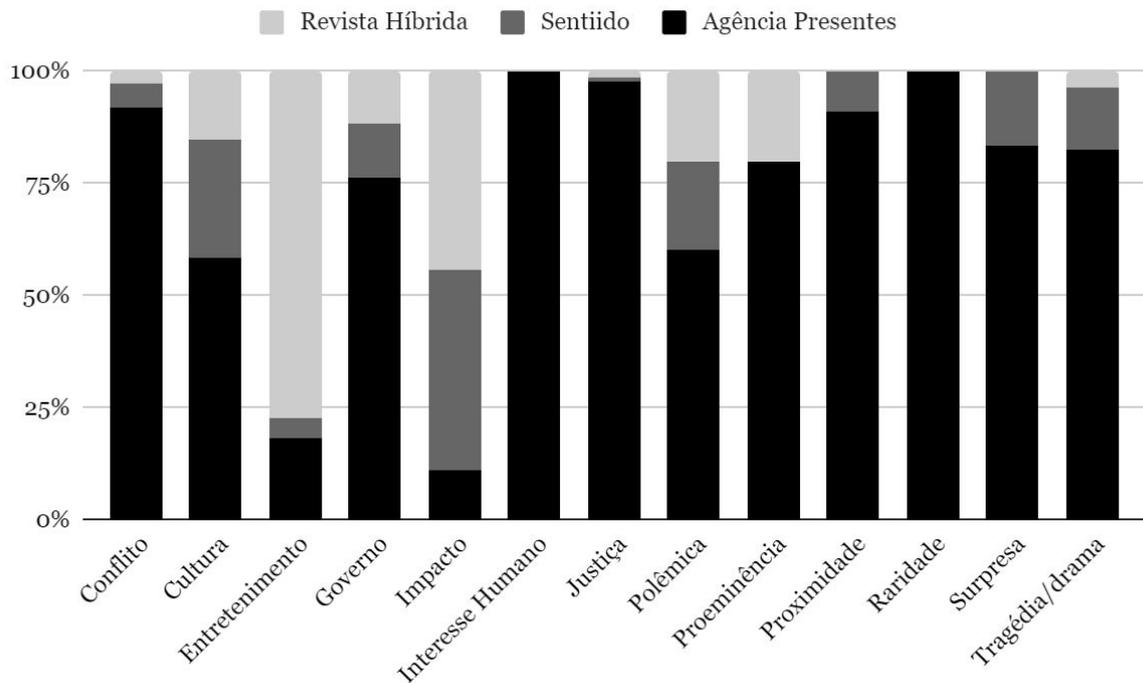
O ‘Sentiido’ possui dois *podcasts* que tratam sobre uma entrevista com comediante de possível ‘conspiração homossexual’ que assola o mundo e outra entrevista com a diretora da Rede Colombiana de Mulheres sobre a criação de um aplicativo que permite informações sobre como lidar com a violência de gênero e trabalhar na prevenção.

A ‘Revista Híbrida’ possui dois *podcasts* e uma entrevista com a vereadora e socióloga Marielle Franco. Os dois programas tratam sobre direitos humanos na arte e a legislação da *internet* em diferentes países.

Em linhas gerais, a convergência se divide (se amplia) por características tecnológicas (de profissionais multitarefas), mercantis (a concentração de meios e a diversificação de canais) e de conteúdos (a multimídia); no caso do rádio, considerado como o único meio ‘monomídia’, pelo uso exclusivo do áudio (SALAVERRÍA, 2009), percebe-se uma tendência de inovação com a incorporação de produções, registros visuais e textuais na *web*, principalmente pela migração do rádio AM para o FM, que visa a conquista de novos públicos

e interação em ambientes multiplataformas (PRATA; DEL BIANCO, 2018). Nos últimos anos, o rádio renova a sua marca tradicional através de formatos, como *podcasts*.

Figura 5 – Critérios noticiáveis presentes nos meios independentes (2017-2019/01)



Fonte: O autor.

‘Agência Presentes’ se baseia na cobertura de factuais e suítes jornalísticas enquanto também demonstra evidências fortes de produção audiovisual e rádio. O *site* acompanha casos isolados e suas manifestações em uma série de *posts* especiais ao invés de casos isolados. Deste modo, ‘Agência Presentes’ possui como valores-notícia o conflito, conhecimento/cultura, governo, justiça e interesse humano. Um exemplo de produção interessante aos Estudos de Jornalismo é a oficina³² realizada para profissionais da comunicação com o intuito de preservar a cobertura adequada em relação aos assuntos de gênero e sexualidade. Outro é o projeto Wikimedia Argentina³³, que convida profissionais e o público a editar conceitos na plataforma *online*.

‘Sentiido’ também se relaciona com o jornalismo quando constrói ou desconstrói o

³² "Workshop de comunicação sobre cobertura com perspectiva LGBT +" <http://agenciapresentes.org/2019/05/22/taller-de-comunicacion-sobre-coberturas-con-perspectiva-lgbt/>. Acesso em: 27 fev.. 2020.

³³ "Wiki DDHH LGBT - Agencia Presentes." <http://agenciapresentes.org/wiki/>. Acesso em: 27 fev.. 2020.

papel do profissional por meio de críticas aos modelos hegemônicos da Colômbia, como casos de homotransfobia, além de promover conteúdo exclusivo e didático à jornalistas e diálogos com profissionais da área. ‘Revista Híbrida’, por outro lado, em relação ao jornalismo, apresenta algumas críticas aos contextos de desinformação contemporânea, mas pouco sugere renovações ao contrário dos demais jornais. O valor-notícia, que pode demonstrar sua diferente orientação, é o de conhecimento/cultura que faz da ‘Revista Híbrida’ um periódico, em certo nível, cultural.

Organizadores e movimentos sociais estão presentes, quase sempre, como fontes nos conteúdos da ‘Agência Presentes’ e do ‘Sentiido’, independente do viés da pauta. São fontes encontradas com frequência que, de algum modo, também se aproximam de ativistas, jornalistas, advogadas, artistas. A diferença entre ambas está na presença de vítimas como fontes, na ‘Agência Presentes’, em contraste a feministas e professores no ‘Sentiido’. Em contraste ao cenário da mídia hegemônica na Argentina, ‘Agência Presentes’, enquanto mídia independente, expande e registra vozes em prol da disseminação de direitos coletivos.

O jornalismo cultural identificado na ‘Revista Híbrida’ se expressa pela presença de agentes como artistas, atrizes, cantoras, por exemplo. No entanto, essa evidência não exclui o caráter político, mais específico, do jornalismo por conter o agente presidencial e ativista dentre os mais predominantes, pois o meio digital não investe na vitimização das fontes.

Ao jornalismo, a organização das experiências das mulheres revela que todos os públicos não podem ser enquadrados em um modelo de recepção, classificada como vítima da ideologia dominante, porque reduzir a recepção nesse *status* implica uma concepção retrógrada, pois se compreende as feministas como participantes de uma luta política em prol da transformação midiática e a superação das desigualdades (VELOSO, 2013) na área.

Percebe-se que os meios não buscam as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica e investiga as apostas políticas, causa das categorias, como efeitos de instituições, práticas e discursos múltiplos e difusos (BUTLER, 2003). “[...] A construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento” (BUTLER, 2003, p.19). Percebe-se que tais instituições e espaços de legitimação são demonstrados, principalmente, pelos assuntos tratados em cada pauta.

Figura 9 – Assuntos da ‘Agência Presentes’



Fonte: O autor.

Figura 10 – Assuntos do ‘Sentido’



Fonte: O autor.

Em cada um dos países, os desafios variam aos meios jornalísticos independentes com a temática LGBTIQ+, mas se assemelham no incentivo da regulamentação de mídia e da democratização da informação.

No caso da ‘Agência Presentes’, que possui correspondentes nos países estudados, apontam-se algumas demandas específicas; no Chile, Paraguai, Peru e Honduras, a pauta sobre a união estável entre pessoas do mesmo gênero ainda precisa de visibilidade através de seus respectivos contextos. Chile e Paraguai são países em que a idade para consentimento de relações homoafetivas é desigual entre os gêneros. Já no Paraguai, não há um Instituto Nacional de Direitos Humanos que inclua a orientação sexual assim como não há proteção contra a discriminação em nenhuma instância. Além disso, o Brasil é o único dos países que possui mecanismos que banem as terapias de ‘conversão’. Diferente do assassinato, o tópico da violência na ‘Agência Presentes’ abrange diferentes níveis de violência, como a institucional e a simbólica. A reivindicação de direitos, denúncia e o julgamento dialogam com fontes do legislativo que descrevem as intenções de cada acontecimento e esclarecem quais resultados o público precisa esperar em cada contexto.

A religião, no ‘Sentiido’, se expressa, principalmente, através de perfis e reportagens especiais com especialistas teólogos e fiéis que relacionam o sentimento LGBTIQ+ aos papéis de gênero com a imposição cristã, a escolástica e a laicidade. Na Colômbia, a demanda das relações homoafetivas se expressa pela legalidade das terapias de conversão, que podem ganhar ressignificações por meio das problematizações de instituições religiosas, publicadas no ‘Sentiido’, mas ainda de modo indireto.

Na ‘Revista Híbrida’, a cultura é predominante dentre os assuntos por meio de balanços históricos, perfis, cena musical e audiovisual que revelam a censura no Brasil e a política desenfreada contra aos direitos humanos, além de mapear situações de perseguição eleitoral. No Brasil, a criminalização da violência se mantém com o desafio central, mas o meio digital preferiu abordar essa questão através de seu caráter cultural. A falta de concentração em pautas sobre o tema não esgota a expectativa dada ao meio independente de acordo com postura da mídia hegemônica no país.

Figura 13 – Identidades construídas no ‘Sentido’



Fonte: O autor.

Figura 14 – Identidades construídas na ‘Revista Híbrida’



Fonte: O autor.

Travestis e transgêneros, alvos da violência, são mais retratadas na ‘Agência Presentes’, quase sempre como vítimas ou reivindicadoras de direitos, seja na busca de trabalho ou reconhecimento de talentos em mais áreas profissionais, fora a prostituição, como na educação, por exemplo. Entretanto, o mesmo não acontece com os homens trans. Pessoas que vivem com HIV aparecem com mais destaque apenas na ‘Agência Presentes’ através de um especial de *charges* que relatam a vivência de um personagem e sua rotina social.

O ‘Sentiido’ foca no gênero e esclarece, através de diferentes tópicos, quais papéis a feminilidade e a masculinidade exercem nos domínios de valores quando cruza com a vivência de pessoas ‘lgbt’ e suas diferentes identidades, como a negritude e a não binaridade. Diferente da ‘Agência Presentes’, o ‘Sentiido’ fala sobre a situação das mulheres cisgêneras em seu sentido amplo com feministas e ativistas sem evidenciar muito a questão da identidade sexual. Quando isso acontece, há predominância aos homens *gays* no ‘Sentiido’ em comparação com as lésbicas.

Homens *gays* são os mais retratados na ‘Revista Híbrida’, em específico. Apesar da centralidade, o meio digital mantém a amplitude de identidades sempre pelo uso de siglas e expressa diferenças pela assuntos que envolvem a negritude e a cena *dragqueen* feita por homens. A categoria *queer*, em seu sentido teórico, aparece apenas na ‘Revista Híbrida’.

Com gênero, cria-se uma categoria analítica enquanto um processo social de relação. “Quando não se concebe o gênero como relação social que é, mas como oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres, não se é capaz de perceber os diferentes poderes detidos-sofridos por homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1992, p.193). São relações de dominação-exploração, que constituem a necessidade de preservar a figura subalterna pelo tornar-se mulher e tornar-se homem que se expandem da sexualidade no seio da família, mas como um processo de imposição de identidades que derivam e impregnam todas as esferas (SAFFIOTI, 1992) da vida social influenciadas pela heteronormatividade e instituições.

A heteronormatividade pode ser dividida em três níveis para se elencar e justificar em qual cada meio digital independente se encontra:

- Nível I - Não enfatiza a assexualidade, homens trans e pessoas que vivem com HIV;
- Nível II - Pouco representa identidades como a negritude e pessoas com deficiência;
- Nível III - Expõe a sexualidade com mais evidência do que a identidade de gênero;

‘Agência Presentes’ pode reproduzir a heteronormatividade através do Nível II: apesar

de abordar aspectos da vivência de migrantes e indígenas, o meio digital não apresenta pautas sobre a negritude ou aspectos da vivência de pessoas com deficiência.

‘Sentiido’ pode reproduzir a heteronormatividade através do Nível I: apesar de abordar aspectos da vivência de pessoas não binárias, o meio digital apresenta apenas uma pauta sobre pansexualidade, assexualidade e as pessoas que vivem com HIV.

‘Revista Híbrida’ pode reproduzir a heteronormatividade através do Nível III: apesar de abordar aspectos das instituições normatizantes, como a educação e a religião, o meio digital apresenta uma concentração de pautas com aspectos de homens *gays*.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais identidades da sigla LGBTIQA+ são mais perseguidas, violentadas física e simbolicamente e que constroem representações culturais? Através das predominâncias dos resultados se pode reconhecer que ‘Agência Presentes’, ‘Sentiido’ e ‘Revista Híbrida’ se diferenciam por alguns aspectos e demandam críticas entre si para se complementar a fim de realizar um jornalismo mais completo já que suas intenções editoriais parecem semelhantes.

A área de cobertura diverge já que a ‘Agência Presentes’ possui uma amplitude maior de países acompanhados. Isso se deve por uma equipe distribuída e com o foco de público latino-americano. ‘Sentiido’, no entanto, apenas acompanha os movimentos da Colômbia e não dá atenção aos movimentos do continente. ‘Revista Híbrida’ cobre o Brasil, mas esquece da América Latina quando oferece espaço para a agenda norte-americana e europeia com mais frequência. Ambos *sites* possuem algumas demandas de cobertura específicas: ‘Agência Presentes’ pouco cobre os acontecimentos brasileiros, mas quando os pauta sempre reconhece sua relevância. O ‘Sentiido’ e a ‘Revista Híbrida’ pouco cobrem acontecimentos argentinos, chilenos, mexicanos. Isso demonstra que a compreensão geográfica diverge e não há um consenso completo sobre quais países possuem agendas e influências relevantes ao público. O Brasil e Colômbia, nesses casos, aparecem menos na ‘Agência Presentes’. América Latina, em seu sentido total, e poderia ser mais contemplada por todos os meios.

Aparecem diferenças na natureza dos acontecimentos em cada meio. ‘Agência Presentes’ publica fatos acidentais como crimes, violências e/ou assassinatos e sempre os acompanha. ‘Sentiido’ publica fatos produzidos como reportagens especiais e séries temáticas sobre religião, vivência trans, além de campanhas a favor do estado laico. ‘Revista Híbrida’ publica mais fatos programados como resenhas de obras artísticas a serem lançadas, bastidores de programas de tv antes da estreia ou cobertura de eventos internacionais que envolvem questões de modo transversal. Tais predominâncias não excluem o caráter diverso dos *sites*, mas revelam também quais critérios de noticiabilidade se fazem mais presentes.

Os critérios de noticiabilidade são próximos, mas observemos algumas diferenças sutis que foram predominantes. ‘Agência Presentes’ pauta aquilo que se refere ao conflito como reivindicações, manifestações em frente aos tribunais e busca de justiça por violências policiais, por exemplo. ‘Sentiido’ pauta ações de caráter vivencial como perfis e histórias de

vida e muita vezes em relação com a religião; por isso, o caráter de conhecimento/cultura e tragédia/drama ganha predominância. A ‘Revista Híbrida’ oscila entre os valores de conhecimento/cultura e entretenimento/curiosidade porque cumpre o papel de ambos os critérios de noticiabilidade quando expõe, por exemplo, fatos da história *queer*, mas também promove resenhas sobre produtos culturais, como músicas em alta que representam a comunidade LGBTIQ+.

Destaca-se o programa de rádio da ‘Agência Presentes’ que realiza uma metalinguagem do material vinculado nos *posts*. Jornalistas comentam suas publicações com um caráter mais descritivo e opinativo. Além dos programas de rádio, o meio digital também promove a incorporação de vídeos. Tal modelo incentiva críticas para ‘Revista Híbrida’, que timidamente realiza produções multimídia. Contudo, considera-se que existem fatores que impedem tal desenvolvimento. Ambos *sites* poderiam investir mais no recurso multimídia como um rito estratégico a fim de propagar seu conteúdo em diferentes mídias como compreendido no cenário de convergência jornalística.

Organizações sociais, ativistas, jornalistas, familiares e vítimas são os agentes que compõem assuntos sobre violência, cultura, reivindicações, assassinatos e legislações para construir identidades de transexuais, transgêneros, lésbicas e *gays*, na ‘Agência Presentes’, com mais predominância. São pessoas que estão colocadas em situações de vulnerabilidade, mas ganham o suporte jornalístico de visibilidade e acompanhamento para que seus direitos não sejam negados pela justiça ou membros da sociedade. Trata-se de um serviço que revela a violência sistêmica na sua maior realidade e crueldade no âmbito da América Latina. Contudo, os motivos pelos quais essa violência acontece aparece desgastado ou com pouca evidência. O meio digital exige um conhecimento prévio e fala com quem entende que a comunidade LGBTIQ+ precisa de recursos e demandas, mas pouco fornece serviços a um público leigo ou heteronormativo.

Organizações, feministas, advogados, ativistas e jornalistas compõem assuntos sobre religião, vivência, laicidade, educação e cultura para construir identidades de pessoas *LGBT*, mulheres cis, *gays*, *LGBTI* e lésbicas, no ‘Sentiido’, com mais predominância. São pessoas que estão colocadas em um regime de poder que determina quais modos se operam os papéis de gênero, mas ganham o suporte de um material didático que reforça instituições determinantes como a religião, o estado e a escolástica através de relatos de pessoas comuns. Há uma relação entre a feminilidade e a masculinidade com as demandas da comunidade

LGBTIQA+ além de suas condições de vida interrompidas pela discriminação. Contudo, as matrizes de religiões não-cristã não são expostas com predominância. As mulheres cisgêneras e feministas ocupam mais espaços, como conceitos, do que mulheres transgêneros ou homens trans. Trata-se de uma abordagem menos heteronormativa, pois relaciona a construção do gênero como o problema central ao invés das sexualidades ‘desviantes’.

Artistas, organizações, cantoras, atrizes e cantores são os agentes que compõem assuntos sobre cultura, vivência, história, eleições e educação para construir identidades de gays, pessoas LGBT, transexuais, pessoas negras e mais expressões, na 'Revista Híbrida', com mais predominância. Revela-se o aspecto cultural de artistas ligado aos movimentos sociais com aspectos históricos brasileiros como festas populares e identidades discriminadas. Contudo, há pouco esclarecimento dos motivos pelos quais a masculinidade e a feminilidade exercem como matrizes de controle. Eis uma cobertura nacional que pouco representa, de maneira objetiva, como brasileiras ainda precisam reivindicar pela democracia e leis mais amplas, já que tais mensagens não ficam expostas pelo jornal, mas por artistas.

Vale ressaltar que os níveis podem dialogar entre si e que os meios também podem reproduzir quase todos os níveis em cada pauta, por exemplo. A dissertação apresentou uma leitura ampla, mas a fim de incentivar mais olhares aos meios independentes digitais, já que se considera que são opções mais relevantes ao contexto de desigualdades. Cada meio digital, separado de questões socioeconômicas, não deixa de participar de diferentes campos e atua como um agente ligado aos movimentos sociais. São jornalistas, mas também ativistas, porque determinam suas linhas editoriais em um contexto de perseguição e violência. A busca dos *sites* revelou que as organizações sociais não abrem contato com tanta facilidade por conta do medo instaurado em regimes autoritários. Os *sites*, desse modo, demonstram que a instituição jornalística ainda é um canal oportuno quando há um contato contínuo entre os movimentos sociais e @s profissionais da comunicação. Trata-se ainda de uma válvula de escape e de vigilância que pode incentivar e impulsionar demais instituições, como o estado, pela opinião pública.

Depois de algumas diferenças, é interessante demarcar uma semelhança. Os meios ainda mantêm um público de nicho. Trata-se de uma característica essencial do jornalismo independente tematizado, porém mais amplitude ou uma linguagem mais acessível ainda poderia colaborar para que pessoas ‘fora do meio’ se interessem por pautas da comunidade LGBTIQA+. Talvez os meios comerciais consigam realizar tal efeito porque precisam de uma

audiência massiva para manter os lucros. Entretanto, por quais motivos os meios independentes ainda precisam ser minorias e falar entre si? Não seria preciso abrir o leque e iniciar maior dialética a fim de se obter resultados mais concretos? Eis algumas questões que perduram após reconhecer as predominâncias em cada um dos meios jornalísticos estudados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L; BARSOTTI, A. A invisibilidade da homepage e as mudanças no modo de leitura das notícias. GT de Estudos de Jornalismo, **Compós**. 2017. Disponível em <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_FIZ9B2A7J51LFFPMEP_UG_26_5465_18_02_2017_18_44_07.pdf>. Acesso em: 28/jul/2018.

ALCURI, G. et al. **O Relatório MacBride: História, importância e desafios. Simulação das Nações Unidas para secundaristas**. 2012. Disponível em <<http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/05-AC.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

ALMEIDA, G.C. **A Mulher na pesquisa em Jornalismo: teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Jornalismo e Comunicação no Brasil**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. UEPG, 2018.

ALMEIDA RIBEIRO, T. **Midiativismo e coberturas jornalísticas: mídias livres, movimentos em rede e estratégias de contrapoder**. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. UFPA, 2015. Disponível em <<http://www.ccta.ufpb.br/ppj/contents/documentos/dissertacoes-2015/dissertacao-thiago-dangelo-ppj.pdf>>. Acesso em: 28/jul/2018.

ALZAMORA, G; TÁRCIA, L. Convergência e transmídia: galáxias semânticas e narrativas emergentes em jornalismo. **Revista Brazilian Journalism Research**. v.8, n.1, p.22-35. 2012. Disponível em <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/401>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

AMARAL, M.E.P. **Representação do corpo masculino: relações de imagem, identidade e cultura sobre o corpo masculino no jornal Lâmpião da Esquina e na revista Junior**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/89374>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

ANDERSON, C; BELL, E; SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial. In: **Revista de Jornalismo ESPM**. São Paulo: ESPM, abr/Jun. ano 5, nº21. 2013. Disponível em <<https://www.scribd.com/document/363776970/ANDERSON-C-W-BELL-Emilly-SHIRKY-Clay-Jornalismo-Pos-Industrial-In-Revista-de-Jornalismo-ESPN-Sao-Paulo-p-32-89-maijun-2003-pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

ANDRADE, A.A.B. **Análise do discurso midiativista: uma abordagem às transmissões simultâneas do Mídia Ninja**. Tese de Doutorado. UFMG. 2016.

ANTUNES, E. **Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia**. Galáxia, São Paulo [1999], n.18, dez. 2009.

ARÁN, M; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis**. Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.15-41. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 fev. 2019.

ARAÚJO, M. A; PEREIRA, V.S. Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista katálysis**. Florianópolis. v.21, n.1, p.125-136. Jan. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802018000100125&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 dez. 2018.

ASSIS, E. **Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Ciências da Comunicação, Unisinos, 2006.

BADINTER, E. **O Conflito. A mulher e a mãe**. São Paulo: Record, 2011.

BADINTER, E. **Um amor Conquistado: o Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

BARBOSA, S; SILVA, F.F; NOGUEIRA, L. Análise da convergência de conteúdos em produtos jornalísticos com presença multiplataforma. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano**. Universidade Federal Fluminense. v.2, n.2. p.241-264. 2013. Disponível em <<http://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9684/6807>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BARROSO, F.L.A. **Jornal do Nuances. A prática midiática de uma Ong de Porto Alegre - RS para o confronto político entre o 'gay classe média' e a 'bicha cafona'**. Tese de Doutorado. Unisinos, 2007.

BARSOTTI, A. As máquinas não param: o jornalismo em rede na era da convergência de redações. **Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cáspier Líbero**. v.21, n.41, p.142-154. 2018. Disponível em <<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/950>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo: a experiência vivida**. Editora Nova Fronteira. 2001.

BECERRA, M; MASTRINI, G. **A concentração da informação-comunicação na América Latina (2000-2015)**. Editorial da UNQ, Observacom. 2017.

BELELI, I. Reconfigurações da intimidade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.25, n.1, p.337-346, fev. 2017. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48519/33678>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BELL, E; OWEN, T. A imprensa nas plataformas: como o vale do silício reestruturou o jornalismo. **Revista de Jornalismo ESPM**. Columbia Journalism Review: Edição Brasileira. v.20, n.6, dez. 2017. Disponível em <<https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8D79PWH>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BENTO, B. **O que é Transexualidade**. Editora Brasiliense. 2008. Acesso em março de 2017. Disponível em https://drive.google.com/file/d/0B39TyMsTYbM_OUUzR0JYc25YMGc/edit. Acesso em: 19 dez. 2018.

BERMAN, R. Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista: a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, A. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro. Ed. Rosa dos Tempos, 1997.

BIZBERGE, A. Los desafíos de lá convergência digital para-las políticas de comunicación. In: LABATE, C; ARRUETA, C. **Lá comunicación digital**. San Salvador de Jujuy, 2017.

BLAY, E.A. Memória: que memória? In: RIAL, C; PEDRO, M.J; AREND, S.M.F (Orgs). **Diversidades: Dimensões de Gênero e Sexualidade**. Ilha de Santa Catarina. Editora Mulheres. 2010.

BORELA, S.S. **Jornalismo, identidade e gênero: desconstruções discursivas na Revista Tpm**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2017.

BORRILLO, D. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.

BORGES, M. T; TILIO, R. Consumo de pornografia midiática e masculinidade. **Periódicus**. v.1, n.10, p.427-445. 2018. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25851>. Acesso em: 01 fev. 2019.

BOULEVARD, G. Vida de travesti é luta! Luta contra a morte, luta contra o preconceito, luta pela sobrevivência e luta por espaço. In: MARIA SILVA, J; ORNAT, M.J; JUNIOR, A.B.C (Org). **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Editora Todapalavra. Ponta Grossa/PR, 2013.

BOUTELDJA, H. Raça, classe e gênero: Uma nova divindade de três cabeças. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. v.2, n.2. 2016. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/20686>. Acesso em: 01 fev. 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAEIRO, R.M.P. **Transexualidade(s) e travestilidade(s) no jornalismo: uma análise discursiva das notícias produzidas em Pernambuco pelo Aqui PE e Jornal do Comercio**. Mestrado em Comunicação. UFPE, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17750>. Acesso em: 01 fev. 2019.

CALVO, S.T; CORPUS, R.S; LOZANO, F.E. La formación del ciberperiodista 2.0. In: QUADROS, C; CAETANO, K; LARANJEIRA, A. **Jornalismo e convergência: ensino e práticas profissionais**. Disponível em

<http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110315-claudia_quadros_jornalismo_e_convergencia.pdf>. 2011.

CANAVILHAS, J; ALVES, R. In. MARTINS, G; REINO, L; BUENO, T (orgs). **Performance em Ciberperiodismo: tecnologia, inovação e eficiência**. Campo Grande: UFMS, 2017.

CANAVILHAS, J; ALVES, R. Ensino do jornalismo: o digital como oportunidade. In: QUADROS, Cláudia; CAETANO, Kati; LARANJEIRA, Álvaro. **Jornalismo e convergência: ensino e práticas profissionais**. 2011. Disponível em <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110315-claudia_quadros_jornalismo_e_convergencia.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

CARNEIRO, S. Gênero e raça. In. BRUSCHINI, C; UNBEHAUM, S.G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

CARVALHO ALBERTO, C. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Editora Appris, 2012.

CARVALHO MAURÍCIO, J. **CIDADANIA DIGITAL: Um estudo do programa brasileiro para a “sociedade da informação”**. Universidade Metodista de São Paulo .Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social São Bernardo do Campo, 2005.

CARVALHO. O conteúdo continua sendo o principal dilema das plataformas digitais. In: MARTINS, G; REINO, L; BUENO, T (orgs). **Performance em Ciberperiodismo: tecnologia, inovação e eficiência**. Campo Grande: UFMS, 2017.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2015.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Editora Paz e Terra, 2018.

CECCARELLO, P. R. Psicanálise sobre sexo e gênero: Algumas reflexões In. RIAL, C; PEDRO, M.J; AREND, S.M.F (Orgs). **Diversidades: Dimensões de Gênero e Sexualidade**. Ilha de Santa de Catarina. Editora Mulheres. 2010.

CERANKOWSKI, K.J. MILKS, M; **Assexualidades: Perspectivas Feministas e Queer**. Routledge, 2014.

CERQUEIRA, E. K (Org.). **Sexualidade, gênero e desafios bioéticos**. Difusão Editora. CIEB - Centro Interdisciplinar de Estudos em Bioética. CBAM - Centro de Bioética da Amazônia. 2011.

CERQUEIRA, E. K (Org.). Sentido da sexualidade humana. In. CERQUEIRA, E. K (Org.). **Sexualidade, gênero e desafios bioéticos**. Difusão Editora. CIEB - Centro Interdisciplinar de Estudos em Bioética. CBAM - Centro de Bioética da Amazônia. 2011.

CHU, E. Asexuality and Contemporary Articulations of Identity In. Media Representation, Queerness, and Asexual Visibility In. CERANKOWSKI, K.J. MILKS, M; **Assexualidades: Perspectivas Feministas e Queer**. Routledge, 2014.

CONCHA, D.S. ¿Virtualmente nuevos o no? Masculinidad/es en-red-dad@s en lo virtual. Viejos problemas en nuevo formato In. ENDARA, G. **¿Qué hacemos con la(s) masculinidad(es)?**. Quito: FES/ IELDS, 2018.

CORNU, D. Os Conteúdos dos Códigos Deontológicos. In: CORNU, D. **Jornalismo e Verdade**. Lisboa: Piaget, 1994.

CORRÊA, E.S. “Centralidade, transversalidade e resiliência”. Trabalho apresentado no Congresso Internacional **IBERCOM**. 2015. Universidade de São Paulo. 2015. Disponível em <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002736076.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

CORRÊA, E.S.; BERTOCCHI, D. A cena cibercultural do jornalismo contemporâneo: web semântica, algoritmos, aplicativos e curadoria. **Revista Matrizes (USP)**. v.5, n.2, p.123-144. 2012. Disponível em <<http://www.periodicos.usp.br/matrizes/article/view/38329/41185>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

DAMIAN-GAILLARD, B; FRISQUE, C; SAITTA, E. Le journalisme au prisme du genre : une problématique féconde. **Questions de communication**. n.15. 2009. Disponível em <<https://journals.openedition.org/questionsdecommunication/544#quotation>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

DAMIAN-GAILLARD, B; REBILLARD, F; SMYRNAIOS, N. La production de l'information web: quelles alternatives? Une comparaison entre médias traditionnels et pure-players de l'internet. **New Media and Information: convergences & divergences**. 2009. Disponível em <http://nikos.smyrnaio.free.fr/com_2009_New_Media_Athens_Damian_Rebillard_Smyrnaio_s.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

DARDE, V.W.S. **As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão**. Tese de Doutorado. UFRGS, 2012.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEUZE, M; WITSCHGE, T. O que o jornalismo está se tornando?. **Revista Parágrafo**. v.4, n.2, jul/dez. 2016. Disponível em <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/478>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

DONATH, O. **Mães Arrependidas: uma outra visão da maternidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DORNELAS, R. Um jornalismo para chamar de meu? Algoritmos e o fenômeno da customização de notícias". **Revista Parágrafo**. São Paulo: FIAAM. v.6, n.1. 2018. Disponível em <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/713>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

DUTRA, D.V.S. Brasil e Chile: Da Democracia Representativa à tomada do Poder pelos militares. Capítulo 9. In: CAOVIOLA, M.A.L; MACHADO, L; CANZI, I. (Orgs.) **Constitucionalismo, Direitos Humanos, Justiça e Cidadania na América Latina**. II Seminário Internacional. Ebook, São Leopoldo: Karywa, 2018.

D'ÁNDREA, C.F.B; DALBEN, S.F. Redes sociotécnicas e controvérsias na redação de notícias por robôs. **Revista Contemporânea**. UFBA. v.15, n.1, p.118-140. 2017. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/21412>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

DÍAZ, L.R.G. Transitar por América Latina: redes, trabajo y sexualidad. **Revista de Ciencias Sociales - ÍCONOS**. n.59, p.185-204. 2017. Disponível em <<https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/2489>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

EMPINOTTI, M.L; PAULINO, R.C.R. Altmetrics and Journalism: Using Twitter Comments to Analyze Public Engagement. **Journal of Digital Media and Interaction**. v.1, n.1, p.55-67. 2018. Disponível em <https://www.academia.edu/37272316/Altmetrics_and_Journalism_Using_Twitter_Comments_to_Analyze_Public_Engagement>. Acesso em: 25 jan. 2019.

ENTMAN, R. Framing: toward clarification of fractured paradigm. **Journal of Communication**. v.43, n.4, p.51-58, set/dez. 1993.

ESTEVES, J.P. **A ética da comunicação e os media modernos: Legitimidade e poder nas sociedades complexas**. Fundação C. Gulbenkian: Lisboa: 2003.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2005.

FALQUET, J. **De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas**. Brecha Lésbica. ISBN: 978-958-9307-61-8. Bogotá. 2006.

FARGANIS, S. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In. JAGGAR, A. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro. Ed. Rosa dos Tempos, 1997.

FEITOSA, R.A.S. **Linhas e entrelinhas: homossexualidades, categorias e políticas sexuais e de gênero nos discursos da imprensa gay brasileira**. Doutorado em Sociologia. UFC, 2014.

FEITOSA, R.A.S. UM JORNALISMO “SUI GENERIS”? visibilidade, identidades e práticas jornalísticas numa revista gay brasileira dos anos 1990. **SBPjor**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. v.14, n.1. 2018.

FERNANDES, D. **Mulher, mulata e migrante: modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa**. UFRJ, 2015.

FICO, C. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. FGV Editora, 2008.

FONSECA, A. “Convergência e inovação jornalística em revistas para tablet”. In: MARTINS, G; REINO, L; BUENO, T (orgs). **Performance em Ciberperiodismo: tecnologia, inovação e eficiência**. Campo Grande: UFMS, 2017.

FONSECA, A. “Convergência e inovação jornalística em revistas para tablet”. In: MARTINS, G; REINO, L; BUENO, T (orgs). **Performance em Ciberperiodismo: tecnologia, inovação e eficiência**. Campo Grande: UFMS, 2017.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998.

FRANCISCATO, C.E. Uma proposta de incorporação dos estudos sobre inovação nas pesquisas em jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v.7, n.1, p.8-18. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2010v7n1p8>. Acesso em: 18 maio 2020.

FRANCISCO, E.A. **Enquadrando a diferença: análise dos frames sobre identidades LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo**. Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea. UFBA, 2016.

FREITAS, F. Intersexualidades e biotecnologias: um estudo antropológico acerca da inserção da hiperplasia adrenal congênita no teste do pezinho. **V Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**. Porto Alegre, 2015.

FREUD, S. **A dissolução do complexo de Édipo**. 1924.

FRIEDAN, B. **Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FRY, P; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense. 1983.

GADINI, S.; CAMARGO, I.O. Experiências de uma nova economia digital no jornalismo brasileiro: a estratégia de interação colaborativa no crowdfunding da Agência Pública. **Revista Internacional de Tecnología, Ciencia y Sociedad**. v.5, n.1. 2016. Disponível em <https://journals.eagora.org/revTECHNO/article/view/451>. Acesso em: 18 maio 2020.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, M. BONNEVILLE, M. Amor e Política. **Periódicus**. v.1, n.6, p.125-153. 2017.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide (para uma Teoria Marxista do Jornalismo)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia. Abril, 1987.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana** [1959]. Editora Vozes. Petrópolis, 2009.

GOLDMAN, E. **Anarhizam i drugi ogleđi**. Editora: Daf, Zagreb. Croácia. 1910.

GONZATTI, C. **Bicha, a senhora é performática mesmo: Sentidos queer nas redes digitais do jornalismo pop.** Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2017.

GONÇALVES OLIVEIRA, G. **Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT.** 2017. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Acesso em: 01 fev. 2019.

GONÇALVES, J. **Reorganização de redações no Brasil.** Dissertação ESPM. 2018.

GUERRA, J. A notícia como “reprodução da realidade”. In: GUERRA, J. **O Percorso Interpretativo da Produção da Notícia: Verdade e relevância como parâmetro de qualidade jornalística.** São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

GUZZO, M; FONSECA, I. Mestiçagem. Uma categoria teórico-política para os feminismos latino-americanos – entrevista com María Luisa Femenías. **Caderno de Gênero e Diversidade.** v. 4, n.3. 2018. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26223>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

HABERMAS, J. Die Einbeziehung des Anderen: Studien zur politischen Theorie. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1997. **A Inclusão do Outro: estudos de teoria política.** Trad.: George Sperber; Paulo Astor Soerthe. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, J. O conceito de dignidade humana e a utopia realista dos direitos humanos. **Diánoia.** México. v.55, n.64, p.3-25, mai. 2010. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-24502010000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2019.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA TADEU, T; HALL, S; WOODWARD, K. **Identidade e Diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais.** Editora: Vozes, Ano: 2009.

HARLOW, S. SALAVERRÍA, R. **Regenerating Journalism: Exploring the “alternativeness” and “digital-ness” of online-native media in Latin America.** Digital Journalism. 2016.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo.** Petrópolis: VOZES, 2008.

HEEREN, J.A.C. **O armário invertido: comunicação e discurso sob a luz de Lampião.** Mestrado em Comunicação. Faculdade Cásper Líbero, 2011.

hooks, b. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política.** Brasília, n.16. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 maio 2020.

HUTTA, J.S; BALZER, C. Identidades e cidadania em construção: historização do 'T' nas políticas de anti-violência LGBT no Brasil In. SILVA MARIA, J; ORNAT, M.J; JUNIOR, A.B.C (Org). **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Editora Todapalavra. Ponta Grossa/PR, 2013.

HÖFFE, O. **Demokratie im Zeitalter Globalisierung**. München: Beck, 1999. A Democracia no mundo de hoje. Trad.: Tito Lívio Cruz Romão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

IANNI, O. **O príncipe eletrônico**. Perspectivas. São Paulo. 1999.

IFJ. Federación Internacional de Periodistas. **La Concentración de Medios en América Latina: Su impacto en el derecho a la comunicación**. 2016 Disponível em <http://www.nodalcultura.am/wp-content/uploads/2017/06/la_concentracion_de_medios_en_america_latina_su_impacto_en_el_derecho_a_la_comunicacion-ilovepdf-compressed.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

ILGA. Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos. **Maps - Sexual orientation laws**. Disponível em <<https://ilga.org/maps-sexual-orientation-laws>>. 2017. Acesso em: 19 dez. 2018.

INSFRAN, A.A.S. **Análise das fontes do Canção Nova Notícias por um prisma queer: quando gênero e sexualidade se tornam matérias**. Mestrado em Comunicação. UFMS, 2017.

ITABORAÍ, N.R. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero**. Tese. UERJ, 2016.

JENKINS, H. 'Convergência e conexão são o que impulsiona a mídia agora'. Entrevista para Revista Intercom (RBCC), São Paulo. **Intercom**. v.39, n.1, p.213-219. 2016. Disponível em <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2363>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

KARPPINEN, K.; MOE, H; What we talk about when we talk about media Independence. **Javnost – The Public**. v.23, n.2, p.105-119. 2016.

KATZ, J.N. **A invenção da heterossexualidade**. Editora: Ediouro. 1996.

KIKUTI, A.; ROCHA, P. O jornalismo independente e o empoderamento do discurso de gênero nas mídias digitais. **Anais do 13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11**. Florianópolis, 2017.

KIM, E. Asexualities and Disabilities in Constructing Sexual Normalcy In. Media Representation, Queerness, and Asexual Visibility In. CERANKOWSKI, K.J. MILKS, M; **Assexualidades: Perspectivas Feministas e Queer**. Routledge, 2014.

LACERDA, D.M. **O Jornalismo Digital Independente no Brasil e a busca da credibilidade perdida**. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2016.

LAGE, N. **Controle da opinião pública: ensaio sobre a verdade conveniente**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LARA, G.D. **Desconcentração na comunicação audiovisual argentina: três anos de tensões pela implementação da Lei de Meios**. 2013.

LATOURET, B. **Reagregando o social. Uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: Bauru, 2012.

LEAL, BS; CARVALHO, Carlos Alberto. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar? **E-Compós**. v.12, n.2, out. 2009. Disponível em <<http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/viewFile/214/353>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

LEE, D. A Geografia de uma travesti é uma barra, é matar um leão a cada dia. In. MARIA SILVA, J; ORNAT, M.J; JUNIOR, A.B.C (Org). **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Editora Todapalavra. Ponta Grossa/PR, 2013.

LERNER, G. El origen del Patriarcado. In LERNER, G. **La creación del patriarcado**. Ed. Crítica, Barcelona, 1990.

LIMA, M.A.A. Da alternativa a grande mídia: historiografia resumida da imprensa homossexual no Brasil. In. WOITOWICZ, K.J (org). **Recortes da mídia alternativa. Histórias & memórias da comunicação no Brasil**. Editora UEPG. 2009.

LINO, T.S. **Vida e morte de um projeto editorial: um estudo da representação do masculino na Revista Alfa**. Mestrado em Comunicação. Universidade Paulista, 2015.

LOURO, G.L (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2ª Edição. Autêntica. Belo Horizonte. 2000.

LUARTE, A. G. Realidade do jornalismo e da mídia no Chile. **ComHumanitas: revista científica de comunicação**. v.1, p. 71-77. 2010.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. v.22, n.3, p.935-952, set. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes. 1976.

LUZ, A. L. L.; BOMFIM, I. CONVERGÊNCIA JORNALÍSTICA: Uma revisão de métodos das Dissertações e Teses do banco da Capes (2012-2017). **Revista Observatório**. v.5, p. 335-358. 2019.

MACHADO, P.S **O sexo dos anjos. Representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre. UFRGS, 2008.

MAGNONI, A.F; MIRANDA, G.V. Convergência midiática e cultura participativa: possíveis

interações entre novas tecnologias e agentes sociais no campo da comunicação. **Revista Parágrafo**. São Paulo. v.6, n.1. 2018. Disponível em <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/603>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

MAJEROWICZ, F.G. **O segredinho que não é mistério: corpo e transexualidade no discurso jornalístico popular**. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2014.

MANINI, D. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL**. v.2, n.3/4. 2012. Disponível em <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2613>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

MARIA SILVA, J; ORNAT, M.J; JUNIOR, A.B.C (Org). **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Editora Todapalavra. Ponta Grossa/PR, 2013.

MARINO, S, ESPADA, A. Repensar los modelos de los medios en la transición convergente. In: LABATE, C; ARRUETA, C. **La comunicación digital**. San Salvador de Jujuy: EdiUNJU/Fadeccos, 2017.

MATTELART, A. Ideologia, informação y Estado militar (Francia, 1978). p.700-736. In. ____; SIEGELAUB, S. **Comunicación y lucha de clases**. Vol. 1. Capitalismo, imperialismo. Ciespal: Quito, 2017.

MAZOTTE, N; TOSTE, V (org). **Mulheres no Jornalismo Brasileiro**. Gênero e Número. Abraji, 2017.

MEAD, M. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MEIRA, S.S.V. Travestilidades e amadrinhamento: corpo, trabalho sexual, afeto e cuidado. UNICAMP. **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal/RN. 03 e 06 de agosto, 2014.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDEL, T; CASTILLEJO, A.G; GÓMEZ, G. **Concentration of Media Ownership and Freedom of Expression: Global Standards and Implications for the Americas**. Cuadernos de Discusión de Comunicación e Información. ISSN: 2301-1424. UNESCO. 2017.

MENDOZA, B. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano In. MIÑOSO, Yuderlys Espinosa (Ed.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. En la frontera, 2010.

MIGUEL, LF; BIROLI, F. A produção da imparcialidade. A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.25, n.73, p. 59-76. jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n73/v25n73a04.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

MIGUEZ, E.M. Sexualidade: fundamentos antropológicos e o papel da educação In. CERQUEIRA, E. K (Org.). **Sexualidade, gênero e desafios bioéticos**. Difusão Editora. CIEB

- Centro Interdisciplinar de Estudos em Bioética. CBAM - Centro de Bioética da Amazônia. 2011.

MOGROVEJO, N. **Diversidad sexual, un concepto problemático**. Trabajo Social UNAM, 2008.

MORAES, D. A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde - RECIIS**. v.3, n.3. 2009. Disponível em <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/793>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

MORAES, D. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

MORAES, D. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**. Porto Alegre, v.4, n.1, p.54-77, jan-jun. 2010. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

MODESTO, E. **Homossexualidade Preconceito e Intolerância. Análise semiótico de depoimentos**. Tese de doutorado. Semiótica e Linguística Geral. Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. USP, 2010.

MORAES GOMES, E.C.. **Os eventos como estratégia de comunicação em movimentos sociais: um estudo de caso sobre a parada da diversidade de Bauru**. 2013. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/89372>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

MOTTER, J. P. J. Como falar do ódio fora do ódio? Buscando novas linguagens de enfrentamento e resistência. **Periódicus**. ISSN: 2358-0844. v.1, n.10. 2018. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27992>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

NAPOLI, P; CAPLAN, R. “Por que empresas de mídia insistem que não são empresas de mídia, por que estão erradas e por que isso importa”. **Revista Parágrafo**. São Paulo. FIAAM. v.6, n.1, 2018. Disponível em <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/724>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

NORONHA, M.S. **Mercado em Revista: a estratégia da Editora Abril para segmentação do público masculino**. Dissertação de Mestrado. UFPI, 2014.

NGUYEN, A. O Julgamento das Notícias na Cultura “Caça-clique”: o impacto das métricas sobre o jornalismo e sobre os jornalistas. **Revista Parágrafo**. v.4, n.2, jul/dez, p.90-100. 2016. Disponível em <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/483>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

NUSSBAUMER, G.M. **Comunicação, sociabilidade e escrita de si: a comunidade GLS no Ciberespaço**. Tese. UFBA, 2004.

OEA. Organización de los Estados Americanos. **Personas lesbianas, gays, bisexuales y trans (LGBT)**. Comisión Interamericana de Derechos Humanos Situación de derechos humanos en Honduras. 2015.

OLICARPO, V. Para lá da heteronorma: subjetivação e construção da identidade sexual. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. v.24, n.2, p.541-562, jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44601/31754>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

OLIVEIRA, M.R.G. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Tese. Curitiba, 2017.

OLIVEIRA SANTAREM, R. **Associações genótipo-fenótipo em 29 portadores de hiperplasia adrenal congênita forma clássica acompanhados em um centro de referência do Distrito Federal: Um estudo retrospectivo longitudinal**. Dissertação de mestrado em Ciências da Saúde. Brasília. UNB, 2015.

OYARZÚN, K. Feminismos latinoamericanos: interseccionalidad de sujetos y relaciones de poder In. MIÑOSO, Yuderlys Espinosa (Ed.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. En la frontera, 2010.

PAMPLONA, R.S; DINIS, N.F. A transexualidade em questão: problematizações nos contextos educacionais. **Revista eletrônica Itinerarius Reflectionis**. v.13, n.2. 2017. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/48690>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

PARKER, R.G. **Bodies, Pleasures, and Passions Sexual Culture in Contemporary Brazil**. Second Edition with a new preface by the author. Vanderbilt University Press. Nashville, 2009.

PARK, R.E. A Notícia como Forma de Conhecimento: um capítulo da Sociologia do Conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo**. Porto Alegre: Sulina. v.2. 2008.

PEREIRA, C. **Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)**. Dissertação de Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1997.

PEREIRA SILVA, C.M. SCHIMANSKI, E. Igualdade e diversidade de gênero: a família homoafetiva na contemporaneidade In. FERREIRA, A.J; JOVINO, I.S; SALEH, P.B.O (Orgs.). **Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade**. Pontes Editores. Campinas. São Paulo. 2014.

PEREIRA GOMES, P. Queer decolonial: quando as teorias viajam. **Contemporânea**. ISSN: 2236-532X. v.5, n.2, p.411-437, jul-dez. 2015. Disponível em <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/340/>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

PINTO PLAZA, J. Gênero e suas articulações para igualdade e pluralidade na educação linguística. In: FERREIRA, A.J; JOVINO, I.S; SALEH, P.B.O (Orgs.). **Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade**. Pontes Editores. Campinas. São Paulo. 2014.

PRATA, N; DEL BIANCO, N (orgs). **Migração do rádio AM para o FM. Avaliação de impacto e desafios frente à convergência tecnológica**. Florianópolis: Insular, 2018.

PRECIADO, P.B. **Manifesto Contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo, 2014.

PÁEZ, A; RUBINI, C. “La TV personalizada: consumo ubicuo y desprogramado”. In: LABATE, C; ARRUETA, C. **La comunicación digital**. San Salvador de Jujuy: EdiUNJU/Fadeccos, 2017.

RAGO, M. Mujeres libres: anarco-feminismo e subjetividade na revolução espanhola. **verve**. revista semestral autogestionária do Nu-Sol. n.7, 2005. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5023>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

RAMOS, D.O. Aspectos da convergência de mídias e da produção de conteúdo multimídia no Clarín.com **Revista Líbero**. n.25, p.143-152. 2010. Disponível em <<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/476>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

REIS, M. Comunicar, resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil. **Vozes e Diálogo**. v. 16, n. 01, 2017. Disponível em <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/9455>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

REUTERS, I. **Digital News Report**. University of Oxford. 2018 Disponível em <<http://www.digitalnewsreport.org/survey/2018/overview-key-findings-2018/>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**. v.4, n.5, nov. 2012. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

RÍOS, P.A. ¿Ser o estar “queer” en Latinoamérica? El devenir emancipador en: Lemebel, Perlongher y Arenas. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**. Quito. n.39. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-Sede Académica de Ecuador. 2011. Disponível em <<https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/1219>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

RIOS RAUPP, R.; SOUZA, L.G.O; SPONCHIADO, T. Notícias de Homofobia e Proteção Jurídica Antidiscriminatória. In: DINIZ; D. OLIVEIRA, R.M (Orgs). **Notícias de Homofobia no Brasil**. Letras Livres. ISBN 978-85-98070-38-4. Brasília. 2014.

RIQUELME, F. A vida da travesti é glamour, mas também é violência em todo lugar. In. MARIA SILVA, J; ORNAT, M.J; JUNIOR, A.B.C (Org). **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Editora Todapalavra. Ponta Grossa/PR, 2013.

REIS, T. (org). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

ROCHA, P.M. **As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo: O Processo de Profissionalização e Feminização da Carreira**. Doutorado em Ciências Sociais. UFSCar, 2004.

RODOVALHO, A.M. CIS by TRANS. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. v.25, n.1, p.365-373, fev. 2017. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48521>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

RODRIGUES, G.O. **Corpos em evidência: uma perspectiva sobre os ensaios fotográficos de G magazine**. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Acesso em: 01 fev. 2019.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Editora FIOCRUZ. 2001.

ROMAIN, B. Les mobilisations de clavier. Le lien hypertexte comme ressource des actions collectives en ligne. **Réseaux**. n.181. 2013. Disponível em <<https://www.cairn.info/revue-reseaux-2013-5-page-87.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. In: RUBIN, G. **Políticas do Sexo**. São Paulo: UBU Editora, 2017.

SÁDABA, T. **Framing: el enquadre de las noticias. El binomio terrorismo-medios**. Buenos Aires: La Crujia Ediciones, 2008.

SAFFIOTI, F. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: MORAIS SILVA, M. A. (org.) **Mulher em seis tempos**. Araraquara, UNESP, 1991.

SAFFIOTI, F. Rearticulando Gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: FCC, 1992.

SALAVERRÍA, R. **Ciberperiodismo en America**. Madrid: Telefónica, 2016. Disponível em <<https://dadun.unav.edu/bitstream/10171/40442/1/pdf.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SALAVERRÍA, R. Mídia e Jornalistas, um futuro em comum?. **Revista Parágrafo**. São Paulo: FIAAM. v.3, n.1. 2015. Disponível em <<http://www.revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/297>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SANTAELLA, L. As linguagens como antídoto ao midiacentrismo. **Revista Matrizes**. São Paulo, USP. Nº1, 2007. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38178/40907>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

SANTAELLA, L. **Corpo e comunicação: sintoma da cultura**. Editora Paulus. 2004.

SANTOS, J.T. Incorrigíveis, afeminados, desenfreados: Indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. **Rev. Antropol.** v.40, n.2, São Paulo, 1997. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011997000200005&script=sci_abstract&tln_g=pt>. Acesso em: 28 jul. 2018.

SANTOS SOUSA, B. **Descolonizar el saber, reinventar el poder.** Montevideo, Uruguay. Ediciones Trilce, 2010.

SANTOS TELES, J. Incorrigíveis, afeminados, desenfreados’’: Indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. **Rev. Antropol.** São Paulo. v.40, n.2. 1997. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v40n2/3234.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

SCHUDSON, M. Autonomy from what? In: BENSON, R.; NEVEU, E. (Orgs.). **Bourdieu and the journalistic field.** Malden, Cambridge: Polity Press, 2005.

SCHULTE, A. **Género, Derechos Y Periodismo. Análisis de la cobertura del colectivo LGBTIQ en medios digitales argentinos.** MediaLab FOPEA. Medios analizados: La Nación, Clarín, Página 12 Octubre, noviembre y diciembre del 2016. Disponível em <<https://identidadydiversidad.adc.org.ar/wp-content/uploads/2017/05/LGBTIQ-Cobertura-en-medios.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

SCHUTZ, A. **El Ciudadano bien informado.** Ensayo sobre la distribución social del conocimiento. Estudios sobre teoría social. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2014.

SILVA, S.P; BIONDI, A. Políticas públicas e regulação do acesso à internet de banda larga: diretrizes para o caso brasileiro sob à luz das experiências internacionais. In: PEREIRA, S. BIONDI, A (org.). **Caminhos para a universalização da internet e banda larga. Experiências internacionais e desafios brasileiros.** São Paulo: Intervezes, 2012.

SILVA BAPTISTA, S. L. Sexualidade na escola: quem quer e pode falar sobre isso? In. FERREIRA, A.J; JOVINO, I.S; SALEH, P.B.O (Orgs.). **Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade.** Pontes Editores. Campinas. São Paulo. 2014.

SILVA MARIA, J. Espaço interdito e a experiência urbana travesti In. SILVA MARIA, J; ORNAT, M.J; JUNIOR, A.B.C (Org). **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços.** Editora Todapalavra. Ponta Grossa/PR, 2013.

SILVA MARIA, J; ORNAT, M.J; CESAR, T.E.A.O (et al). O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para a análise no Brasil In. SILVA MARIA, J; ORNAT, M.J; JUNIOR, A.B.C (Org). **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços.** Editora Todapalavra. Ponta Grossa/PR, 2013.

SILVA MARQUES, R. A MÍDIA E A LEI: **Análise comparada das políticas de regulação dos meios de comunicação no Brasil e na Argentina no início do século XXI.** Rodolfo Silva Marques. 2018.

SILVA MOREIRA, N. A convergência das redações e as divergências nos jornalistas. **Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação.** Universidade do Porto.

n.20, p.3-20. 2013. Disponível em <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/1922/319>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SILVA SANTOS, E.L. A 'Ideologia de Gênero' no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas. **Periódicus**. ISSN: 2358-0844. v.1, n.10. 2018. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27923>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SILVA TADEU, T. A produção social da identidade e da diferença In. SILVA TADEU, T; HALL, S; WOODWARD, K. **Identidade e Diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais**. Editora: Vozes, Ano: 2009.

SINWELL, S.E.S. Media Representation, Queerness, and Asexual Visibility In. CERANKOWSKI, K.J. MILKS, M; **Assexualidades: Perspectivas Feministas e Queer**. Routledge, 2014.

SOUZA, R.H.V; SOLAGNA, F; LEAL, Ol. As políticas globais de governança e regulamentação da privacidade na internet. **Horizontes Antropológicos**. Antropologia e Políticas Globais. n.41, p.141-172. 2014. Disponível em <https://journals.openedition.org/horizontes/567>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

STOLLER. Psicodinâmica do transexual In. RIAL, C; PEDRO, M.J; AREND, S.M.F (Orgs). **Diversidades: Dimensões de Gênero e Sexualidade**. Ilha de Santa de Catarina. Editora Mulheres. 2010.

SUZINA, A.C. Mídias populares e a questão da pluralidade na esfera pública. In. MACHADO, C. et al. (org.). **Democracia e desigualdade: Registros críticos**. Porto Alegre: Zouk, 2017.

SPOHR, A.P. et al. Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. v.24, n.2, p.417-441, aug. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000200417&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 fev. 2019.

TEIXEIRA, A.M; MORAIS, F.J.S.N; TEIXEIRA MARTINS, M.P. Transexualidade e Travestilidade na Saúde In. SENA, A. G.N; SOUTO, K.M.B (Orgs.). **Transexualidade e Travestilidade na Saúde**. Ministério da Saúde. Brasília. 2015.

TELES, M.A.A. Caminhos transversais dos feminismos e dos movimentos sociais. In. RIAL, C; PEDRO, M.J; AREND, S.M.F (Orgs). **Diversidades: Dimensões de Gênero e Sexualidade**. Ilha de Santa Catarina. Editora Mulheres. 2010.

TIETBOEHL, L; CAVALHEIRO, R; KVELLER, D. Quem tem medo de crianças queer? Alguns questionamentos às normatividades em psicanálise. **Periódicus**. v.1, n.9, p.234-247. 2018. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25786>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

TRINDADE, R. **De dores e de Amores: Transformações da homossexualidade paulistana na virada do século XX**. Doutorado em Antropologia Social. USP, 2004.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e estória**. Florianópolis: Insular, 2016.

VIVAR, J.M.F. **Los elementos del ciberperiodismo**. Madrid: Sintesis. 2017.

VASCONCELOS, J.S.A. Anarcofeminismo: o protagonismo feminino nas lutas sociais. **Revista Alpha**. Patos de Minas. Centro Universitário de Patos de Minas. p.55-67. 2017. Disponível em <<https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2018/04/Anarcofeminismo-o-protagonismo-feminino-nas-lutas-sociais.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

VEIGA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo. Modos de produção das notícias**. Série Jornalismo a Rigor. Volume 8. Florianópolis. Editora Insular. 2014.

VEIGA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010.

VEIGA SILVA, M. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. Tese. UFRG, 2015.

VELOSO, A. M. **Gênero, poder e resistência: as mulheres nas indústrias culturais em 11 países**. Tese. 2013.

VENTURA, M; ITO, L.L. Inovação no webjornalismo: dinâmica empresarial, arranjos produtivos e novos formatos. **Revista Contemporânea**. Universidade Federal da Bahia. v.15, n.1, jan-abr. 2017. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/21410/14489>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

VIANNA, A.R.B; CARRARA, S. Brazil - Sexual Politics and Sexual Rights in Brazil: A Case Study In. PARKER, R; PETCHESKY, R; SEMBER, R. **Sex Politics Reports from the Front Lines**. Sexuality Policy Watch, 2007.

VIEIRA, L.S. **Métricas Editoriais no Jornalismo Online: ética e cultura profissional na relação com audiências ativas**. Tese de doutorado, UFSC: 2018. Disponível em <<https://objethos.files.wordpress.com/2018/04/tese-liviavieira.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

WARD, S. Journalism Ethics. In: WAHL-JORGENSEN, K; HANITZSCH, T. **The Handbook of Journalism Studies**. New York: Routledge, 2009.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: a dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**. v.9, n.2, p.460-482. 2001 Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

WITSCHGE, T (et al). **Lidando com a bagunça (que fizemos): detalhando hibridismo, normatividade e complexidade nos estudos de jornalismo.** 2018. Disponível em <<https://revistalibero.casperlibero.edu.br/jornalismo-internet-e-producao/206/>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

WITTIG, M. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos [1992]**. Editorial EGALES, S.L. 2006.

WOITOWICZ, K.J. Lutas e vozes das mulheres na imprensa alternativa: a presença do feminismo nos jornais Opinião, Movimento e Repórter na década de 1970 no Brasil. In. WOITOWICZ, K.J (org). **Recortes da mídia alternativa. Histórias & memórias da comunicação no Brasil.** Editora UEPG. 2009.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA TADEU, T; HALL, S; WOODWARD, K. **Identidade e Diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais.** Editora: Vozes, Ano: 2009.

APÊNDICE A – MEIOS JORNALÍSTICOS ENCONTRADOS

(continua)

Desde	Site	País	Financiamento	Periodicidade
2006	A Capa	Brasil	Comercial	Constante
2016	Agência Presentes	Argentina	Independente	Constante
2015	Alguém Avisa	Brasil	Independente	Constante
1997	Athos Gls	Brasil	Comercial	Constante
2011	Boy4ME	México	Comercial	Constante
2015	Desastre	México	Independente	Constante
2015	Diversidar	Argentina	Independente	Inconstante
2009	Dois Terços	Brasil	Comercial	Constante
2013	Ego City	Colômbia	Comercial	Regular
2012	El Closet	México	Comercial	Regular
2002	El Salvador G	El Salvador	Independente	Inconstante
2017	Empoderadxs	Brasil	Comercial	Constante
2009	Escándala	México	Comercial	Constante
2000	Gay Guatemala	Guatemala	Comercial	Inconstante
1998	Gay Peru	Peru	Comercial	Inconstante
2009	Gay 1	Brasil	Comercial	Constante
2012	Homosensual	México	Comercial	Constante
2013	Editora Guiya	Brasil	Comercial	Constante
2013	IG Gay	Brasil	Comercial	Inconstante
2016	Japii	México	Independente	Inconstante
2013	Lado Bi	Brasil	Independente	Inconstante
2016	La Jaula	México	Independente	Constante
2010	LGBT Brasil	Brasil	Independente	Inconstante
2018	LGBT News Brasil	Brasil	Comercial	Constante
2015	Mais Jr	Brasil	Comercial	Constante
2018	Mano Alzada	Peru	Comercial	Constante
2016	Men Medios	Colômbia	Comercial	Constante
2010	Muza	Brasil	Comercial	Constante
2012	NLucon	Brasil	Independente	Constante

(conclusão)

Desde	Site	País	Financiamento	Periodicidade
2016	Nosso Amor Existe	Brasil	Independente	Inconstante
2012	Observatório G	Brasil	Comercial	Constante
2003	Órbita Gay	Venezuela	Independente	Inconstante
2014	Põe na Roda	Brasil	Comercial	Constante
2010	Pheeno	Brasil	Comercial	Constante
2004	Rádio Reflejos	Venezuela	Independente	Constante
2014	Revista Clóset	Chile	Comercial	Constante
2009	Revista G	México	Comercial	Inconstante
2017	Revista Híbrida	Brasil	Independente	Constante
2005	Revista Lado A	Brasil	Comercial	Constante
2015	Revista La Terera	Argentina	Independente	Regular
2018	Revista Léssica	Brasil	Independente	Inconstante
2018	Revista Prisma LGBT	Brasil	Independente	Inconstante
2019	Revista Todes	México	Independente	Constante
2008	Revista ViaG	Brasil	Comercial	Constante
2017	Rio Gay Life	Brasil	Comercial	Constante
2002	Rompiendo el Silencio	Chile	Independente	Inconstante
2002	Sentido G	Argentina	Comercial	Regular
2006	Sentimentos Diversos	Equador	Independente	Inconstante
2011	Sentiido	Colômbia	Independente	Constante
2014	Serviço de Agência	México	Comercial	Inconstante
2014	Sin Etiquetas	Peru	Independente	Inconstante
2017	Somos Diverses	Argentina	Independente	Inconstante
2013	Super Pride	Brasil	Comercial	Regular
2018	YasMag	Costa Rica	Independente	Regular

Fonte: O autor.

APÊNDICE B – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

A Capa - https://acapa.com.br/	Agência Presentes - http://agenciapresentes.org
Alguém Avisa - http://www.alguemavisa.com.br	AthosGLS - http://www.athosgls.com.br
Boy4ME - http://www.boy4me.com	Desastre - http://desastre.mx
DiversidAR - http://www.diversidar.com.ar	Dois Terços - http://www.doistercos.com.br
EgoCity - https://egocitymez.com	El Closet LGBT - https://www.elclosetlgbt.com
El Salvador G - http://www.elsalvadorg.com	Empoderadxs - https://empoderadxs.com.br
Escândala - http://escandala.com	Gay Guatemala - http://www.gayguatemala.com
Gay Peru - https://www.gayperu.pe	Gay1 - https://www.gay1.com.br
Guia Gay Belo Horizonte - http://guiagaybh.com.br	Guia Gay Brasília - http://guiagaybrasil.com.br
Guia Gay Floripa - http://guiagayfloripa.com.br	Guia Gay Salvador - http://guiagaysalvador.com.br
Guia Gay São Paulo - http://www.guiagaysaopaulo.com.br	IG Igay - https://igay.ig.com.br
Japii MX - http://japii.mx	Lado Bi - http://www.ladobi.com.br
La Jaula (podcasts) - https://lajaulamex.com	La Tetera - https://latetera.com.ar/
Latitud Gay - https://latitudgay.wixsite.com/radio	LetraEse - http://www.letraese.org.mx
LGBT Brasil - http://lgbtbrasil.com.br/	LGBT News Brasil - https://www.lgbtnewsbr.com/
Mais Junior - http://www.maisjr.com.br	Mano Alzada - http://manoalzada.pe
MenMedios - https://www.menmedios.com	Muza - http://muza.com.br
NLUcon - https://nlucon.com	Nosso Amor Existe - http://nossoamorexiste.com
Observatório G - https://observatoriog.bol.uol.com.br	Órbita Gay - http://www.orbitagay.com
Pheeno - http://pheeno.com.br	Põe na Roda - https://poenaroda.com.br
Radio Reflejos - https://www.radioreflejos.com	Revista Clóset - http://www.revistacloset.cl
Revista G - http://www.revistag.net	Revista Híbrida - https://revistahibrida.com.br
Revista Lado A - https://revistaladoa.com.br	Revista Léssica - http://www.projetolettera.com.br/revista
Revista Prisma LGBT - https://www.facebook.com/RevistaPrismaLGBT	Revista Todes - https://todes.com.mx
Revista ViaG - http://revistaviag.com.br	Rio Gay Life - https://riogavlife.com.br/
Rompiendo el Silencio - http://www.rompiendoelsilencio.cl	SentidoG - http://www.sentidog.com
Sentido - http://sentido.com	Sentimos Diversos - http://sentimosdiverso.org
Servicio de Agência - http://serviciodeagencia.com	Sin Etiquetas - http://sinetiquetas.org
Somos Diverses - http://somosdiverses.com	Soy Homosensual - https://soyhomosensual.com
Super Pride - http://www.superpride.com.br	Tremenda Nota - https://tremendanota.com
YasMag - https://vasmag.com	Zona Gay - http://zonagayperu.com

Fonte: O autor.

Endereços acessados em 25 jan. 2019